

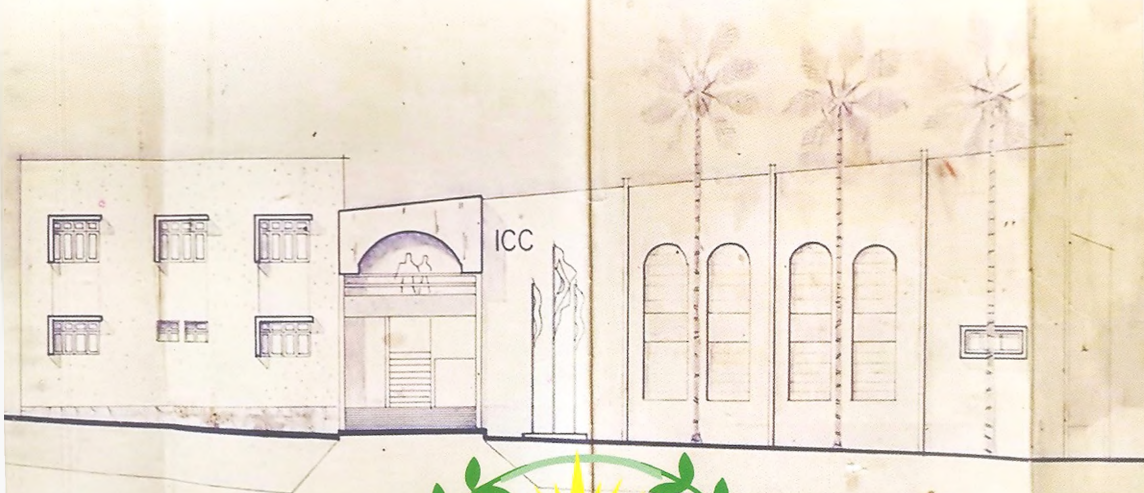
INSTITUTO CULTURAL DO CARIRI - ICC

Fundado em 04 de outubro de 1953

Itaytera

Nº 47

2018



FACHADA - 1:100



BESG
BUREAU DE SERVICES GRAPHIQUES

INSTITUTO CULTURAL DO CARIRI

Fundado a 18 de outubro de 1953.

AVENIDA NAILDES SIQUEIRA S/N - (EM FRENTE À EXPOCRATO)

www.institutoculturaldocariri.com.br

E-mail: faleconoscoicc@gmail.com

PRIMEIRO PRESIDENTE

Dr. Irineu Nogueira Pinheiro.

Registrado no Cartório do Registro de Títulos e Documentos,
Crato CE, no Livro A-1, fls. 417, sob o nº 6, em 30.09.54,
publicação no Diário Oficial em 20.10.54.

Reconhecido de Utilidade Pública pela Lei Municipal nº
453, de 22.09.58. Reconhecido de Utilidade Pública pela Lei
Estadual nº 10.125, de 27.11.77, publicada no Diário Oficial do
mesmo dia.

CGC/MF nº 05357355-0001/86

Sócios atuais do ICC

Esta listagem enumera os 110 ocupantes atuais das cadeiras do Instituto Cultural do Cariri, indicando seus respectivos patronos nas seções de Letras (38 ocupantes), Ciências (19), Folclore (16), Artes e Ofícios (36) e Filosofia (1). Cinco cadeiras permanecem vagas desde o falecimento de seus ocupantes*. Constan ainda nove sócios beneméritos, um dos quais em homenagem póstuma.

Conselho Superior (2014-2015)

Presidente

Napoleão Tavares Neves

Membros

José Emerson Monteiro Lacerda

Olival Honor de Brito

José Huberto Tavares de Oliveira

Composição da Nova Diretoria (2018/2019)

Presidente:

Heitor Feitosa Macêdo

Vice-Presidente:

José Flávio Pinheiro Vieira

Primeiro Secretário:

José Roberto dos Santos Júnior

Segundo Secretário:

Maria Anilda de Figueiredo

Primeiro Tesoureiro:

João Fernandes Lima

Segundo Tesoureiro:

Roberto Jamacarú de Aquino

Cerimonialista:

Francisco Huberto Esmeraldo Cabral

Diretor Social:

Maria Laice Almeida Lacerda

Conselho Fiscal:

Titulares: José Flávio Bezerra Moraes, Jorge Emicles Pinheiro
Paes Barreto e João Tavares Calixto Júnior

Suplentes: Claude Bloc Boris, Raimundo Tadeu de Alencar e
José Yarley de Brito Gonçalves

Capa e Diagramação

Cláudio Henrique Marques Peixoto

Revisão

Heitor Feitosa Macêdo

Sumário

Sonhos de Verão - Claude Bloc	9
A Tragédia de Princesa: O caso de Dr. Ildefonso Augusto de Lacerda Leite - Cristina Couto	19
História de Mulheres: Amor, Violência e Educação no Cariri Cearense - Cristina Couto	23
Trilhas da Medicina – Francisco Marcos Bezerra Cunha, José Flávio Vieira e Júlio Pedro Araújo Riedl	27
Cortinas Desfraldadas: os primeiros arroubos das artes cênicas no Cariri – José Flávio Vieira	39
Três Crônicas de Emerson Monteiro	63
A dureza dos amores fluídos – Janaína Lacerda	69
O Cariri Literário – Jorge Carvalho	71
Padre Alencar Peixoto em prol da Independência do Juazeiro do Norte através do Jornal O Rebate – Prof. Nabuco	73
A Participação dos d'Ávila e da Casa da Torre na Invasão a Capitania do Ceará - Heitor Feitosa Macêdo	85

Samuel Wagner, o Às de Juazeiro – Roberto Júnior	139
Sobre a Missão Muxió dos Índios Canindés – Padre Neri Feitosa	145
Rio Vez (Poema) - Edésio Batista	149
Considerações sobre a Casa de Caridade do Crato/CE e o Direito das Mulheres à Educação - Clarissa Miranda Norões	151
O Benemérito da Educação no Cariri – Maria de Fátima Mendes Alencar	161
Padre Cícero, de Crato - Jorge Emicles	167
Adágio (Poesia) – Paulo de Tasso Barreto Alves de Sousa	171
Informativo do Instituto Cultural do Cariri (ICC)	175
- Composição da Nova Diretoria (2018/2019)	175
- Saudação a José Bezerra Sobrinho (Kubitschek)	176
- Discurso de Posse de Jorge Emicles	177
- Discurso de Posse do Prof. Marcos Eliano Tavares Ribeiro	183
Discurso de Posse do Fotógrafo Allan Bastos no Instituto Cultural do Cariri.	197
Professor Marcos Eliano, novo acadêmico do ICC	205
As Memórias de Emerson Monteiro - Batista de Lima	209
Exposição Centro Nordestina de Animais e Produtos Derivados (EXPOCRATO)	212

Sonhos de Verão

Claude Bloc
(escritora)



"Há quem diga que todas as noites são de sonhos. Mas há também quem garanta que nem todas, só as de verão. No fundo, isto não tem muita importância. O que interessa mesmo não é a noite em si, são os sonhos. Sonhos que o homem sonha sempre, em todos os lugares, em todas as épocas do ano, dormindo ou acordado."
(WILLIAM SHAKESPEARE, *Sonho de uma Noite de Verão*).

Era verão na França. Uma noite de silêncio no final de uma Guerra que parecia sem mais motivos para existir. Nas ruas havia apenas uma levíssima brisa e não se ouvia mais o som dos canhões nem das granadas troando pela imensidão das horas. François havia sido ferido por uma granada e recolhido num hospital situado nas proximidades de Bordeaux. Era judeu, mas a sorte lhe havia valido. Nascera tão frágil, tão lindo, mas tão pequenino por ser gêmeo com Etienne, que seus pais decidiram postergar sua circuncisão. Com esta ausência da marca dos judeus, ele havia se safado de problemas maiores perante seus algozes.

Crescera em Paris em meio a uma sociedade elegante e vibrante. Mas, quis o destino que sua juventude fosse ceifada por uma guer-

ra sangrenta da qual ele inocentemente teve que fazer parte. Um pouco mais tarde, ainda sem idade para ser soldado, entrou como “maquis” (membro da resistência francesa na II Grande Guerra) em defesa do seu país. Nessa grande aventura de sua vida, ficou recluso por pouco tempo num campo de concentração de onde foi libertado por um milagre. Como prisioneiro das circunstâncias, continuou sua luta enquanto teve forças.

Certo dia, porém, aturdido e ferido, acordou-se num leito de hospital com ferimentos no braço esquerdo, no abdome e na coxa. Eram ferimentos causados por estilhaços de granada. Sentia-se indefeso e, nesse estado, lutava bravamente contra a morte. Entre seus momentos de vigília e de sono forçado por medicamentos que lhe aliviavam a dor, entrevia uma bela e dedicada enfermeira: Jeanne. Em certos momentos ele pensava estar apenas sonhando.

No final dos anos 1940, não havia ainda antibióticos para tratar seus ferimentos de guerra, por conseguinte, todas essas dificuldades fizeram com que François demorasse alguns meses no hospital tentando se recuperar. Foi desta forma que entre ele e Jeanne nasceu uma amizade que transcendia o amor fraterno e a afeição espiritual.

Jeanne era uma bela moça católica de cabelos e olhos castanhos. Era serena e solidária, gentil e amorosa. Nasceu de uma família humilde, mas batalhadora. Seu pai era Contador e fora ferido na guerra de 1914. Sua mãe era uma costureira muito habilidosa. Jeanne levava uma vida tranquila até ser presa por três meses, confundida como espiã. Apesar de inocente, esses três meses lhe fizeram conhecer a falta de um tratamento digno e compassivo para com um ser humano. Nesse cárcere, sua melhor refeição era sopa de casca de batatas ou feijões com gorgulho. Estando lá, usava uma mesma bacia para se alimentar, se higienizar e lavar sua parca roupa. Nos cômodos das prisioneiras havia fileiras de beliches apinhados entre quatro paredes enegrecidas e, no ar, uma umidade intolerável. Para piorar a situação, por entre as madeiras dos estrados das camas, os percevejos alojavam-se entre as frestas provocando picadas, doenças e incômodo diário.

Ao sair desse martírio, com artrite nas mãos devido à má alimen-

tação e a condição penosa em que viveu, Jeanne voltou a trabalhar no hospital exercendo sua profissão com esmero. Foi nesta condição que conheceu François e pacientemente cuidou de suas dores e acalentou sua alma. Foi também assim que se transformou na sua própria esperança e alegria.

Ela sabia que aquela situação levaria um período indefinido. Por um tempo sentiu as olheiras de François se cavando sob os seus olhos espantados. Tinha havido uma perfuração no intestino do seu amigo e, com a falta de medicamentos para esse fim, havia dias em que só a esperança de um milagre sobrevivia em seu coração. Mas ele era movido a esperança: ouvia tudo ao seu redor humilde e silencioso, suportando abnegado as dores e o sofrimento.

Jeanne, bem no início e por muitas vezes, era apenas uma aparição muda e diária ao lado do leito de François, mas seus gestos eram precisos e seus cuidados exalavam um amor puro e abnegado por aquele homem e pelo seu trabalho. Saía andando bem devagar em volta do amigo tentando descobrir uma melhora em seus sinais vitais. Logo depois, tratava seus ferimentos e, baixinho, lá dentro do coração, vivia em prece por sua recuperação. E assim, os dias se passaram e trouxeram aos poucos uma grande melhoria para François.

Jeanne era uma jovem delicada. Às vezes sentava-se ao lado de François e, com um livro aberto no colo, se punha a ler uma história qualquer com uma voz eloquente, em êxtase puríssimo. Naquele momento não era mais uma menina com um livro: era uma mulher com o seu amigo.

Há um tempo em que precisamos de um amigo, e François, longe da família, havia pouco a pouco, confiado à sua enfermeira e amiga, suas venturas e dissabores. Chegaram a um ponto de amizade que não podiam mais guardar um pensamento. Confiavam logo ao outro todas as ideias, desejos e momentos de saudades. Depois, sentiam-se tão contentes como se tivessem se presenteado com o seu melhor. Esse estado de comunicação contínua chegou a tal exaltação que, no dia em que nada tinham a contar, procuravam, com alguma aflição, um assunto qualquer pra desfiar. O contexto, porém, havia de ser forte, pois em algum qualquer, não caberia a veemência de

uma sinceridade experimentada pela primeira vez e certamente não corresponderia a sua ansiedade.

E assim, a história continuou até que François, já quase curado de seus ferimentos, decidiu convidar seu irmão gêmeo para visitá-lo e também para conhecer uma amiga muito especial que havia cuidado dele por todo esse tempo. Seus pais, Adrien e Odette, estavam abrigados na casa de familiares, nas imediações dos Pirineus, esperando terminar a Guerra em definitivo. Devido a isso, ainda não podiam ver o filho.

A carta que chegou às mãos de Etienne exaltava as qualidades da amiga que François fizera e o desvelo com que cuidara dele em seu leito de hospital. Etienne logo que soube da saúde do irmão, quase recuperado e reaprendendo a andar, deixou-se encantar diante de um convite tão alvissareiro e decidiu fazer uma surpresa ao irmão. Chegou ao hospital silenciosamente e sem aviso e, ao mesmo tempo, cheio de emoção. Os irmãos ao se encontrarem se abraçaram e choraram por um bom tempo.

Como você emagreceu, meu irmão! Falou Etienne para seu irmão convalescente.

E você sempre belo, meu irmão querido.

Etienne também havia sido ferido tempos atrás, mas seus ferimentos foram de menor proporção. Ele também havia sido Maquis e, por sorte sua, havia escapado de um morteiro por um triz. Estava no “front”, (já maior de idade) quando uma abelha o picou. Como ele era extremamente alérgico, a dor da picada tornou-se insuportável, inchando de imediato a região atingida e fazendo com que ele recorresse à água de um córrego que passava ali perto. A água quase gelada aliviou seu sofrimento e o salvou do morteiro que atingiu seu amigo o qual estava bem vizinho ao seu posto.

Finalmente Jeanne chega ao quarto de François e é apresentada a Etienne. A guerra havia deixado marcas profundas em suas vítimas e as pessoas nessa época facilmente se solidarizavam com gestos e demonstrações de benignidade em momentos de contentamento como aquele. Havia uma carência infinita desses respingos de felicidade em todos os sorrisos e essa prática da alegria pura e

cristalina se concretizava nesses encontros. Era um resgate dos bons sentimentos com bons augúrios. Jeanne ficou hipnotizada com a semelhança física entre Etienne e François. De início, faltava assunto e sobrava emoção. Experimentaram ficar calados — mas se tornaram inquietos logo dispararam a rir.

Os gêmeos estavam magros devido às circunstâncias, mas eram homens lindos e carismáticos. A solidão de Jeanne até então, tinha sido grande e árida mas presentemente tinha ganho dois grandes amigos para, assim, preencher sua vida de novas forças e assim, certamente, seria mais fácil enfrentar o mundo conturbado que havia desabado sobre sua vida.

Etienne era alegre, espirituoso e brincalhão e atizava o bom humor de François. Ficaram horas conversando, rindo e repassando as boas lembranças. À noite, Jeanne se deixou acompanhar por Hubert até a casa de seus pais. Queria mostrar a eles a cópia fiel de seu amigo François. Eles eram gêmeos univitelinos e a semelhança entre os dois era incrível. A ponto de ganharem em Paris, aos 12 anos, o prêmio de “Os gêmeos mais bonitos de Paris”.

Etienne, então, sempre muito sorridente e com sua infalível presença de espírito, foi apresentado à família de Jeanne. Até parecia que já conhecia aquelas pessoas simples e, com seu jeito espontâneo, revelava a todos uma sintética e repentina amizade Além do mais, a solidão, a guerra, o momento, aquela alegria cristalina, tudo enfim, de um lado e do outro, parecia música ou sonho. A guerra estava no fim e a vida ia novamente voltar a brilhar para todos.

Aquela amizade se firmou. Etienne revolucionou a vida pacata daquela gente a quem nada podia dar naquele momento senão sua sinceridade e seu afeto. François recuperou-se rapidamente, depois da visita de Etienne. Recebeu alta e saiu em busca de seus pais que ainda estavam bem ao Sul da França. Enquanto se restabelecia daquela fraqueza adquirida durante seu longo padecimento, manteve acesa a amizade por Jeanne. Nunca poderia prescindir dessa amiga que o havia feito renascer... Um amor que transcendia a razão.

Nesse breves dias a guerra cessou. A família Blum, desde o final do século XIX, mantinha um comércio de importação e exportação,

na região Nordeste do Brasil. Uma das propriedades adquiridas por essa progressista empresa precisava dos cuidados de um agrônomo. Roger Blum, tio de Etienne, resolveu então chamar seu sobrinho para gerenciar essa fazenda situada numa região pobre e quente, bem ao sul do Ceará. Roger também aconselhou Etienne a se casar na França e trazer para o Brasil essa esposa francesa para que, assim, ele pudesse se adaptar melhor à nova vida, numa situação bem diversa daquela que ele tinha na França.

Roger era um homem empreendedor e de uma educação primorosa. Tentando amenizar uma difícil adaptação de Etienne num um país tão diverso da França e com uma cultura e uma língua estranhas a ele que viria da Europa, imaginou que Etienne, apoiado no amor, iria conseguir ter melhores condições de se acostumar numa região inóspita como aquela que ele lhe entregava.

Etienne sem ter ideia do que François sentia por Jeanne e também totalmente apaixonado por ela, pediu a doce enfermeira em casamento. Explicou-lhe também que ela teria que sair da França, deixar lá seus pais e irmão para acompanhá-lo.

Nossa amizade é tão insolúvel como a soma de dois números, Jeanne. Você chegou tão silenciosamente na minha vida que descobri que o que eu sentia era o melhor sentimento de todos que já havia sentido. Você veio a mim mansa e amiga, sem maiores intenções, e eu, sem pretextos, nunca imaginei que um dia iria te amar deste jeito. Por isso te deixei entrar em minha alma e no meu coração e nele ficar o tempo que quiser. Você, sem querer, me inundou de amor e, sabe, eu não me importei com isso... contanto que fosse sempre só eu e você. Juntos, enfim. Feliz assim. Casa comigo, Jeanne?

Jeanne levantou o rosto emocionada e recebeu seu primeiro beijo de amor. Nesse momento disse o seu “sim” a Etienne. Uma expressão plácida escondia a felicidade imensa que tomou conta dos dois amigos que finalmente descobriam em si um amor sem medidas. É verdade que depois houve uma pausa no curso das coisas. Uma trégua que lhes deu mais esperanças do que em realidade caberia. Preparativos para a viagem, papéis, documentos, coisas um pouco difíceis de resolver nesses primeiros tempos do pós-guerra.

Nesse compasso, os jovens sempre que podiam, se encontravam, à noite, na casa dos pais de Jeanne. Exaustos, mas animados contavam as façanhas do dia um para o outro e planejavam as seguintes. Havia naquele momento um novo sabor de liberdade no ar e uma euforia vibrante por toda essa novidade. Não se aprofundavam muito quando comentavam o que estava sucedendo, apenas preparavam seus corações para a grande incógnita que seria suas vidas no Brasil.

Dia 18 de Março de 1946, Jeanne e Etienne se casaram em Arès, uma pequena cidade localizada a pouco mais de 60 quilômetros de Bordeaux. Num final de guerra não havia condições financeiras para uma grande festa, mas havia alegria suficiente para prever um casamento harmonioso. Os pais dos noivos estavam divididos entre a felicidade do casal e a saudade que por certo passariam a sentir. François, no entanto, guardou dentro de si seu secreto amor por Jeanne e torceu pela alegria imensa que lia no olhar do seu irmão gêmeo.

Sejam muito felizes nesse distante Brasil, meus queridos.

A viagem ao Brasil foi feita num grande navio. Saíram do porto fluvial de Bordeaux até o Rio de Janeiro. Foi uma longa viagem de vários dias. Chegando ao Rio, foram recebidos pelo tio Roger e sua esposa brasileira, Carmen. Depois de alguns dias, atravessaram o Brasil até Fortaleza.

Tudo era surpreendente para o jovem casal. Desde a diferença climática de uma região a outra, até a alimentação e os costumes de cada povo. Seria uma adaptação árdua, por certo. Primeiramente, Jeanne e Etienne mergulharam no clima úmido e litorâneo de Fortaleza por um mês. Depois, eles viajaram 600 quilômetros em estradas esburacadas até chegarem ao Crato, uma cidade do interior do Ceará, e, a seguir, até a Fazenda Serra Verde onde iriam morar.

Ali chegando, enfrentaram mais uma grande estranheza: a linguagem rústica de sotaque carregado e musical e os costumes inimagináveis para quem nunca havia saído da França. Era uma gente alegre e trabalhadora que passou a andar por toda parte, pelos arredores da casa principal da fazenda com suas roupas rotas e simples,

sorrisos banguelas e, muitas vezes, com falta de banho e forte cheiro de suor. Eram, mesmo assim, pessoas gentis e afáveis que muito rapidamente começaram a fazer parte do novo universo de Jeanne e Etienne.

No início, foi bem difícil para ambos suportar um quase isolamento da civilização. A saudade dos pais, da família e dos amigos era muito dolorosa. Principalmente para Jeanne que ficava mais tempo em casa. Foi assim, portanto, que ela mais facilmente aprendeu o Português. Etienne, por sua vez, era um ferrenho trabalhador e logo se adaptou ao novo ofício e à cultura agrícola e pecuária da fazenda. Fazia muitas viagens a cavalo para atender à demanda dos moradores e acompanhar os serviços prestados por eles.

Alguns anos depois, François foi chamado por Roger para trabalhar em Fortaleza no escritório da empresa Blum & Frères. Sendo um jovem muito bonito e competente, teve êxito em seu trabalho e também o privilégio de frequentar a sociedade de elite naquela cidade onde logo provocou paixões e suspiros por entre as donzelas recatadas e casadoiras. Duas dessas moças eram as irmãs Mariana et Clarissa, filhas de uma conceituada família tradicional da cidade. François era um galã e elas logo se tornaram amigas dele pela alegria que transmitiam e essa aproximação foi mais fácil por dominarem a língua francesa. Eram duas belas jovens prendadas, preparadas para um casamento venturoso.

Fortaleza era ainda uma cidade provinciana e cheia de costumes antigos. Dona Laura, mãe de Mariana e Clarissa então, percebendo que ambas estavam empolgadas com o novo amigo e pareciam hipnotizadas por sua simpatia e beleza, resolveu cortar as asas da admiração que Clarissa sentia, pois naquela época a filha mais velha devia se casar primeiro. Era um velho costume vindo de Portugal. Dessa forma, Mariana conquistou o coração generoso e amoroso de François e eles então vieram a se casar algum tempo depois.

Etienne e François entreteceram suas famílias e se fizeram felizes com sua prole. Clarissa acabou por não se casar. Certo dia, conheceu o comandante de um navio americano com quem, tempos depois, manteve um noivado e uma nova paixão. Mas, Dona Laura não per-

mitiu à filha esse dom de ser feliz. Subtraiu uma a uma as cartas que Clarissa devia receber, fazendo com que a filha se sentisse rejeitada e esquecida por não ter mais notícias de seu noivo.

Por todas essas razões, não é à toa que entendo os que buscam seu verdadeiro caminho. Antes mesmo de aprender os ditames da vida, busquei arduamente o meu. E hoje ainda busco com sofreguidão o meu melhor modo de ser, o meu atalho para a alegria, já que não ousou mais falar em longo caminho. Hoje me agarro impetuosamente à procura de um modo seguro de andar, de sempre tentar dar um passo certo. Às vezes, já cansada, procuro um atalho com sombras confortantes e o reflexo de uma luz entre as árvores. Um atalho onde eu seja finalmente eu mesma. Quem sabe um dia eu e me encontre ali onde sonhei... Mas sei de uma coisa: minha história não é só minha, é também a dos outros. E esta história é um retalho da vida dos meus pais e tios. Tudo o que falo aqui reflete a verdade. Só os nome se encontram camuflados para não melindrar alguns personagens nessa noite de verão, quando o outono se chega a mim.



A sua Casa no Cariri



www.hotelvillarealcrato.com.br
hotelvillarealcrato@gmail.com

Rua Bárbara de Alencar, 668/694 - Centro - Crato - CE
Fone (88) 3521-2824

A Tragédia de Princesa: O caso de Dr. Ildefonso Augusto de Lacerda Leite

Cristina Couto
(pesquisadora)



A curta passagem do Dr. Ildefonso Augusto de Lacerda Leite no planeta terra foi rápida, marcante e trágica. Na minha vida ela foi invasiva, arrebatadora e constante, acabei atribuindo a um dos meus carmas. Após 116 anos do seu estúpido assassinato, o jovem moço que teve sua vida interrompida aos 26 anos de idade com um belo e promissor futuro, aguardou pacientemente e silenciosamente que eu entrasse em cena para assumir o papel de Sherlock Holmes na sua fascinante história que envolveu riqueza, política, poder, religiosidade, amor, traição e sangue numa mistura bombástica resultando no seu cruel assassinato.

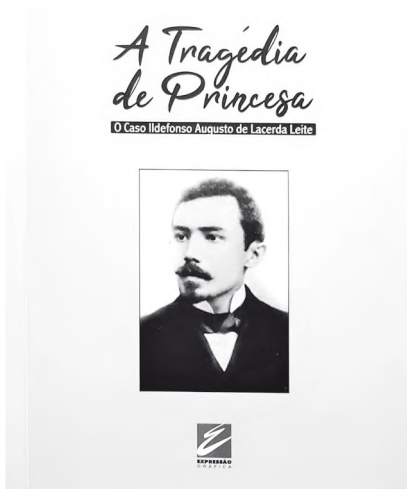
Para investigar a trajetória do médico menino não fiz um trabalho de exumação, porque, eu precisava mais do que seu corpo, eu carecia do corpo e da alma, por isso, tive que ressuscitá-lo, trazer à tona tudo que envolveu seus dias nesta existência: caráter, personalidade, gostos, sonhos, ideais e como funcionava o sistema socioe-

conômico e político da época em que viveu. E, plagiando Machado de Assis em Memórias Póstumas de Brás Cubas: *Ildefonso não é um personagem defunto, é um defunto personagem, porque, tive que trazê-lo de volta a vida para escrever sua história.*

Falar de Dr. Ildefonso Lacerda é revirar um baú de mistérios coberto de poeira, mofo e teia de aranha, e convenhamos daquelas venenosas como a tarântula e a aranha marrom, um verdadeiro covil de serpentes, as mesmas que eliminaram Cleópatra, a exuberante rainha do Egito. Nada foi fácil, no entanto, o próprio Ildefonso guiou cada passo, clareou todo pensamento e elucidou qualquer enigma. Os segredos que envolveram seus dias até sua morte eram sedutores, quanto mais mistério mais fascínio, a cada descoberta o baú se abria e nele verdadeiros tesouros de informações surgiam.

Primogênito de uma família abastada e poderosa seu nascimento foi um verdadeiro acontecimento, sua infância rica e cheia de mimos foi ele o centro das atenções da casa-grande da fazenda da sua avó; inteligente e curioso sua vida de estudante foi cheia de dúvidas e desavenças, sua inquietude e perspicácia acabou lhe acarretando muitos problemas e incredulidade. Fatos que lhes trouxeram incompreensão, perseguição e o levaram a morte.

As páginas nas quais discorrem sua vida foram minuciosamente trabalhadas. Em cada capítulo procurei escrever em ordem cronológica contextualizando o tempo e os espaços por ele percorridos, observando a situação socioeconômica e política da sua época. Além da cultura e dos costumes dos diversos lugares em que ele viveu, desde a vila onde nasceu, aos seminários, escolas e faculdades que frequentou. Através da sua tese de doutoramento pude sentir e ex-



trair dela a sua personalidade e seu caráter. O seu mapa astral mostrou muito do seu comportamento, assim como, seu signo, ascendente e planeta que regeram e influenciaram sua vida. Eu precisava do Ildefonso gente, daquele que nasceu em janeiro de 1876, que frequentou os seminários e o Liceu do Ceará, do Ildefonso que morou na capital federal, que desfrutou das mais belas noites cariocas e das altas rodas intelectuais daquela cidade que um dia fora a Corte, porque, só se falava do Dr. Ildefonso assassinado em janeiro de 1902. Como poderia escrever a história de um personagem a partir da sua morte, precisava falar dele a partir do seu nascimento.

Sua trajetória foi brilhante, teve a companhia e influência do tio materno, Dr. Ildefonso Correia Lima, que já formado em Medicina não poupou esforços e prestígio para proporcionar ao sobrinho o melhor que o Rio de Janeiro e a Medicina da época ofereciam. Estagiou nos melhores hospitais, frequentou a mais alta sociedade carioca e devido ao seu pensamento darwinista, positivista e filosófico integrou a Maçonaria na capital da República.

Em meados de 1900, voltou ao Ceará e passou a clinicar na sua terra natal, na cidade de Lavras, e em Cajazeiras na Paraíba, onde residiam parentes da sua avó materna, Dona Fideralina Augusto Lima. No final daquele ano, a peste bubônica chega ao Nordeste pela linha férrea na capital pernambucana, e segue desenfreada interior adentro, chegando ao Vale do Pajeú e por questão geográfica no Vale do Piancó. Primeiro em Triunfo – PE, e depois, em Princesa-PB. Terra de valentes e prestigiosos coronéis e lugar que residiam muitos parentes do lado paterno do Dr. Ildefonso. Formado em medicina e especialista em doenças tropicais, muda-se para a pequena Vila de Princesa com o objetivo de exercer sua profissão e pôr em prática o que aprendera com o mestre Dr. Oswaldo Cruz.

Foi nessa pequena Vila que Dr. Ildefonso encontrou e viveu todos os bons e maus sentimentos num curto espaço de tempo. A mistura de peste, ódio, amor, cobiça, inveja e conspiração selaram o destino daquele que tinha sido escolhido para ocupar os mais altos cargos e o legado de uma grande oligarquia nordestina. Os Augustos de Lavras da Mangabeira.

A distância entre sua existência, a vergonha da covardia do seu assassinato e as revelações sobre sua curta vida acabaram dando sumiço a documentos, silenciando testemunhas e apagando vestígios, muitas perguntas permanecerão sem respostas, ficando apenas no campo da suposição.

A intensidade que foi sua vida foi sua morte.

Seu corpo saiu de cena, mas sua história se eternizou.

Mataram o homem e ficou o mito.

História de Mulheres: Amor, Violência e Educação no Cariri

Cristina Couto
(pesquisadora)



A busca para identificar os traços característicos do ethos do nosso tempo e, em particular, do território caririense, trouxe à tona, reflexões e iniciativas de pesquisa sobre vários aspectos e campos do conhecimento, incluindo a sociologia, antropologia, história, pedagogia, oralidade e psicologia. A inquietação dos pesquisadores dessa área se mistura para constituir um mosaico de histórias de mulheres, que não se mostra indiferente ao peso de ações guiadas por sentimentos como o amor, o ato impensado da violência e o sentido da educação por elas vivida.

A vida de uma grande e sofrida mulher caririense - vinda de uma classe social subjugada pela injustiça social - que modelou criaturas de barro e, numa imitação de Deus, transformando o barro em vida. Vida a que ela mesma deu a sua criação, emprestando-lhe voz, sentimento e história. Dona Ciça do Barro Cru modelou a partir do seu chão, histórias de personagens tão vivas e tão reais, quanto a sua fé

na vida, no trabalho e na proteção do seu Padim Ciço.

O que aprendemos ao ouvir a oralidade popular é que do barro nasceu o homem, mas aqui no Cariri cearense essa ordem, por vezes, pode ter sido invertida, pois, do puro barro nasceu, viveu e sobreviveu a mulher. Sendo ela feita de uma argila de cor rubra feito sangue, que lhes corre nas veias e na terra, pois quando mortas, esse sangue se mistura à terra escura, transbordante de uma outra seiva feita de ódio, inveja, vingança e amor; sentimentos tão extremos, testados, quantas vezes, até as últimas consequências, por aqueles que se dizem seus protetores e provedores, mas que não suportam a fortaleza, a coragem, a valentia e a ousadia com que essas mulheres veem e enfrentam a vida.

Como parte da absurda história brasileira, o sul do Ceará não foi diferente. Por essas bandas, o patriarcado reinava único e absoluto, desde o começo da colonização se arrastando por todo o século XIX, esses senhores eram donos das terras, dos filhos, da mulher e dos escravos. Embora pareça contraditório, há notícia de que foi nessas mesmas terras que surgiram mulheres que, com muita garra, determinação e coragem, assumiram posições e atitudes, até então, consideradas exclusivamente do sexo masculino.

Foram elas, como todas as outras: mães, esposas devotas e dedicadas, mas, várias delas nunca deixaram ou permitiram ser menosprezadas ou subjugadas por quem quer que fosse. Houve aquelas que assumiram, assim como eles, a direção das suas vidas e das dos outros, impondo sua vontade e determinando seu destino, fosse através da negociação, do acordo, ou, quando nada conseguiam, era mesmo com a força e o poder do bacamarte, da violência e da morte.

Por aqui, reinaram mulheres reais e lendárias que apoiaram seus filhos chegando até as últimas consequências, como a revolucionária Dona Barbara de Alencar, que fez de sua residência um verdadeiro quartel general para apoiar seus filhos na luta pelo um país melhor; como Dona Ana Triste que enfrentando sol e chuva nunca deixou de acompanhar seu marido em épocas de luta; a destemida Dona Antônio Maria do Espírito Santo que depois de perder o marido e seu único filho, voltou e enfrentou uma justiça patriarcal para recuperar

seus bens perdidos; a famigerada Dona Fideralina Augusto Lima que sozinha manteve o controle da família e do feudo com muito prestígio e poder em toda região; e a valente Dona Marica Macedo que ao ver seu filho morto, tomou a arma e lutou bravamente. Foram essas mulheres que mudaram conceitos, romperam barreiras e venceram preconceitos. Administraram seus feudos, criaram escravos, foram esposas, fizeram filhos, mas trataram de fazer valer suas vontades. Mostrando a força e a determinação do substantivo feminino, quando desgarradas da rédea curta e tirânica dos patriarcas.

A composição do cenário nordestino naquele século XIX era de estruturas arcaicas, formadas por três grandes protagonismos que mantinham e detinham o poder sob a força do bacamarte, do punhal e do rosário: os coronéis, os cangaceiros e os beatos. Nesse efervescente conflito, muitas mulheres se atreveram a ingressar e desempenhar papéis fundamentais para a manutenção da ordem e da estabilidade do poder.

O papel relevante e determinante da mulher no decorrer dos séculos, por meio de relatos e acontecimentos diversos, nos deixam perceber o quanto a mulher está ligada às importantes decisões em todas as épocas, e em todas as esferas da sociedade. Algumas, ou, a maioria delas, se fingindo submissas, mas, sabiamente, sendo capazes de influenciar os seus homens (quer fossem maridos, filhos, genros, irmãos ou pais) nas tomadas de decisões, quando não as faziam diretamente.

No caso do Cariri, destaco a preocupação e o zelo das mulheres em educar, escolarizar e formar seus filhos, e dos outros, quando professoras. Nesse sentido, elas foram de fundamental importância para o desenvolvimento da família e da região. Isto porque, cabia a elas a educação doméstica e estavam também no acompanhamento dos estudos em escolas e colégios, na luta para encaminhar seus filhos para estudar e chegar às mais longínquas faculdades. Segundo Sérgio Buarque de Holanda: o bacharelismo era uma forma de manifestação de poder, no espaço organizacional brasileiro, sob a hegemonia da aristocracia rural do século XIX. E todo o poder por aqui exercido, como todos sabem, foi à custa do latifúndio, das armas,

das patentes, mas, sobretudo, do bacharelismo.

No interior dessa elite latifundiária, tais mulheres que pegavam em armas, lutavam e defendiam seus interesses, seus feudos e seus ideais eram as mesmas capazes de amar e proteger seus filhos. Servindo a elas, estavam às mulheres da outra ponta da cadeia social, que embalavam a rede, trabalhavam na colheita, pisavam o milho, torravam café, eram fiéis aos seus senhores, se cobriam de luto e se recolhiam, quando um ente querido falecia. O que queria dizer recolhimento sim, covardia não. Por todo lado, estavam às mulheres a prover a sociedade de ações socializadoras, subjugadas ou indignadas; de forma clara ou às escondidas.

Foi com muita luta, sabedoria, sofrimento, violência, sangue e morte que a mulher chegou até aqui. Vale salientar que somos guerreiras integrantes de um amplo contingente feminino - nunca desistimos; perdemos algumas batalhas, é verdade, o que nos tem dado força para continuar na luta, afinal, somos todas descendentes das tribos guerreiras que dessas terras emergiram. Somos Kariris, Calabaças, Karius, Icozinhos, Jucás, e de muitas outras etnias. Seja na tribo, no feudo, na roça, na feira ou na cidade somos o símbolo da resistência, da coragem e da ousadia sem perder a ternura jamais.

Trilhas da Medicina

► *William Osler*

Francisco Marcos Bezerra Cunha¹

José Flávio Pinheiro Vieira²

Júlio Pedro Araújo Riedl³

William Osler é respeitado como um dos maiores médicos de sua época. Neste artigo está descrito sumariamente a sua vida, estudos, o seu pensamento, o seu legado e a sua atualidade, sendo discutido a sua ação como médico clínico geral ou neurologista e a medicina de hoje e o seu espírito. Foi médico e professor que estimulou o ensino e a observação do “paciente à beira do leito”, tendo influenciado gerações com o seu estilo de trabalho. Como professor de medicina em quatro escolas teve influência definitiva sobre a educação médica. Seus escritos médicos tornaram-se os mais populares e lidos no mundo. O seu livro mais importante é “Principles and Practice of Medicine. New York, 1892”. Destacamos alguns relatos médicos e aforismas. Era um historiador médico, uma

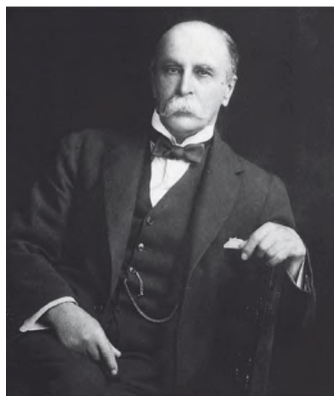


*Figura 1. William Osler
(1849-1919).*

¹ **Francisco Marcos Bezerra Cunha**, professor Adjunto de Neurologia na Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Cariri (UFCA), membro do Instituto Cultural do Cariri (ICC), fazendo parte da Comissão de Ciências (contatos: Av. Pedro Felício Cavalcante, 3030 Casa 08 Grangeiro, 63.106010 Crato – Ceará, e-mail: marcos.cunha@ufca.edu.br).

² **José Flávio Pinheiro Vieira**, médico clínico e cirurgião, além de sócio do Instituto Cultural do Cariri (ICC).

³ **Júlio Pedro Araújo Riedl**, jornalista formado pela Universidade Federal do Cariri (UFCA).

grande cultura erudita e um leitor incansável. Sempre foi solícito e preocupado com seus pacientes, colegas de profissão e alunos. Seu estilo de médico e professor ainda permanece atual. Sem dúvidas, sua sabedoria é tão relevante agora, como o era no seu tempo. Osler usou com sabedoria a arte e a ciência médica melhor do que ninguém, sendo um modelo a ser seguido até os dias atuais. Para ele, um médico deveria exercer a arte de curar revestida das qualidades que a profissão exige, o que deveria estar presente no exercício profissional daquelas que o seguiram. Por que Osler foi tão importante? Por que sua influência se estendeu sobre a medicina atual, mesmo a tendo exercido a sua profissão há mais de cem anos.

- **William Osler: a vida e os estudos**

Natural de Bond Head, Ontário, no Canadá, William Osler nasceu em 1949 de uma família de nove filhos e pais ingleses.

O menino Osler foi acostumado desde criança com rígidos princípios religiosos, morais e de trabalho. Foi uma vida difícil que a sua família teve de enfrentar com ânimo persistente e sem lamentações. O próprio Osler não deu demonstrações de uma infância infeliz. Nos seus primeiros anos de escolaridade foi influenciado pelo padre William Johnson, um naturalista, um artista e um professor de humanidades que apresentou a Osler os clássicos da literatura inglesa. Johnson induziu Osler a ler *Religio Medici* de Sir Thomas Browne, um famoso médico do século XVII.

Osler passou a ter esse livro como a sua bíblia, sendo o seu livro de cabeceira e o mais precioso de sua biblioteca. Quando ele morreu esse livro o acompanhou em seu caixão. Dado a relação com o padre Johnson em muitos momentos ele quis demonstrou intenções de ser ministro da igreja. Com ele Osler também iniciou suas pesquisas biológicas, coletando espécimes biológicas em excursões escolares nas redondezas da região onde moravam. Também inspiraram a sua vida James Bovell e Palmer Howard. Bovell era médico e naturalista, tendo estimulando Osler a usar o seu microscópio e a sua biblioteca. Esses instrumentos de pesquisas eram raríssimos em 1860, sendo um privilégio permitido a poucos médicos. Howard era um grande mé-

dico e professor de clínica da McGill Medical School, sendo admirado por Osler.

Em 1892, o seu principal e clássico livro foi dedicado a esse três conselheiros e orientadores que contribuíram para o seu caráter de médico e pesquisador, bem como o seu amor e gosto pela leitura das ciências humanísticas e prática da medicina. Ele estudou no Trinity College, em Ontário, antes de decidir sobre o curso de medicina. Matriculou-se na Faculdade de Medicina de Toronto por dois anos, concluiu o seu curso 1872 recebendo seu diploma da Universidade McGill, em Montreal.

Formado, como muitos de seus colegas médicos, fez seus estudos de pós-graduação na Europa. Estudou em Londres, Berlim e Viena, retornando ao Canadá em 1874 para ingressar na Faculdade de Medicina McGill Medical School, Montreal, onde fora aluno. Um ano depois, aos 25 anos, foi promovido a professor. Osler foi eleito membro do British Royal College of Physicians, em 1883. Dez anos após, ele mudou-se de Montreal para a Filadélfia, tornando-se professor de medicina clínica da Universidade da Pensilvânia. John S. Billings convidou Osler, aos 40 anos, para ser médico-chefe e professor de medicina no Hospital Johns Hopkins Medical School, em Baltimore. Esta passaria a ser o modelo das escolas médicas americanas. Fez parte do grupo de quatro médicos que fundou esse Hospital-Escola, sendo os demais: William H. Welch, Howard A. Kelly e William S. Halsted. Eles revolucionaram o currículo médico dos Estados Unidos e do Canadá, inspirados nos cursos de medicina inglês e alemão. A Johns Hopkins foi a primeira escola médica a aceitar matrículas de mulheres.

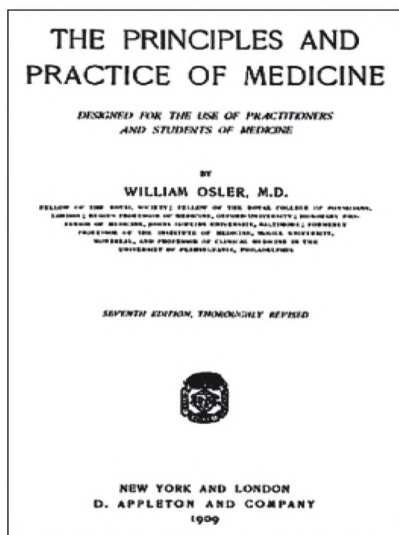
Pessoalmente, Osler adaptou o currículo inglês aos princípios americanos igualitários propostos na época, ensinando medicina aos estudantes à beira do leito. A ideia era que os alunos aprendessem medicina iniciando a sua formação com o paciente e terminando com o paciente. Os livros e palestras seriam instrumentos de apoio. Todos os alunos tinham na sua formação a participação nas atividades dos laboratórios de bacteriologia. Na pós-graduação foi criado um estágio geral, seguido de vários anos de residência médica com responsabilidades clínicas crescentes. Em Baltimore, casou-se com Grace Osler

com quem teve um filho. A sua esposa foi fundamental para que Osler mantivesse um ritmo regular de dedicação aos resultados dos seus trabalhos. Nos seus dezesseis anos na Universidade Hopkins deu importantes contribuições à medicina, ao ensino e desenvolvimento da sua Universidade.

Em Oxford, Inglaterra, aos 55 anos, ocupou a sua última posição acadêmica, a de *Regius Professor of Medicine* e viveu ali os seus últimos catorze anos de sua vida. Morreu em 29 de dezembro de 1919 em decorrência de pneumonia e empiema.



William e Gracy Osler com filho



Os Princípios e Prática da Medicina 1909

• William Osler: o legado e a atualidade

William Osler é sem dúvidas um dos médicos de maior influência e importância na história da medicina. Foi o primeiro médico-pesquisador na visão atual de procurar o conhecimento dos fatores causais e mecanismos das doenças a serem diagnosticadas e tratadas. Foi inspiração para várias áreas do conhecimento: o médico clínico, o educador, o pesquisador, o escritor e o filósofo. Revolucionou o siste-

ma de ensino da medicina e fundou o primeiro hospital universitário dos Estados Unidos há mais de 100 anos. A grandeza desse médico foi reverenciada pelos seus estudantes e pacientes, sendo merecedor de ser lembrado.

Osler reconhecia os poucos tratamentos efetivos na sua época, mas acreditava na satisfação da prática da medicina, auxiliando na cura, ou pelo menos na oferta da qualidade de vida, a partir de uma mente aberta e humilde, muito mais do que ser apenas um prestador de serviços. Tratava-se de um homem com considerável senso de humor, escrevendo mais de 1600 trabalhos do ponto de vista humanístico. A dimensão que lhe deu caráter de pesquisador se define por mais de 800 autópsias realizadas por ele próprio. Na sua época não existiam os grandes avanços tecnológicos de diagnóstico, como tomografia computadorizada, radioisótopos e ressonância magnética. Para compensar isso, Osler foi um mestre da sistematização da anamnese e do exame físico.

Em nosso tempo se integram conhecimentos básicos a conceitos clínicos, tornando as conquistas da ciência médica em instrumentos de aplicação clínica imediata. A atuação de Osler simbolizou perfeitamente essa concepção de medicina unificada. O homem de ciência básica também pode ser o clínico que trata e o professor que ensina. Brown e Goldstein ilustram a versão moderna e mais expressiva de Osler como médico-pesquisador. Sendo médicos e professores em essência, nem por isso deixaram de dar uma contribuição fundamental em ciência básica ao descobrirem os receptores de colesterol, pelo que ganharam o Prêmio Nobel de Medicina. Pelo seu interesse nos mecanismos e causas últimas das doenças, seria de se prever que, se Osler vivesse hoje, estaria certamente interessado em fenômenos celulares e moleculares, pois seguramente identificaria nessas matérias o que buscava em seus estudos de patologia de então, ou seja, a principal das enfermidades. Na ocasião ele recomendava o contato constante com os pacientes e os estudos de necropsia. Dizia que aprendia com os pacientes e que medicina se aprendia à beira-de-leito, e não em conferências. Hoje certamente acrescentaria genética, engenharia genética e biologia molecular a seus tópicos de maior interesse na busca

de um entendimento mais profundo dos mecanismos e causas das doenças.

• **William Osler: “Médico Clínico Geral ou Neurologista?”**

William Osler foi a expressão mais importante da medicina do seu tempo, por praticar ensinamentos de uma prática médica vivida intensamente e atual até hoje. Ele nunca se considerou um neurologista, mas fez relatos clínicos e patológicos de inúmeras doenças neurológicas. Procedeu mais de 800 autópsias do sistema nervoso, muitas ainda em exposição no museu da universidade, tendo publicado mais de 200 artigos na área da Neurologia. Em 1889 publicou seu livro, “Os Princípios e Prática de Medicina”. Desde então, Osler desenvolveu a idéia do aluno na “cabeceira do leito”, como um contraponto à idéia de apenas ouvir palestras para a sua formação médica. Desde então criou o modelo do internamento e da residência médica. Tal concepção passou a ser uma prática de ensino médico até os dias atuais.

Em 1905, transferiu-se para Oxford, Inglaterra, na condição de *Regius Professor of Medicine*. Entre seus amigos, destacam-se Mitchell e Cushing na América, e destacáveis neurologistas ingleses, tais como Ferrier, Horsley, Sherrington e Gowers, sendo esse último referido por Osler como “aquele ornamento brilhante da Medicina Britânica”.

Osler praticava intensamente a medicina clínica geral, sendo exaltado pelos seus alunos como “Pai da Dermatologia”, “Pai da Gastroenterologia”, bem como de outras especialidades médicas.

Com a publicação de mais de 200 artigos em neurologia ficou destacado entre os principais neurologistas de sua época. Tratava-se de uma produção científica neurológica de qualidade, superada apenas por poucos professores de Neurologia em tempo integral. Seu interesse pelo sistema nervoso permaneceu por toda a vida. Algumas monografias publicadas por Osler incluem “Chorea and Choreiform Affections” em (1894), “The Cerebral Palsies of Children” (1889) e “The Cardiac Relations of Chorea”. Durante sua prática clínica diária, Osler usou a borda de seu estetoscópio para tocar os reflexos dos tendões profundos e descreveu a palavra cegueira no mesmo ano que Dejerine. Ele fez a primeira descrição da esclerose lateral familiar

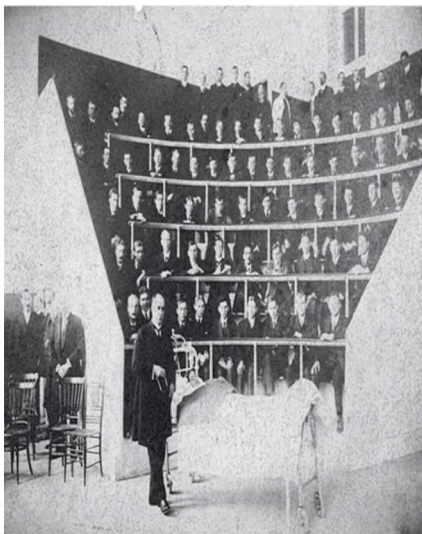
amiotrófica na família Farr, cujo gene foi descoberto mais de um século depois. Osler também escreveu vários artigos sobre meningite que foram importantes no diagnóstico bacteriológico da doença. O mesmo ocorreu com a publicação de uma autópsia que confirmou seu diagnóstico de esclerose múltipla (EM) em um paciente com doença de Parkinson. Esse fato demonstrou a sua contribuição na descrição da esclerose múltipla. Também, pouco se sabia sobre a fisiopatologia do hematoma subdural, acreditando ser causado por um processo inflamatório, um mistério que foi esclarecido por Osler. Participou de vários estudos patológicos do cérebro, o que o tornou um grande especialista no assunto. Osler conduziu estudos neuropatológicos em cerca de 800 autópsias consecutivas no Hospital Geral de Montreal. Entre os distúrbios neurológicos, Osler testemunhou várias autópsias de pacientes com glioma. Seu papel de mentor para Harvey Cushing e Wilder Penfield está bem delineado em suas biografias.

Apesar de suas importantes contribuições neurológicas, Osler nunca se considerou um neurologista. Naquela época, Osler fazia visitas regulares a Charcot, por quem ele tinha grande admiração, a fim de melhorar seus conhecimentos no campo da Neurologia e adquirir novas técnicas de ensino. Um ano após a morte de Charcot, em 1894, Osler publicou “Sobre a Coréia e as Afecções Coreiformes” e, nessa monografia, ele realizou uma exposição específica sobre as contribuições neurológicas de Charcot. Além disso, Osler resumiu o conhecimento atual dos distúrbios choreicos e complementou o texto com informações abrangentes de sua própria prática clínica e experiência na Filadélfia e em Baltimore. Em 1911 Osler foi reconhecido pela realza inglesa com o título de Sir William.

• Cronologia das principais descrições de William Osler

ANO	DESCRIÇÕES DE DOENÇAS, SÍNDROMES E SINAIS CLÍNICOS
1873	Descreveu as plaquetas e o fenômeno de Osler ou aglutinação das plaquetas
1875	Descreveu um parasito nematódeo conhecido com filária de Osler
1876	Descreveu a fagocitose precedendo Elie Metchnikoff

1885	Descreveu a Endocardite Verrucosa no Lupus Eritematoso Sistêmico
1885	Descreveu a Doença de Jaccoud-Osler-Libman ou Endocardite bacteriana
1888	Descreveu o edema angioneurótico hereditários
1892	Manobra de Osler utilizado para detectar a pseudohipertensão Síndrome de Osler: quadro clínico devido a litíase biliar na ampola de Vater Triade de Heschl-Osler: associação de pneumonia, endocardite e meningite
1895	Descreveu as manifestações viscerais do Lupus Eritematoso Sistêmico
1897	Descreveu a forma nodular do mixedema pretibial
1898	Primeira descrição da Síndrome de Cushing
1899	Primeira descrição da Síndrome de Banti
1900	Primeira descrição da Síndrome de Chung-Strauss
1901	Descreveu a telangiectasia hemorrágica hereditária ou Doença de Rendu-Osler-Weber-Dimitri
1903	Descreveu a Policitemia rubra vera ou Doença de Osler-Vasquez
1908	Descreveu os nódulos de Osler na Endocardite
1908	Topografia síndromes lesões cerebrais, neuropatias periféricas e transtornos dos movimentos Estudos sobre a concussão encefálica por traumas cranianos, paralisia infantil e meningites
1909	Publicou "Os Princípios e Prática da Medicina", seu livro mais importante, com extensa secção sobre doenças do sistema nervoso central.



William Osler no Royal Victoria Hospital em Montreal. Osler deixava o Hospital Johns Hopkins para o cargo de Professor de Medicina da Universidade de Oxford. Foto de 1905 da Biblioteca Osler de História da Medicina, Universidade McGill.



William Osler realizando autópsia cerebral como patologista do Hospital Blockley Filadélfia. Ele foi chefe da Clínica Médica na Universidade da Filadélfia de 1884 a 1889. Foto da Biblioteca Osler de História da Medicina, Universidade McGill

• **William Osler: Aforismas de seus ensinamentos à beira do leito.**

Finalizando essa despretensiosa biografia de uma pessoa humana fantástica, apresento algumas concepções da intimidade de seu pensamento por meio de aforismas ou máximas. “São sentenças morais breves e conceituosas”, conforme o verbete no nosso máximo dicionário da Língua Portuguesa, Aurélio-Século XXI, Aurélio Buarque de Holanda Ferreira. Editado sua 3ªed, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. Trata-se de significativos depoimentos colhidos por circunstâncias “à beira dos leitos”. Escolhi apenas alguns como ilustrativos, inclusive a conhecida expressão de seu “Epitáfio”. Foram escolhidos no livro com mais de 300 aforismas: **Sir William Osler - Aphorisms from his bedside teachings and writings**. 1950) do anatomista e antropólogo Robert Bennett Bean, que atuou junto a Osler como aluno e como graduado nos anos de 1903 a 1905.

“A medicina é aprendida à beira do leito e não nos anfiteatros”.

“Na anamnese siga cada linha do pensamento, mas não interrogue apenas o essencial; nunca sugira. Leve em consideração as próprias palavras do doente”

“Pela negligência aos estudos de humanidades, hoje tão generalizada, a profissão perde uma preciosa qualidade”

“No que pode ser denominado método natural de ensino, o aluno inicia-se com o paciente, continua com o paciente e finaliza seus estudos com o paciente, utilizando-se de livros e de leituras apenas como ferramentas, como meios para uma finalidade”

“O mestre eficiente não se coloca em alturas, bombeando conhecimento sob alta pressão a recipientes passivos... ele é um estudante e mais idoso, ansioso para auxiliar os jovens”

“Uma grande universidade possui duas funções, estudar e pensar”

“Falar de doenças é uma espécie de entretenimento das “Mil e Uma Noites”

“A prática da medicina é arte baseada em ciência”

“Existem dois tipos de doutores: os que atuam com os cérebros e os que o fazem com as línguas”.

“Preocupe-se mais com o paciente individual do que com as características especiais da doença...Coloque-se no lugar dele.... A palavra amável, a saudação alegre, o olhar simpático - estes o paciente entende”

“Estudar os fenômenos da doença sem livros é navegar em um mar inexplorado, enquanto estudar livros sem pacientes não é ir ao mar”.

No epitáfio de seu túmulo:

“I taught medical students in the wards!” (Eu ensinei estudantes de medicina nas enfermarias).

• A medicina de hoje e o espírito de William Osler

Atualmente, o paradoxo entre o progresso científico/desprestígio social que vive a profissão médica no Brasil angustiará Osler. Os avanços diagnósticos e terapêuticos avançaram no conhecimento da natureza das doenças e os mecanismos que causam a morte. Nunca

se dispôs de tantos recursos para prolongar a vida. Esperar-se-ia que isso se refletisse num maior respeito e admiração da sociedade pela profissão médica. Afinal, os objetivos principais da atuação médica, que são diminuir o sofrimento e prolongar a vida, vêm sendo cumpridos como nunca na história da humanidade. Contudo, observa-se o contrário. São muitas as críticas, as denúncias de negligência e erros médicos com um enorme volume de judicializações. Certamente são muitos os fatores responsáveis por essa situação que gera o descrédito da profissão médica junto ao público. O problema não é só brasileiro. Spencer, em 1990, se refere aos seus colegas do Colégio Americano de Cirurgias, destacando que nos Estados Unidos pesquisas de opinião revelaram que a estima do público pelos médicos vêm diminuindo progressivamente. As causas não são de natureza científica ou tecnológica, mas se referem ao comportamento no exercício da profissão. Os fundamentos humanitários vêm sendo esquecidos, concluem as pesquisas.

A medicina é uma profissão exercida na individualidade. Os pacientes são vistos e tratados de um por um. Desse modo o impacto da atitude do médico caracterizado no bom trato com os doentes, independe das técnicas empregadas. Os médicos e suas instituições profissionais não podem se isolar de suas responsabilidades. Para Spencer a ciência só não resolve. Esta tem sido mais eficiente no diagnóstico e tratamento das doenças físicas, mas se mostra ineficaz para oferecer o calor humano que todo doente necessita. Essa é a essência do mito de Sir William Osler, que cem anos depois, continua a ser uma inspiração para os médicos do mundo inteiro.

• Sugestões de leituras

1. Fye WB-William Osler's departure from North America. The price of success. N Engl J Med, 1989; 320: 1425.
2. González-Vélez M. Sr. William Osler. Desde el nacimiento de los hospitales universitarios hasta la satisfacción por la medicina moderna. Revista CES Medina, 2012;26(1):121-129.26
3. Pedroso JL; Bassottini OGPB. Neurological contributions from William Osler. Arq Neuropsiquiatr 2013;71(4):258-260.

4. Relman AS-The Johns Hopkins Centennial. N Engl J Med, 1989; 320: 1411.

5. Spencer FC,.The vital role in medicine of commitment to the patient. Bulletin of the American College of Surgeons, 1990; 75: 6.

**Francisco
Marcos Bezerra
Cunha**
(médico)



Cortinas Desfraldadas: os primeiros arroubos das artes cênicas no Cariri

(1850-1920)

“O teatro não pode desaparecer porque é a única arte em que a humanidade enfrenta a si mesma.”

Arthur Miller

Os primeiros vagidos das Artes Cênicas no Cariri cearense, de forma mais estabelecida e menos itinerante, foram ouvidos no início da década de 1850, aqui em Crato. Este período de grande eferescência na nossa cidade, coincidiria com invernos mais regulares, desde a década anterior, de administrações da Província pelo Senador José Martiniano de Alencar (1834-1837) e pela migração de ricos comerciantes para a região, trazendo capital novo, provindos principalmente de Icó. Exatamente neste mesmo período inauguraram-se: o nosso primeiro Jornal “O Araripe” (1855), o Cemitério, o Mercado Arapuca.

• A Sociedade Melpomenense de Teatro

A primal notícia que se tem de um teatro na Cariri apareceria no nosso primeiro hebdomadário em 07 de fevereiro de 1857. Dava conta das precárias condições do *Teatro de Todos os Santos, da Sociedade Melpomenense de Teatro* local, que ameaçava desabar. A nota convocava os associados para uma reunião onde deveriam ser tomadas as urgentes e cabíveis providências. Assinava a convocação

o Administrador *José Martiniano da Costa*. Em 29 de Julho daquele ano, a notícia seria, novamente, republicada, com nova convocação, agendada para 06 de Agosto, agora já subscrita pelo *Cel. Antonio Luiz Alves de Souza Júnior*.

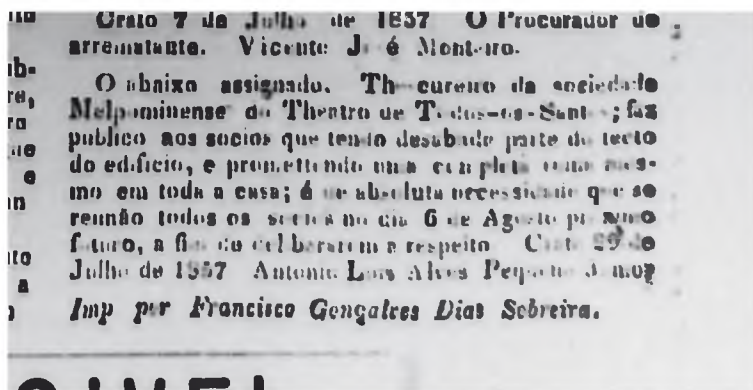


Figura 2. "O Araripe" - 1857.

Muito possivelmente, o *Teatro Todos os Santos* foi inaugurado nos primeiros anos daquela próspera década de 1850, pois, em meados de 1855, publicidade da loja *Teixeira Pequeno & Jacome*, publicada no mesmo noticioso, já dá a localização deste estabelecimento (grifo nosso) como "pouco acima do Theatro novo na Rua grande dessa Cidade."

Teixeira Pequeno & Jacome chegados recentemente
de Pernambuco, offerecem ao respeitavel publico um
bom e variado sortimento de fazendas, que vendem
por preços commodos outro sim avisão que teem mu-
dado seu estabelecimento para a casa pouco acima
do Theatro novo na Rua grande desta Cidade.

Figura 3. "O Araripe" - 1855.

- **O Teatro de Todos os Santos**

Na passagem da *Comissão Científica de Exploração* (1859-1860), pelo Cariri, o presidente desta, Dr. *Francisco Freyre Alemão de Cysneiros*, no seu Diário, relata ter assistido, naquela casa, a uma peça, em companhia de *João Brígido dos Santos* (proprietário de “O Araripe”). Era um domingo, 18 de dezembro de 1859. O médico, presidente da Comissão, faz a única descrição mais detalhada que se conhece do *Teatro de Todos os Santos*.

“Às Aves Marias, estando-nos aprontando para irmos ao teatro, onde representa um politiqueiro baiano, chegou o Brígido com um moço do Jardim, muito bem-parecido e bem trajado; este fez oferecimento para quando fôssemos ao Jardim. Fomos o ao teatro, mas não ficamos até o fim, porque não valia a pena. Havia muita gente masculina, mas senhoras poucas e, destas, poucas bonitas. O teatro é pequeno, estava muito escuro, mas me pareceu melhor que o da capital, o que prova nele mais efeito é o teto de telha vã; tem duas galerias para senhora, uma baixa, que estava vazia, a de cima só metade tinha famílias, a outra metade, estando vazia foi invadida pelos homens e nós ficamos para lá também.”

- **Diário de Freyre Alemão**

O *Teatro de Todos os Santos* localizava-se na Travessa do Rosário mais ou menos no lugar, hoje, entre a Associação Comercial de Crato e o Banco do Nordeste, próximo à atual Praça Francisco Sá. A publicidade de *Teixeira, Pequeno & Jácome* situa-o próximo à Rua Grande (atual João Pessoa). Perscrutando a aquarela de José Reis Carvalho², pintor da Comissão Científica, acreditamos ter localizado o casarão do Teatro.

² A aquarela que retrata a cidade do Crato, saída da paleta de José Reis Carvalho, era propriedade do Museu Vicente Leite desta cidade e data de 14 de março de 1860.

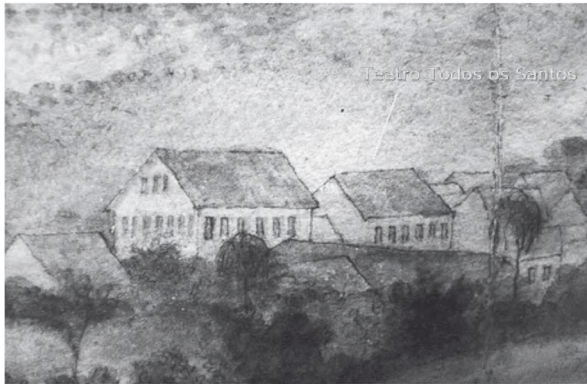


Figura 4. Detalhe da aquarela de José Reis Carvalho (1860).

• Carlos de Carvalho Teixeira

Não são muitas as publicidades de peça teatral em “O Araripe”. Em setembro de 1857, flagramos uma destas propagandas.

ANNUNCIOS.
THEATR. PUBLICO.
DOMINGO 27 DE SETEMBRO.
BENEFICIO
DE D. RITA LIGERALINA FRANKLIN.

1ª Parte Depois que os professores de musica tiverem desempenhado uma das melhores symphonias; o artista Carlos de Carvalho Teixeira executará lindas pizções de gymnastica, e no interrallo, grupos Chinezes executado por quatro jovens, e a Jovem Cearense e o Joven Pernambucano

2ª Parte O Joven Pernambucano João Termino Teixeira Magalhães subirá ao brandejo todo solante e dançará ao son de uma symphonia

3ª Parte O mesmo artista e a Joven Cearense cantarão um lindo e jocosu dueto, que tem por titulo — Teu pai foi carrasco

4ª Parte. A Joven Cearense cantará uma aria, que tem por titulo — triste vida é ser escrava.

5ª Parte O lindo dueto intitulado — O soldado de sentinella agraduado por Major e uma Dama em uma ronda

6ª Parte O engraçado entre-mez, que tem por titulo — A roda vira

Actores.

1ª Parte. Jeronimo. 4ª Parte. Thomasia.
2ª Parte. Feliberto 5ª Parte. Feismina
3ª Parte. Felicia 6ª Parte. Marcos criado.

Prego dos bilhete 1\$.000 reis.

Figura 5. “O Araripe” - Setembro de 1857.

Tratava-se da exibição do artista *Carlos de Carvalho Teixeira* e mais uma trupe que juntava artistas pernambucos e cearenses. Incluía dança, canto e esquetes teatrais. Os atores citados : *Jerônimo, Felisberto, Felicia, Thomasia, Felismina, Marcos* (criado). O preço da entrada : 1\$000 réis. No final daquele 1857, houve uma outra atuação do grupo, pois Carlos de Carvalho publicou nota de agradecimento no nosso primeiro jornal (datado de 03/01/1858). Desta feita, o espetáculo com ótima repercussão, ocorreria no *Sítio Pimenta*, de propriedade de *Joaquim Lopes Raimundo do Bilhar*.

• Anos 1880

Aparentemente, o *Teatro de Todos os Santos* teve reparo adequado, após o chamamento feito aos seus associados em 1857. Não temos exatas informações da cessação das suas atividades. Há, no entanto, evidências que pode ter permanecido vivo por mais uns vinte anos ao menos. A “*Voz da Religião no Cariry*”, jornal em circulação entre 1868-1870, fundado pela iniciativa do Padre Ibiapina, não traz, notícias de manifestações teatrais na região.

• A Companhia de José Bernardino Esteves

Em maio de 1887, chegou a Crato uma Companhia itinerante, de um artista português, *José Bernardino Esteves*, noticiada por o “*Vanguarda*”. O Esteves representava uma miscelânea circense no palco : Corda bamba, prestígio, dança, música, esquetes teatrais.

ANNUNCIO
THEATRO
GRANDE ESPETACULO

Sabbado, 14 do corrente terá lugar no Theatro desta cidade, um grande e variado espectáculo, constando de dramas, scena comica, ginstica, quadro vivos etc etc O espectáculo principia ás 8 horas da noite.

Entrada 1\$000, para creanças — 500 rs.

O Director
José Bernardino Esteves

O espectáculo foi muito concorrido.
Levaram mais a scena um duetto a *Camponeza* que foi bem cantado, e uma scena comica o *Matuto*.
Hoje consta-nos darão segunda recita.
Desejamos muito progresso e muita vida a nova sociedade, que veio supprir uma bem sensivel lacuna.

Na segunda fez as honras da scena um velho tango muito nosso conhecido, foi repetido algumas vezes para ter a extensão de um acto. Não agradou.

O artista portuguez houve-se bem na terceira parte. Fez a contento os trabalhos do trapesio.

A scena comica *Cerração no mar* foi mal representada.

Em compensação a quinta parte agradou muito e o Sr. Esteves desempenhou com graça o papel de matuto.

Na ultima parte foi assassinada a canção *Buvons sec*, mas appareceu um francez bebendo cognac que fez o espectáculo terminar com gargalhadas.

Segunda-feira tentou o Sr. Esteves dar um espectáculo, mas a nenhuma concorrência fez com que o artista pedisse desculpa aos circunstantes, e adiasse o para quarta.

A companhia não merece a frieza com que foi tractada. Traz-nos algumas horas de alegre passatempo, aproveitem-no.

O espectáculo de hontem esteve simplesmente ruim.

Figura 6. Notícias do Jornal "Vanguarda" - 1887.

• Anastácio Príncipe Borge

O "Vanguarda" alardeava, então, a exhibição no "*Theatro dessa Cidade*". Tratava-se do *Teatro Todos os Santos*? O mesmo jornal, em 10/11/1887, noticia a atuação do "*prestigitador, comico e engolidor de espadas*" Anastácio Príncipe Borge. Diz, claramente, que "*Domingo 13 subirá a scena, no Theatro dessa cidade...*" Há a possibilidade que a publicidade se referisse ao nosso "*Teatro de Todos os Santos*", ainda sobrevivente a essa época.

THEATRO

Domingo 13 do corrente subirá a scena no theatro desta cidade com seus trabalhos, o artista prestidigitador, comico magnetizador e engolidor de espadas Anastacio Principe Borge.

O artista espera do povo cratense auxilia-lo em sua tarefa afiançando o melhor desempenho dos seus trabalhos.

Imp. J. M. A. Façanha.

Figura 7. Jornal "Vanguarda" - Novembro/1887.

• Companhia Dramática Mocidade Cratense e o Theatro São Vicente de Paulo

Permanecem, no entanto, algumas dúvidas, sobre a sobrevivência do "Todos os Santos", uma vez que, em 13 de outubro deste mesmo ano, o "Vanguarda" noticia a encenação do Drama "Octávio", em seis Atos, da "Companhia Dramática Mocidade Cratense". O evento aconteceria no "Theatro S. Vicente de Paulo". Segundo Dr. Gustavo Horácio Figueiredo³, em 1882, existia um Teatro na cidade, "*pertencente a uma associação particular, com cômodos suficientes para a localidade e funcionando regularmente*"; em 1915, quando seu artigo foi publicado, não existiam mais vestígios deste teatro original. Teria a *Sociedade Melpomenense de Teatro* já desaparecido nesta época? O *Teatro de Todos os Santos* teria sido substituído, no mesmo prédio, na Travessa do Rosário, pelo São Vicente? O *Theatro S. Vicente* funcionaria, agora, em prédio próprio? São questões que merecem maior investigação. O certo, no entanto, é que a "Mocidade Cratense" aparece como o segundo grupo de artes cênicas do Cariri.

³ FIGUEIREDO, Gustavo Horácio. *Descrição da Cidade do Crato em 1882 pelo Dr. Gustavo Horácio*. Revista do Instituto do Ceará, 1915.

THEATRO

Domingo, 16 d'este mez, subirá á scena no
Theatro. S. Vicente de Paulo o pomposo
Drama **Octavio** em cinco actos ensaiado
com perfeição pela companhia Dramatica
« Mocidade Cratense ».

PERSONAGENS

Major Aprigio.	Pancracio da Natividade.
Octavio.	Paulo, escravo. de D.
D. Josepha.	Josepha.
Henriquêta.	Felismina, escrava de D.
Alice.	Henriquêta.
Rosinha.	Commendador.
Dr. Luis.	Baroneza do Pedrão.
Frederico.	Cap". Costa.
Rodrigo.	Lopes, procurador de D.
Um Padre.	Josepha.

Convidados, criados &

Acto 1º.

As desconfianças de Aprigio.

Acto 2º.

O contrato do casamento e o penhor de
joias.

Acto 3º.

O resgate de uma liberdade.

Acto 4º.

A embriaguez de Octavio.

Acto 5º.

O casamento e a morte de Octavio.

Acto 6º.

Uma parte lirica o « Marujo ».

Figura 8. "Vanguarda" - Outubro/1887.

Em setembro de 1887, o "Mocidade Cratense" havia levado ao palco uma outra peça: "Orgulho Abatido", seguindo-se de um Dueto - "A Camponeza" - e uma cena cômica: "O Matuto".

Espectaculo — Domingo estreiou a sociedade dramatica *Mocidade Cratense* levando á scena o applaudido drama *Orgulho abatido*, que teve pleno desempenho.

Todos os papeis principaes foram bem estudados e comprehendidos..

Notamos em alguns dos moços grande força artistica — calma, simplicidade, desembaraço, posse de seus papeis, naturalidade e energia d'acção. Depois de melhor estudal-os no palco declinar-lhe-hemos os nomes.

Figura 9. Jornal “O Vanguarda” - Setembro/ 1887.

Infelizmente não conseguimos encontrar o nome dos componentes da “*Companhia Mocidade Cratense*”, nem da exata localização do Theatro São Vicente de Paulo. Estaria estabelecido junto à Igreja de São Vicente, então existente à época, nas imediações da futura Praça Siqueira Campos? Ou, mais provavelmente, no prédio da Conferência de São Vicente de Paulo - fundada em 1882 -, na Praça da Sé, onde já no Século XX, teríamos um cinema instalado e encenações de teatro.

• Romeiros do Porvir, na aurora do Século XX

Em janeiro de 1900, chegaria ao Crato, procedente de Pernambuco, o juiz *Manoel Soriano de Albuquerque* (1877-1941). Trazia nos alforjes toda influência literária da sua formação em Recife e Olinda. A ele devemos a criação de um dos mais prósperos grupos de teatro da nossa história. Diretor, dramaturgo, já no ano de sua chegada fundaria a Companhia “*Os Romeiros do Porvir*”. Arregimentou um poderoso grupo de artistas amadores, entre eles um outro dramaturgo e encenador local: *Joaquim Tavares Campos* (Quadro I). O grupo fundou uma pequena Sala de Espectáculos, no único sobrado existente na hoje Rua Miguel Limaverde, vizinho ao prédio onde se estabeleceria o futuro *Bar Alagoano*. Depois, mudaram-se para a Rua Grande (atual João Pessoa), ocupando parte do prédio que depois seria o das *Casas Pernambucanas* (atualmente Casa dos Relojoeiros). Questões políticas locais terminaram por fazer com que Dr. Soriano saísse de Crato em dezembro de 1902, uma perda irreparável para as artes cênicas caririenses. Os “*Romeiros do Porvir*”

sobreviveriam ainda por mais uns cinco anos, influenciaram, sobremaneira, a formação de outros grupos e deixaram , talvez, o mais extenso repertório de toda a história do teatro caririense (Quadro II).

Quadro I
Algumas Peças encenadas por
“Os Romeiros do Porvir”

Crato de Alto a Baixo (1901)	Vinte Anos Depois (1907)
Apenas um Gato (1901)	Decretos da Providência (1907)
Paroara (1901)	O Matuto na Cidade (1907)
Dispa-me essa Roupa (1902)	A Maldição Paterna (1907)
O Espiritismo (1902)	O Viuvinho (Monólogo-1907)
Filho Desesperado (1902)	Dominó Preto
Consequências da Ambição (1902)	Os Dois Sargentos
Jorge, o Gumete (Opereta - 1903)	Travessuras (Revista em dois Atos)
O Advogado da Honra (1904)	Juiz de Paz na Roça
O Photographo (1904)	

Quadro II
Atores de
“Os Romeiros do Porvir”

Alfredo Nunes	Jeronimo de Mello
Antonio Nogueira Pinheiro	João Pontes
Antonio Norões	Joaquim de Lima
Arthur Gomes	Joaquim Fernandes
Arthur Monteiro	Joaquim Tavares Campos
Cândido Costa	José Alves de Figueiredo
Cecília Romão Sobrinha	José Bizarria
Celso Rodrigues	José Gonzaga
Donana Aires	Júlio Milfont de Amorim
Elisa Milfont	Lica Garcia
Ernesto Piancó	Lucyola Gomes de Mattos
Etelvina Gonçalves	Maria Garcia
F. Tourinho	Maria Oliveira
Fantina Aires	Miguel Lima Verde
Francisco da Franca	Raimundo Gomes
Henrique Telles	Raimundo Norões
Iraídes Gonçalves	Raimundo Parente

Quadro III
Atores do Grupo Dramático Cratense

Henrique Lopes Sobrinho (Diretor)
Fantina Aires
Joaquim Alves Pereira

Joaquim Gomes
Viana Monteiro

Quadro IV
Peças encenadas pelo Grupo Dramático Cratense

Um Erro Judicial
Antonio Conselheiro

O Cego da Catalunha

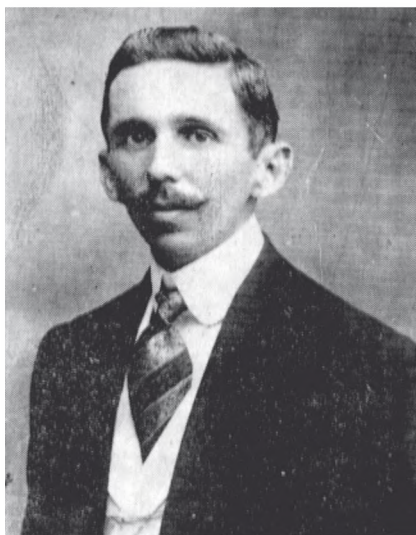


Figura 10. Manoel Soriano de Albuquerque
(1877-1941).



Figura 11. Jornal "Cidade do Crato" - 1903.



Figura 12. Jornal "Correio do Cariri" - 1907



Soriano de Albuquerque, em 1901, havia fundado, em Crato, o *Colégio Leão XIII* e aí criou, também, um pequeno teatrinho onde encenava peças educativas.

• Grupo Dramático Cratense

O florescimento das artes cênicas, no albor do século, proporcionado pela passagem de companhias itinerantes de teatro e pela efervescência de “*Os Romeiros do Porvir*” incentivou outros grupos de jovens interessados pelo palco. Por volta de 1903, aparece o *Grupo Dramático Cratense*, dirigido por *Henrique Lopes*, de que se tem registro de vários desempenhos na cidade (Quadro IV). Inúmeros atores (Quadro III) integraram esta trupe, alguns deles remanescentes de “*Os Romeiros*”. Saliente-se aí a diva do teatro cratense à época: *Fantina Aires*, que ainda cantava muito bem, entoando canções de artistas locais, nos intervalos entre os atos.

Quadro V Peças encenadas pela Companhia G. Lessa

O Anjo do Lar
Maria Lombard
Cruz da Redenção
Brasil Libertado
O Lobo do Mar
O Cego da Catalunha
Lenço Branco
Scenas Fluminenses
Milhareiro
Noite de São João
Amor Infantil (Opereta)
Sacristão em Apuros

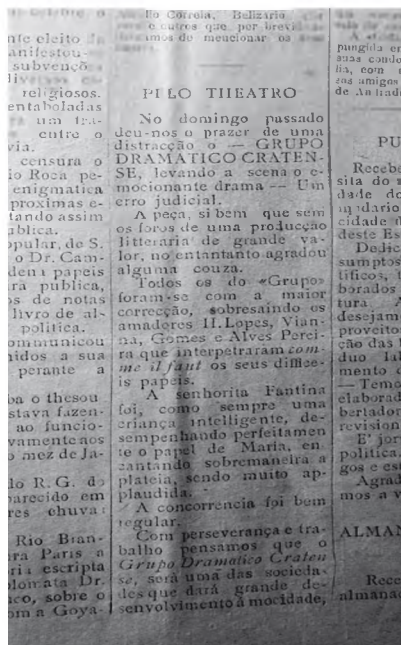


Figura 13. Jornal “Cidade do Crato” - 1904.

- Grupos Itinerantes no início dos Novecentos
- A Companhia Dramática Gonçalves Lessa

Vários grupos itinerantes passaram, periodicamente, no Cariri e, certamente, a eles devemos uma grande influência no impulso a iniciativas locais nas artes cênicas. Em outubro de 1901, teríamos, em Crato, uma temporada da *Companhia Dramática de Gonçalves Lessa*. Em um dos dramas, inclusive, tivemos a participação do artista cratense *Ernesto Piancó*⁴, o que, certamente, elevava aos píncaros os brios da juventude teatral cratense.

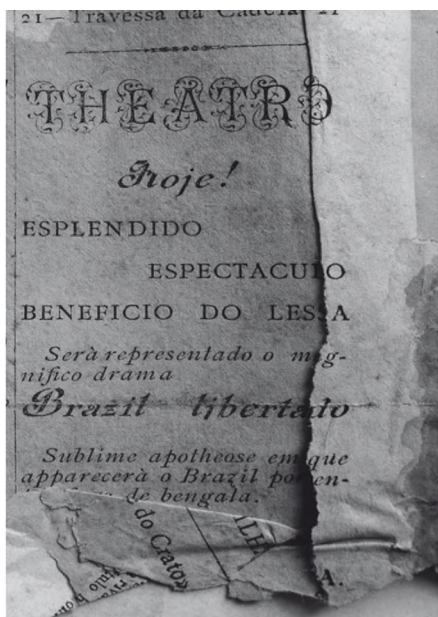


Figura 14. Jornal "Cidade do Crato" - 1901.

Quadro VI
Alguns atores da
Companhia Gonçalves Lessa

Mattos
Oscar Lima
Maria Lima
Gonçalves Lessa
Alzira Lessa
Moreira Vasconcellos
Ludgaria
Virgílio

O Jornal "Cidade do Crato", em 1901, faz detalhada crítica ao desempenho da *Companhia de Gonçalves Lessa*.

⁴ Ernesto Piancó era tio avô do também ator e diretor cearense Fernando Piancó e trabalhou no Banco Caixaerial de Crato.

“Companhia Dramática

Trabalha actualmente em nosso Theatrinho a Companhia Dramática dirigida pelo distinto ator Gonçalves Lessa.

Tem-nos proporcionado agradáveis noites de diversão com representação de dramas cujo desempenho tem satisfeito bastante.

Assim, o Garotinho com que estreou forneceu-nos boa impressão do elenco da Companhia. Seguiu-se o “Anjo do Lar” espectáculo dedicado ao íntegro juiz de Direito desta comarca Dr. Peixoto de Alencar, e ao Dr. Belém de Figueiredo, e em benefício da já célebre actrizinha Alzira Lessa que foi extraordinariamente aplaudida pela correcção de seu trabalho. Offereceu-lhe, num dos actos, belíssimo bouquet preso a uma fita azul o Dr. Belém de Figueiredo, pronunciando por essa ocasião uma alocução entusiástica.

Representaram ainda Maria Lombard e a Cruz da Redenção que nada deixaram a desejar salientando-se em todas estas peças a conscienciosa artista Ludgaria Lessa, e os artistas G. Lessa e Mattos.

Merece-nos porem especial atenção o espectáculo do dia 13 em auxílio à nossa folha pela concorrência extraordinária que teve e que bem patenteia a boa vontade e pujança do nosso partido.

Foi representado o emocionante drama Lobo do Mar, da lavra do inesquecível artista Moreira de Vasconcellos.

Embora de feição simples, a peça prendeu a atenção não só por alguns lances felizes que tem, como também pela correcção do trabalho dos artistas que tomaram parte na representação.

Distinguiu-se o G. Lessa no papel do marinheiro que encara sereno as borrascas da vida como as borrascas do mar, se bem que o coração traia por vezes essa serenidade.

Sabe aliar à expressão a dicção e a gesticulação dos ímpetos emocionais. É um artista perfeito.

Foi-se muito bem o Mattos, que muito moço ainda é incontestavelmente uma grande promessa no palco. Interpretou com vantagem o papel do Almirante. Merece, apenas pequeno reparo o seu característico.

Os outros artistas Oscar Lima e Maria Lima satisfizeram.

Deu começo ao espectáculo a talentosa actrizinha Alzira Lessa que com muita graça cantou uma cançoneta, sendo bisada, recitando em seguida patriótica poesia o Mattos.

Após o drama seguiu-se um intermédio em que o Lessa fez a plateia rir

com vontade nas Scenas Fluminenses, e cantando o Viuvo inconsolável que foi muita aplaudida.

No domingo realizou-se o beneficio do actor Mattos, com uma casa bem regular.

(Neste ponto o jornal encontra-se parcialmente deteriorado sendo impossível transcrever o restante da notícia)

Jornal "Cidade do Crato" - 1901

• O Grupo Atheneu Dramático

Alguns outros grupos foram registrados em noticiosos cratenses, na primeira década dos Novecentos, trazendo sua arte para o Sul do Ceará. Muito frequentemente associavam técnicas circenses, envolvendo dança, dramas, mágica, equilibrismo, malabares, canto. Em 1904, assinala-se a atuação local do *Grupo Atheneu Dramático*. Vinha com o elenco em que incluía a atriz Virgínia Viana e os atores Araújo e Gastão. As performances eram geralmente intercaladas de canções ("Mamã me enganou", "Bumba no ... Caneco", "O Espirro", "Santos Dumont", "A Romã", "Travesti", "Calado é melhor", "O Chefe da Orquestra", "O Rapaz que não tiver...", "Pra Exposição"), e esquetes.

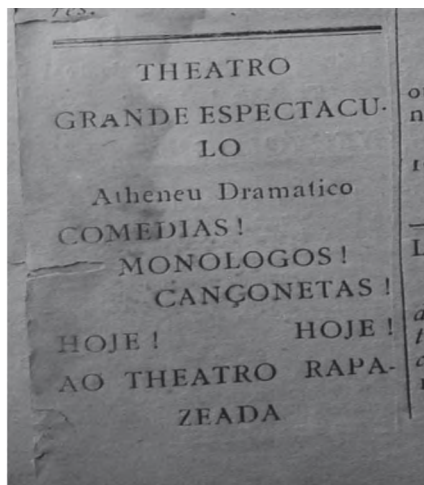


Figura 15. Correio do Cariry- 1904.

O Atheneu encenou inúmeras peças na cidade como: “*Não vai Nada*” (Monólogo); “*Amor Molhado*” (considerado muito picante pelo jornal); “*Giribiribi*”; “*A Viuvinha*”; “*Saias nas Calças*”; “*Marido e Mulher*”; “*Última Noite de Carnaval*” (Comédia); “*A Chácara*”.

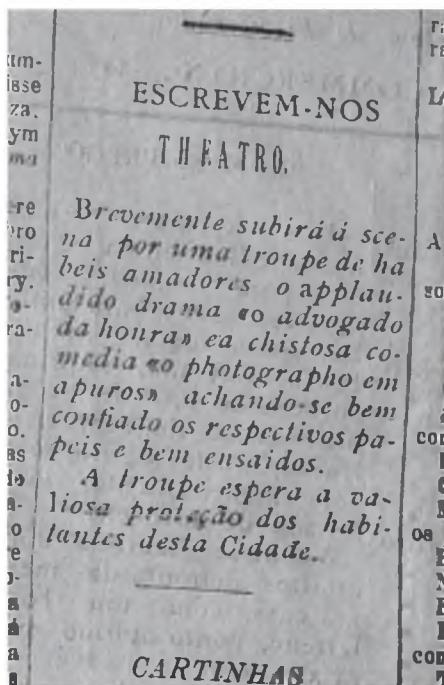


Figura 16. Correio do Cariry - 1904.

• O Teatro no cotidiano cratense

O jornal cratense “*Sul do Ceará*” anuncia, em 1905, várias manifestações de artes cênicas. Aparentemente, à época, já tinha o teatro entrado no gosto popular. Num casamento do Sr. *Ullyses Arthur de Oliveira* com *D. Anna de Alencar Peixoto* (irmã do Pe. Joaquim de Alencar Peixoto), os convidados seriam brindados com arte. A solenidade aconteceu na chácara da mãe da noiva, *D. Hortulana de Alencar Peixoto*. Após o ato religioso, seguiu-se um banquete e “*uma interessante representação theatral*”. Foram exibidas as peças: “*Socialismo pela cozinha*”, “*Os Dois Gên*”.

nios Opostos”, “Diálogo D’outrora que parece Agora”. Estiveram na direção artística: *D. Rosa Brígido e o Major José Joaquim Tavares Campos*. O cenário foi debuxado pelo “exímio artista” *José Taveira Chato*. Atuaram nas peças: *Raimunda, Cândida e Philomena Menandro, Cotinha Nunes, Cristina Barbosa, Enoy Peixoto e Lucíola Gomes de Mattos*.

• A Companhia Fortaleza

Neste mesmo ano, subiu aos palcos cratenses ainda a *Companhia Fortaleza* (“acrobatica e lírica”) trazendo números circenses (“arrisca-díssimos vôos”, “trabalhos de equilíbrio” e palhaço) executados pelo artista *Raymundo Fortaleza* e pelas jovens *D. Mocinha e D. Júlia*. Nota do jornal informava que ele era “nosso compatriota” e já mostrara seu trabalho na cidade vinte e dois anos atrás.

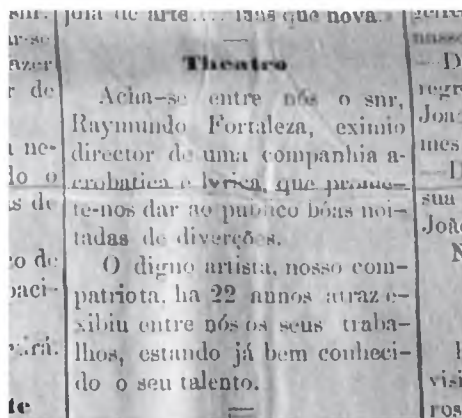


Figura 17. Jornal “Sul do Ceará” - 1905.

• O Grupo Gymnastico

Em 1906 exhibe-se, em temporada, no *Club Romeiros do Porvir*, espetáculo promovido pelo *Grupo Gymnastico*, empresariado pelo Sr. *João Ferreira Dias*, com uso de trapézio, malabares e a alegria do palhaço Tobias e uma canja do artista *Concórdio*, então de passagem pelo Crato. Trabalharam como atores na Companhia: a menina *Minervina Barbosa, Joana Dias, Maria Amélia do Carmo*.

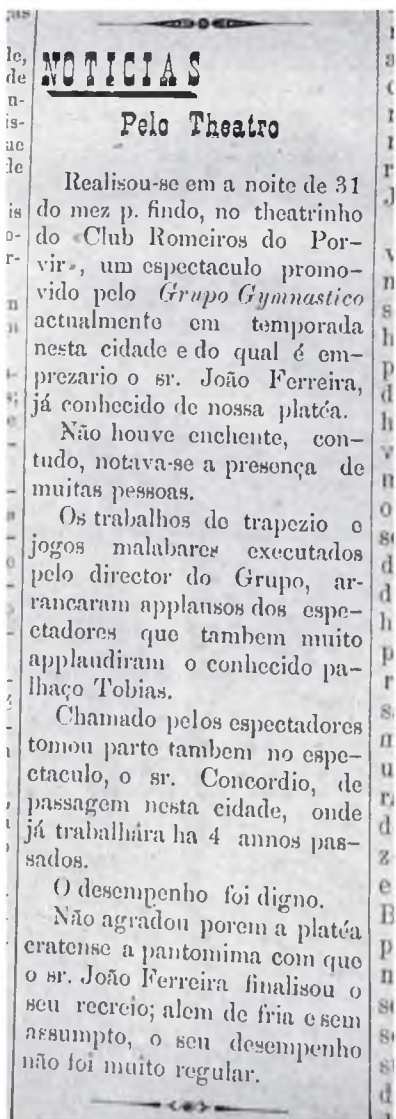


Figura 18. Correio do Cariry - 1906.

• Outros Grupos Itinerantes

Em 1907, flagra-se, no Correio do Cariry, a encenação de peças - *Fabíola* ou *O Martírio de Santa Ignez e Uma Heroína* - pelas alunas da professora *Rosa Brígido*. O espectáculo aconteceu no Salão da Municipalidade, tendo como atrizes as alunas: *Maria Gonçalves*, *Zulmira Lima*, *Lucíola Gomes*. Executariam ainda números musicais como o “*Corta Jaca*” e “*Trarará*”.

Em 1911, o Correio do Cariry expõe a passagem dos atores cômicos *Leoni de Siqueira* e *Eugênio Mergulhão* que aqui estreariam, no nosso *Cinema Paraíso*, fundado naquele mesmo ano.

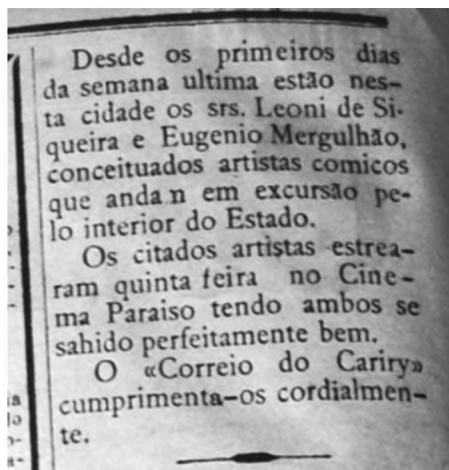


Figura 19. Correio do Cariry - 1911.

- Segunda Década do Século XX
- O Teatro Recreio

Em 1917, inaugurou-se um novo teatro em Crato. Nasceu da iniciativa de *Bruno de Menezes* e *Paulo Lucas*. Bruno foi um dos mais importantes jornalistas da história do Cariri. Cratense, nascido em 06/10/1860, fundou, na cidade, naquele mesmo ano, o jornal “*Gazeta do Cariri*” que era um aprimoramento de o “*Gazetinha*” (jornaleco lançado anteriormente por ele em 1915).



Figura 20. Bruno de Menezes- Foto do “*Gazeta do Cariri*” (1918).

O teatro funcionou na Rua do Fogo (atual Senador Pompeu), onde antes se instalara a “*Pharmacia Pasteur*”. Chamava-se “*Recreio*”. Os preços da entrada: \$ 400 réis.



Figura 21. Gazeta do Cariri - 1917.

Para a inauguração de o “Recreio” foi convidado o ilusionista gaúcho Bibiano *Tubino*. Ele vinha em turnê pelo Nordeste e trazia consigo sua partner e consorte: *Antonina*. Ela auxiliava no palco, “*recitando interessantes monólogos*”.

• Um Teatrinho na Conferência São Vicente de Paula

Em 1919, no palco vicentino, na praça da Sé, dá-se notícia da exibição da peça “*O Mártir do Dever*”, por alunos do Colégio Diocesano. No mesmo palco e ano, encenar-se-ia o drama (em três atos) *Brasileiros & Portugueses*, em prol do recém inaugurado “Crato Football Club”. Os atores eram todos amadores e, segundo “*O Araripe*” (na sua segunda versão), a trupe era “*composta de rapazes e senhorinhas da nossa melhor sociedade*”.

• Club Lítero-Dramático Olavo Bilac

O mesmo jornal traz notícia de Santana do Cariri, assinada por Eduardo Matos em 09/02/1920. O “Club Lítero-dramático Olavo Bilac” encenou ali o drama “*A Visão da Aldeia*”. Estiveram em cena: Nenem

Queiroz (no papel de Beatriz); *Otília Bantim* (Semeana); *Elisa Cabral* (como Kis); *Antônia Queiroz e Maria Franquilina*. A notícia salientava que *“dramas como o de hontem, o qual foi tão bem interpretado equivalle a uma estrondosa victória no bello scenario do pensamento; muito honram e recomendam nossa sociedade que tem foros de culta: muitíssimo elevam o nosso nível moral e intelectual.”*

• A União Artística Beneficente

Em 1907, ao que parece, o número de artistas em Crato já se tornara de elevada monta. Tanto que surgiu a ideia de se criar uma entidade (Centro Beneficente) com o fito de *“amparar os associados quando em qualquer circunstancias da vida, a desventura lhes arrancar das mãos o instrumento de trabalho”*, segundo editorial do *Correio do Cariry*. Logo a seguir, tem-se a notícia que houve a reunião na sede de *“Os Romeiros do Porvir”*. Presidiu o encontro o magistrado *Hermínio Botelho*, sendo, então eleita a primeira diretoria (Quadro VII) e designada comissão para elaboração dos estatutos.

A comissão escolhida para confecção estatutária estava composta de: *Joaquim Tavares Campos, Augusto Collares, Victor Linard, Cesário Saraiva Leão e José Viana*.

A União Artística Beneficente permaneceria viva e atuante. Em 1918, o *“Gazeta do Cariri”* traz notícia da eleição de uma nova diretoria.

QUADRO VII UNIÃO ARTÍSTICA BENEFICIENTE DE CRATO 1ª DIRETORIA

Presidente - Herminio Botelho	Tesoureiro - Theopisto Abath
Vice-presidente - Cesário Saraiva Leão	Procurador - Paulo Lucas
1º Secretário - Victor Linard	Orador - Francisco L. Tourinho
2º Secretário- José de Menezes	

Em tempos imprevidentes, sem quaisquer amparos governamentais, os artistas organizavam-se no sentido de trazerem algum socorro aos seus membros, quando a moléstia e a idade um dia lhes sugassem a força de trabalho.

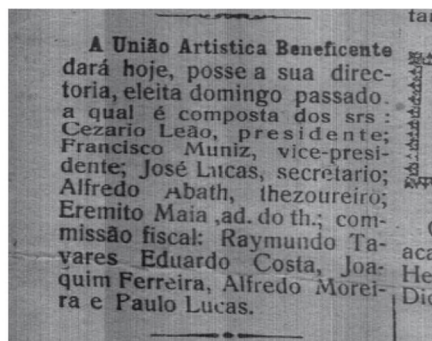


Figura 22. Gazeta do Cariri - 1918.

• Cai o Pano

Essa é uma truncada e sintética reconstituição do palco das artes cênicas caririenses no período de 1850-1920, assentada em jornais da época. Apenas um roteiro com incontáveis goteiras no seu teto de palha. Mesmo assim, pode-se perceber a efervescência daqueles tempos históricos. Hoje nossos grupos teatrais vivem à míngua, à beira do colapso. Não temos um teatro público em funcionamento regular na cidade. Restam os atores e diretores atuantes, firmes ante todas as adversidades, carregando uma chama que queima há quase 170 anos. Mostram à sociedade meios com que ela pode enfrentar seus fantasmas e demônios interiores, enquanto combatem o *Jaraguá* diário do desânimo e da inanição.



J. Flávio Vieira
(médico e escritor)

REFERÊNCIAS

BORGES, Raimundo de Oliveira. *O Crato Intelectual*. Coleção Itaytera. Crato:1995

MATOS, Florisval. *História do Futebol no Crato Versus Cabra Preta*. Tipografia do Cariri: 1978.

NASCIMENTO, F. S. *Crato: Lampejos Políticos e Culturais*. Casa José de Alencar. Fortaleza: 1968.

PINHEIRO, Irineu Nogueira. *Efemérides do Cariri*. Imprensa Oficial do Ceará. Fortaleza: 1963

JORNAIS CONSULTADOS

Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

"O Araripe", "Voz da Religião no Cariri", "Vanguarda".

Hemeroteca Digital do ICC

"Cidade do Crato", "Correio do Cariry", "Gazeta do Cariri", "Sul do Ceará", "O Araripe (1919-1920)"

CRÉDITOS DAS FOTOS

Soriano de Albuquerque - Acervo do autor

Sedes de "Os Romeiros do Porvir" - Acervo Linard

Aquarela de José Reis Carvalho - Museu Vicente Leite de Crato

A literatura no Cariri cearense (em elaboração)

Três Crônicas de Emerson Monteiro



Emerson Monteiro
(advogado e escritor)

I - A LITERATURA NO CARIRI CEARENSE

A literatura caririense bem caracteriza as literaturas do interior dos países. Ela repercute os gêneros, os estilos, as vivências. Decerto existe com seus expoentes por vezes melhor qualificados e de maior dedicação. Há editores nas cidades principais, órgãos de divulgação restritos às dimensões. Desde os primeiros visitantes letrados, multiplicados pelos catequizadores da Igreja Católica e pelos escribas oficiais das expedições iniciais, acham-se diversos exemplares de cartas, relatórios, descrições e narrativas dos funcionários dos governos e das instituições interessadas nas terras e nos resultados da exploração dos recursos naturais.

Fala de uma energia de oásis, que viajantes percebem nos efeitos da Região pródiga em manifestações artísticas populares, artesanais, musicais, sobretudo exóticas face ao distanciamento dos centros maiores do litoral. Esse telurismo revela autores com ênfase na literatura oral. Já nos dias de hoje, despontam alguns romancistas,

poetas e compositores que detêm qualquer fama em nível da mídia lá de fora.

De alguma forma estejamos cientes, existe, na verdade, uma literatura que merece o título de literatura do Cariri, ou no Cariri. Através da organização de uma cronologia de autores, chegar-se-á no conceito histórico e de conteúdo dessa proposição. Os principais vetores disso os querem admitir vir de antes através da Igreja e seus emissários diocesanos, dos educandários que aqui estabeleceu desde os primórdios, além dos menestréis da oralidade e dos funcionários e profissionais liberais nos momentos de descontração e isolamento provinciano, em salões da boêmia artística de tempos onde inexistiam os chamamentos tecnológicos do presente. São muitos autores e diversos os meios de propagação daquelas letras atávicas que restam abandonados nos restos de semanários e revistas.

Há neste pedaço de mundo lugar distinto aos aspectos da expressão literária, desde a herança da oralidade, qual dissemos, aos albos da sofisticada erudição, tanto de ilustrados colonizadores europeus quanto do imperialismo consumista dos dias nacionais da cultura oficial do Sudeste. Sequeladas vítimas dos instintos medievais portugueses, no entanto ainda persistem nos heróis do desejo insano de propalar a fé naqueles amores originais de índios, escravos, agregados e analfabetos. Eis aqui um reduto de resistência, pois, portanto.

Aparentemente panfletário, nada melhor do que começar assim uma abordagem objetiva dos dois segmentos distinto de nossa literatura. Algo de místico, algo de heroico, no entanto sempre de sobrevivência no aboio dos vaqueiros, nos cantos das lavadeiras dos açudes, nos cocos, maracatus, baiões, xotes, toadas, maxixes, xaxados, samba de latada e outros lamentos. Do verso popular arrevesado aos tantos modelos de rimas e estrofes, a desaguar no arrebatamento dos raros que rompem o enquadramento distante da academia e se propõem a expressar o novo em forma erudita, por vezes emitida por pasquins do interior, livros sem distribuição e grêmios solitários. Imprensa marginal dos próprios intelectuais de classe média aos impulsos juvenis da mocidade, a formar existência determinada

pela força telúrica dos santos brejeiros, a saudade incontida de uma criação tímida e determinada.

A cultura europeia e a cultura original dos sobreviventes amestrados que os secundaram, por isso persistem nos relatos históricos, no pensamento do Sertão literário de bases tapuias, revendo os credos, carabinas e cores, dramas e perseguições. Às vezes, o cordel, o repente de gênios autóctones, a historiografia dos jornais de antigamente, a força da Igreja ainda vicejante e a contracultura; a poesia dos menestréis das ruas abandonadas de amores e o teatro das praças e das feiras, nos gestos jogados à lama do inexistente. A tradição do lendário esquecido, os mitos, os grupos temporários; a religiosidade nativa, meios e sonhos individuais e sociais desfalecidos nas brenhas do anonimato. São exércitos do sobrenatural da arte em confronto extremo de vencidos e vencedores, mídia industrial e artesanato de pedra rústica. Civilização em delírio de infiéis e santos, dialética dos profanos e sagrados, integrados e apocalípticos; a fome versus a salvação, símbolos viscerais das letras do Cariri, nos altares da imortalidade. Um Cariri entre demônios e anjos luminosos, vivos, de cangaceiros e coronéis, arquétipos da escrita e da beleza, senhores da mais utópica das eternidades indiferentes.

No fluir das eras, agora existem o albor das academias e suas formulações profissionais dos diversos campos. Claudicam, entretanto, face aos limites do interesse de publicações e das ocupações didáticas dos magistrados. Restritas aos campos de uso, praticamente permanecem no meio das quatro paredes da sala de aula ou nos empenhos burocráticos de incentivos à cultura oficial. Empalidecidos nos programas de governo e instituições, passam longe das bancas e livrarias. Raros escritores avançam no desejo de escriturar as inspirações que lhes chegam ao sentimento; isso que quase só retroage aos fatores originais da gesta medieval, quando, solitários e vadios, andarilhos apaixonados da liberdade vagavam trôpegos e libertinos pelas páginas das literaturas paleolíticas de antanho.

II - ENTRE A CANETA E O BACAMARTE

Isto de isenção absoluta em matéria de assuntos humanos já se sabe em definitivo que não existe. Na historiografia também acontece do mesmo jeito. Desde a seleção do tema a ser abordado, aos métodos adotados, em tudo por tudo o autor põe sua capacidade de escolha, a demonstrar o quanto difícil será fugir da participação pessoal naquilo de que trata. Tem sido assim desde que o primeiro homem se deteve na investigação da história, e de certeza assim continuará pelo correr dos séculos adentro. Aonde tocar, ali nascerá nova história, por mais que intente aprofundar os temas e as versões que os enquadram. O que fará a diferença serão o esmero e a diligência dessas abordagens. O afinho e a seriedade com que mergulhar naquilo que recolhe de depoimentos, documentos, interpretações anteriores, peças e materiais encontrados na fria matemática de aproximação dos esforços.

Cristina Couto compõe esse quadro de seriedade no trato dos compostos da história de Lavras da Mangabeira. Juntamente com Joaryvar Macedo, Melquíades Pinto Paiva, Batista de Lima, Dimas Macedo e João Tavares Calixto Junior, que formam o panteão dos historiógrafos a primar em recolher com carinho e acendrado amor peças raras do passado dessa comuna interiorana do Ceará, reconhecidamente rico em característica antropológicas, etnográficas e históricas do período feudal nordestino brasileiro, e delas formam o que restou de nossos registros em verdadeiras obras literárias da maior importância do ponto de vista das ciências sociais, durante todo tempo. Há uma legenda de que Lavras detém largo número per capita de intelectuais e artistas além da média dos demais rincões do Estado, o que a situam dentre os lugares privilegiados neste conceito. E seus historiógrafos bem caracterizam tais pretensões, sobretudo no que tange ao zelo e a qualidade do que produzem.

Este trabalho de Cristina agora, mais uma vez, demonstra a largas considerações. No que diz respeito ao trágico Episódio de Princesa, na Paraíba, que envolveu o primeiro dos netos de Dona Fideiralina, a matriarca de quatro costados das Lavras e dos Augustos,

a autora encetou pesquisa inolvidável, digna dos grandes missionários da investigação histórica, indo bem dentro das profundidades possíveis daquilo que quis conhecer e reunir. Abriu mão das comodidades rotineiras, viajou aos lugares dos acontecimentos, visitou familiares dos principais personagens, avassalou nas matérias anteriores, vasculhou os documentos oficiais do processo, interpretou coerentemente livros, jornais e revistas que abordaram, à época, o polêmico assunto, e produziu texto admirável pela clareza e totalidade daquilo em que sentiu o dever científico de bem informar o leitor, dada a sua qualificação acadêmica de propiciar à posteridade uma visão crítica da momentosa e tão traumática ocorrência envolvendo o médico cearense Ildefonso Augusto de Lacerda Leite.

Além do mais, Cristina Couto possui um texto escorreito, prático e fluente, ao estilo dos bons romancistas, no que prima enfeixar e desenvolver os subsídios que localizara no decorrer da longa caminhada, relíquias ainda existentes quanto ao incidente histórico e suas inevitáveis consequências pessoais e sociais.

Outra vez está de parabéns a cultura histórica do Ceará, quicá do Brasil, com a maturação desta escritora e da sua produção científica, motivo da melhor justiça aos que ora se debruçam em conhecer o seu apreciável trabalho.

III - NA MALA, SÓ A VIAGEM

No dia 07 de janeiro de 2018, foi lançando, em todas as plataformas digitais, o novo EP de Tiago Araripe: Na Mala, Só a Viagem. São quatro composições inéditas, gravadas com a sonoridade da nova música pernambucana. Para seguir os passos do lançamento, visite a página: www.facebook.com/AraripeTiago

Em arranjos primorosos, característica do cantor e compositor Tiago Araripe, temos às mãos esta sua nova produção artística. São algumas das faixas que comporão seu próximo disco, chances de conhecer de perto o que nos reserva a criação sempre surpreendente do músico.

Enquanto trabalho estas palavras, ouço, através da Spotify, as

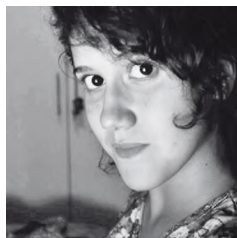
quatro composições que constarão do novo álbum: *Bem aqui, Das horas, Perder alguém e De passagem*, músicas que me fazem percorrer o itinerário do que ele até aqui produziu numa vida rica de revelações e criatividade. Dotado de talento refinado, pleno de imaginação positiva e comunicabilidade, sabe reunir, em letras e arranjos, poemas leves e profundos, em uma obra luminosa e reveladora.

De longe sigo a história musical de Tiago Araripe, desde os anos 70, nos primeiros lampejos do que seria a surpreendente história deste autor, desde seus ensaios através dos planos literários e musicais. Nos inícios, fora estudante de Arquitetura e escrevia contos instigantes, surreais, isto ainda na adolescência. Adiante, migraria às hostes sonoras, em que tão bem se desenvolve e acrescenta de valores estéticos.

Depois, houve os passos em Recife, ao tempo do Nuvem 33, grupo de vanguarda junto de quem exercitou os voos na composição; em São Paulo, o grupo Papa Poluição, de proposta também revolucionária, quando gravaria um compacto e seguiria rumo ao primeiro LP, *Cabelos de Sansão*, relançado mais recentemente. Houve, em 2013, o *Baião de nós*, disco produzido por Zeca Baleiro, de consistência e primor musical, já consolidando a importância do artista no panorama da música popular brasileira, onde marca posição digna dos seus maiores nomes.

A dureza dos amores fluídos

Janaína Lacerda
(escritora)



Esses dias sonhei com aquela menina, Lara, ainda me lembro o jeito que ela se ria falando de ti pro irmão da minha amiga, falava de ti como falava também daqueles outros oito meninos que ela havia mostrado as fotos e dado características avulsas anteriormente. Nada nela me cativava, só o sorriso e a carinha de menina réa, mas de resto ela era muito exagerada. Eu nunca mais teria me pegado pensando nela, mas foi uma coincidência muito grande, essa menina ter pego a carona errada e acabar lá, ainda mais quando eu tava saindo pegando minhas coisas apressada o uber já tava me esperando lá embaixo eu ouvi ela dizer teu nome, e dizer que queria beijar tua boca e dizer que tu era palhaço, não palhaço de engraçado, palhaço mesmo, e que vocês iam se ver em breve (a mesma coisa que eu tinha dito pra Ingrid quando te conheci, o negócio do palhaço). Eu pegando a estrada pra Paraíba e imaginando ela beijando tua boca com a mesma vontade que ela beijava aquelas outra oito bocas, e imaginando tu beijando ela com a mesma vontade que me beijava e que provavelmente beijava outras dezoito bocas. Nem é ciúme, foi

só uma confusão de sentimentos que se apoderou de mim e só me esclareceu que era confusão de sentimentos, eu nunca te quis só pra mim, porque tu é amor da cabeça aos pés e te querer só pra mim é mesmo que barrar rio daqueles rios que ainda destruíam margem com toda a força, sou só flor pequena que se banha nesse rio mas aprendi a deixar ir o rio que prefere correr, preciso é encontrar e fortalecer minhas raízes na terra pra não me perder por aí, é o que rita lee sempre cantarola na minha cabeça nos dias de anuviamento dos pensamentos “só não vá se perder por aí”.

O Cariri Literário

Jorge Carvalho
(escritor)



O Cariri cearense, o Verde Vale, o Sul do Ceará; hoje, Região Metropolitana do Cariri. Procurarei, nesta oportunidade, conversar com os meus leitores em momento de inspiração divina, abordando, refletindo, comentando o Cariri literário, quanto aos nossos intelectuais, nossos escritores, cronistas, poetas, poetisas. Começo destacando dois historiadores: Padre Antônio Gomes de Araújo e Dr. Irineu Pinheiro. O primeiro, conhecedor profundo do aspecto histórico cratense e caririense, a formação do município citado e demais municípios da Região. No caso da cidade do Crato, desde a criação da Vila Real, a elevação à categoria de cidade, aos acontecimentos seguintes.

Dr. Irineu Pinheiro escreveu *Efemérides do Cariri*, trazendo com precisão, em obra histórica, datas dos acontecimentos regionais em seus mais variáveis assuntos: religiosos, políticos, sociais, esportivos...

J. de Figueiredo Filho, outro escritor de inegável gabarito intelectual. A cidade aconchegante de Várzea Alegre nos presenteou com a figura carismática e ética do Padre Antônio Vieira. Monsenhor Antônio Feitosa enobrece a Região pela invejável capacidade cultural e

intelectual e o profundo conhecimento de ciência e religião.

A cidade serrana de Caririaçu, por sua vez, nos legou o advogado, escritor, intelectual e professor Dr. Raimundo de Oliveira Borges. Juazeiro do Norte nos oferece e nos brinda com um suave ventinho matutino nas figuras brilhantes do Dr. Geraldo Meneses Barbosa, do Professor Daniel Walker, do escritor Renato Casimiro, do escritor e educador social Franco Barbosa, e da vertente moral de Raimundo Araújo; além da poesia perfeita de Maria do Rosário, Pedro Ernesto, Abraão Batista, Pedro Bandeira, João Bandeira, na literatura de cordel e/ou na produção literária em publicação de livros que focalizam os mais diversificados temas do cotidiano.

Os verdes canaviais de Barbalha, com, também, o perfeito conhecimento histórico, cultural, social na pessoa do médico Dr. Napoleão Tavares Neves. A mesma histórica Barbalha, com a presença literária do poeta Ernane Tavares, do Prof. João Hilário, que enobrecem a Região culturalmente. Voltando ao Crato, os intelectuais Olival Honor, José Flavio Vieira, Emerson Monteiro, Roberto Jamararu, referências de escritores/poetas/cronistas em nosso atual convívio, que, em companhia literária de nomes quais a poetisa Bastinha Job e todos que integram a Academia dos Cordelistas do Crato, possibilitam creditar ao Cariri a importância cultural que detém, onde existem também o Instituto Cultural do Cariri, em Crato; a Sociedade dos Poetas de Barbalha; e o Instituto Cultural do Vale Caririense, em Juazeiro do Norte.

Obs.: Dedico o presente artigo ao intelectual, professor e educador José Newton Alves de Sousa, nos seus 95 anos, e aos poetas, poetisas, escritores e demais intelectuais que enriquecem culturalmente o Cariri com em seus trabalhos literários em cada uma das cidades que formam o Sul do Estado do Ceará.

Padre Alencar Peixoto em prol da Independência do Juazeiro do Norte através do Jornal O Rebate

Nabuco

(professor e escritor)



Juazeiro do Norte, cidade localizada no sul do Ceará, na região conhecida como Cariri, no seu processo emancipacionista, seguiu o curso que praticamente todos os processos de emancipação no Brasil têm seguido: um povoado começa a aumentar sua população, a sua economia tende a crescer, algumas personalidades – ou por consciência, ou por interesses políticos – começam a se organizar e a conclamar o povo para lutarem pela independência e, consequentemente, aparecem, como forma de resistência, aquelas que se posicionam contrariamente.

O movimento de independência de Juazeiro se deu no início do século XX, quando já era o maior povoado pertencente ao município de Crato, cidade mais próspera da região e mais importante do interior do Estado. Por ser um povoado bastante populoso e por

gozar já de certo crescimento econômico – entre outros fatores influenciadores –, seus moradores consideraram ser o momento de se desmembrar de sua cidade mãe. Então, surgiram os apoiadores do movimento emancipacionista. Entre eles, vários nomes podem ser citados, como Joaquim Bezerra de Menezes, João Bezerra de Menezes, José Eleutério de Figueiredo, Cincinato José da Silva, Pedro Fernandes Coutinho, além de outros mais conhecidos e de maior destaque como Floro Bartolomeu, José Marrocos, Padre Cícero Romão Batista e o Padre Joaquim Marques de Alencar Peixoto.

Há uma vasta obra que relata os principais acontecimentos que culminaram com a independência de Juazeiro do Norte e que sempre menciona estes últimos nomes citados, principalmente o do Padre Cícero, que ficaria posteriormente conhecido como o Patriarca de Juazeiro. Porém, nenhuma novidade há – para os que leem sobre o assunto – a presença desse religioso, sua importância política e sua capacidade conciliadora. O que talvez possa parecer algo novo é “descobrir” o peso da participação do padre Alencar Peixoto e a sua grande importância no processo emancipatório, seja como intelectual, como grande orador que sabia conduzir as massas ou como apoiador financeiro. Mesmo Camurça (1994), crítico do padre Peixoto e de seu estilo “destemperado”, o trata como “quem viveu e liderou de 1907 a 1911 os acontecimentos decisivos no Juazeiro” (p.65).

Essa admissão de Marcelo Camurça, no entanto, não é a nota dominante nos estudos historiográficos a respeito de Juazeiro no momento de sua constituição como cidade autônoma. Por esse ângulo, sem diminuir o papel e a importância de cada ativista, qualquer pesquisador da vida do padre Alencar Peixoto pode facilmente perceber uma desproporcionalidade na apresentação dos principais vultos apresentados nas obras historiográficas que tratam de tal assunto. Ganham destaque imenso – de forma merecida – Floro Bartolomeu e o padre Cícero, enquanto que o padre Peixoto – citado em quase todas as obras – é destacado como o fundador do jornal *O Rebate* – veículo de comunicação criado por ele para rivalizar com o periódico cratense *Correio do Cariry* –, mas que se torna eclipsado pelo próprio jornal e pela grande valorização que se dá – e

aqui repito: merecidamente – aos atos praticados pelo padre Cícero e por seu companheiro de decisões políticas, Floro Bartolomeu. O padre Peixoto fez muito mais do que os livros costumam apresentar. É muito pouco (quase) limitá-lo à criação desse jornal que, aliás, ganhou importância tal que chega a se destacar mais que o seu criador e principal editor. Esse veículo de comunicação, de fato, foi de extrema importância para a emancipação de Juazeiro.

Para que se tenha uma melhor noção da relevância desse jornal, transcrevo trecho do livro de Daniel Walker, *História da independência de Juazeiro do Norte* (p. 93), em que ele cita uma passagem do livro *Antes qu'eu m'esqueça*, volume 1, de Renato Casimiro:

O Rebate se notabilizou por uma série de elementos que merecem destaque. Primeiro: o objetivo específico da criação da cidade, determinando, inclusive, pouco antes da instalação do município, em outubro de 1911, a sua extinção, lamentavelmente; segundo: sua periodicidade muito regular, semanal, em grande tamanho, para as dificuldades naturais de um prelo, naquela época; terceiro: um corpo de redatores de grande peso, como Alencar Peixoto, José Marrocos e Floro Bartolomeu; quarto: a polêmica mantida com o jornal cratense, sobretudo orientado pelo redator Floro Bartolomeu da Costa, com inúmeros e extensivos artigos; quinto: a sua circulação gratuita pela cidade e arredores, com a animação de jovens da comunidade, em autêntica campanha de libertação, e com acompanhamento de banda de música; sexto: era um jornal “moderno”, cuja paginação contemplava assuntos internacionais, políticos, sociais, culturais, e até uma seção de classificados e publicidade; sétimo: na seção de cultura, muitas vezes publicou literatura de cordel, de poetas como Leandro Gomes de Barros, e o mesmo redator, padre Peixoto se notabilizou como contista de grande expressão.

Tais palavras mostram com muita riqueza a grande valia desse jornal que, mais uma vez destaco, fora idealizado e criado por Alencar Peixoto. Esse periódico circulou por pouco mais de dois anos, num total de 104 edições, mas que alcançou um dos seus objetivos: fazer do povoado de Joaseiro (para usar da grafia original), um município. Vejamos o que diz Daniel Walker em sua obra *História da Independência de Juazeiro do Norte*:

...surtiu um fato realmente decisivo para dar continuidade à luta pela independência de Juazeiro, que foi a fundação do jornal O Rebate. Durante aquele período de dois anos (1907-1909) não há registro de nenhum fato importante, como reunião, passeata ou concentração pública em prol da independência de Juazeiro. (2010, p. 92)

Renato Casimiro, no seu prefácio para o livro *A marcha da insurreiçã, Joaseiro do Cariry – 1907 / 1909*, de Paulo Machado, também destaca a importância desse jornal.

Dirigido pelo padre Joaquim de Alencar Peixoto, O Rebate se notabilizou por uma série de elementos que merecem destaque: primeiro – o objetivo específico da criação do município...; segundo – sua periodicidade muito regular, semanal, em grande tamanho (38cm x 50 cm), para as dificuldades naturais de um prelo, naquela época; terceiro – um corpo de redatores de grande peso...; quarto – a polêmica mantida com o jornal cratense, Correio do Cariri...; quinto – a sua circulação , quase sempre gratuita pela cidade e arredores... sexto – era um jornal ‘moderno’ e atualizado, cuja paginação contemplava assuntos internacionais, nacionais e regionais, políticos, sociais, culturais, com uma seção de classificados e publicidade que pagava parte da conta de sua circulação gratuita, além de assinaturas de simpatizantes...por último, relevamos que O Rebate ainda hoje pode ser referido como um jornal que superou as grandes adversidades de uma folha regular, semanal, tipograficamente bem acabado e que se manteve atuante como porta-voz de uma das mais expressivas pautas da vida juazeirense: o seu título de cidadania. (2011, p. 11)

Através desse jornal, Peixoto pôde defender os interesses daquela vila que almejava a sua independência e o fez com maestria, coragem e audácia, como poderemos ver em alguns trechos, aqui transcritos, daquele veículo de comunicação.

No final do ano de 1909, o coronel Antonio Luiz, percebendo que o chefe maior do Estado, Presidente (governador) Nogueira Accioly, não se opunha à causa do Joaseiro, começou a afirmar que aquele povoado estaria se organizando para não pagar mais impostos ao Estado a partir de janeiro do ano seguinte. Padre Peixoto, que já havia escrito muitos artigos criticando o chefe do executivo cratense,

mais uma vez, empunha a sua caneta e vai ao combate para rebater o que ele chamou de “mentira monstruosa”. Veja o que ele publicou no seu jornal, com o título “ABAIXO A INTRIGA!”:

Pescadores d'águas turvas, chaleirantes de péssimo quilate, asquerosos e repulsivos proxenetas políticos continuam a propalar que de janeiro em diante o povo de Joaseiro se levantará contra o governo e não lhe pagará mais impostos.

A mentira não pode ser mais monstruosa nem mais incrível; entretanto os miseráveis especuladores para conferir-lhe algum vislumbre de credibilidade apregoam como causa e como pretexto da insurreição o despeito do povo do Joaseiro, porque a sua localidade não foi elevada à categoria de vila. (...)

Se no passado o Joaseiro nunca deixou de vencer-se para pagamento de impostos federais, estaduais e municipais o primeiro prazo da lei, claro demais está, que já deu provas da sua correção no presente e arras de seu comportamento no futuro.

Se chegou mesmo a pagar o imposto de três por cento, quando era duvidosa sua constitucionalidade, e de acordo com o Comércio de Barbalha esperava a palavra de ordem do Tribunal Superior, como é que hoje se revoltaria contra a lei, e se negaria a dar a César o que sempre deu a César? (...) (5/12/1909)

A partir da edição do dia 17 de abril de 1910, padre Peixoto, numa sequência de cinco artigos intitulados “Os horrores de Lavras e São Pedro”, passou a descrever os acontecimentos recentes naquelas localidades que haviam sido saqueadas por um grupo de cangaceiros, “fornecidos pelos mandões” de Crato, liderado por Joaquim Vasques e João Calango, dois “bandidos” conhecidos das autoridades cratenses. Peixoto conseguiu, com isso, manter os ânimos acirrados entre Joaseiro e Crato, trazendo (novamente) à tona a possibilidade de uma invasão armada àquele lugar que almejava a sua independência.

Aproveitando-se desses acontecimentos, Peixoto incita a população, convocando-a a se armar e se preparar para um confronto. Dessa forma, conseguia manter um sentimento cada vez mais consolidado em prol da independência:

Alerta! povo do Cariry! alerta! povo do Joaseiro! os que ainda não estamos armados, armemo-nos!

Os últimos acontecimentos nos forcem, obriguem-nos a isso.

Armemo-nos para defender a nossa vida; armemo-nos para defender a nossa propriedade; armemo-nos para defender a honra e a dignidade de nossas filhas, de nossas mulheres, de nossas famílias. (...)

Armemo-nos para repelirmos com energia o inimigo que nos espreita a todo momento, e a todo instante a tramar, a urdir, a arquitetar a nossa ruína. (...)

Se, de presente, temos trezentos ou mais rifles, dupliquemo-los, tripliquemo-los, quadruplicuemo-los. (01/05/1910)

Alencar Peixoto continuava reiterando a “intensão” de Crato invadir o Joaseiro:

Não é de hoje, nem de ontem, certamente, que os atuais chefes do Crato vêm aparelhando-se para uma luta encarniçada e terrível, já pela compra que tem feito de armamento moderno e grande munição de guerra [...]. (15/05/1910)

No dia 22 de maio, Peixoto estampou um artigo na primeira página de O Rebate com o título “A guerra aí vem!”. Nesse artigo, o editor ratificava o que havia publicado na edição de 5 de setembro do ano anterior, na qual questionava a verdadeira intenção do chefe de Crato em se armar sob a alegação de combater os cangaceiros na região.

O Correio do Cariry, jornal comandado por Antonio Luiz, reagiu com palavras grosseiras contra o Joaseiro, qualificando-o de “lugar-rejo retrógrado” e tratando seus moradores como “corja de bandidos, assassinos e desordeiros”. Esse foi um momento de grande tensão entre as duas localidades.

Em 1909, o padre Cícero havia pleiteado mais de uma vez ao coronel Antonio Luiz que este considerasse o pedido de emancipação de Joaseiro, porém, o chefe cratense procrastinou o quanto pode até fazer uma promessa de que no ano seguinte (1910) poderia dar o seu consentimento quando fosse se reunir com a Assembleia Legislativa do Estado – os seus membros se reuniam uma vez por ano. Como a

data para a reunião era iminente, O Rebate – com provável redação do padre Alencar Peixoto – apresentou um artigo, em nome do povo do Joaseiro, na sua edição do dia 3 de julho de 1910, intitulado “A nossa aspiração”:

Dentro em pouco, reunir-se-á a Câmara Legislativa do Estado, para ouvir da boca de seus representantes as necessidades do povo e resolver conscienciosamente os problemas de maior importância.

Cumpra, nessa ocasião, a cada um desses representantes, em pleno e absoluto exercício de suas funções, impor-se à confiança dos cidadãos que os distinguiram com tão alto posto, revelando-se com galhardia o fiel depositário de suas aspirações. (...)

A emancipação política é, de fato, a aspiração mais nobilitante d’um povo, por isso que ela resulta da convicção de suas forças, de seus recursos, de suas responsabilidades, de seus direitos, de sua coragem, de seu civismo, e, mais que tudo, da segura compreensão do Ideal (sic) dos povos livres, o que justifica a elevação de seu espírito e a definida capacidade moral para dirigir-se politicamente. (...)

E justamente compreendendo estas responsabilidades, e convencidos dos requisitos legais que possuímos para a nossa emancipação política e da garantia que a lei nos dá, e confiados na segura orientação de nossos legisladores, guardas zelosos de nossos destinos políticos, e muito mais ainda no elevado patriotismo do Exmo. Sr. Dr. Nogueira Accioly, digno Presidente do Estado, Venerando Chefe [...] é que resolvemos este ano solicitar a elevação desta localidade, o JOASEIRO, à categoria de vila. (...)

Nos dias 25 e 26 de julho de 1910, o padre Cícero escreve para o Cel. Antonio Luiz e para o Dr. Accioly, respectivamente, ratificando o seu pedido de emancipação política do Joaseiro, acreditando que aquele cumpriria a sua promessa. Como era de se esperar – pelo menos pelo religioso Alencar Peixoto –, mais uma vez o pedido foi negado e com uma justificativa pouco convincente, a de que não estaria a par dos limites a serem cedidos.

Diante das circunstâncias e envoltos num sentimento de revolta, as lideranças do movimento de independência decidiram “proclamar” a independência do Joaseiro no dia 30 de agosto, véspera da chegada do coronel Antonio Luiz ao Crato.

Segundo Dela Cava, quinze mil pessoas se reuniram na Praça da Liberdade, “marcharam para a capela de Nossa Senhora das Dores” e “fizeram uma passeata até a redação de O Rebate, onde ouviram a inflamada declaração de independência proferida por Peixoto” – Floro Bartolomeu, nessa mesma ocasião também bradaria o grito de independência.

Como a negativa não fora bem recebida pelos joaseirenses, padre Peixoto, sem perder tempo, nem a oportunidade de um novo confronto, publicou n’O Rebate de 4 de setembro as cartas que o padre Cícero enviara e a resposta do coronel Antonio Luiz.

Nessa mesma edição, Peixoto publicou os telegramas que foram enviados para as Associações Comerciais de Crato, Fortaleza e Recife, cientificando a recente decisão (declaração de independência) e estampou na primeira página de seu jornal a seguinte manchete: “A QUESTÃO DO JOAZEIRO – como o Sr. Antonio Luiz abusou da prudência do Joazeiro”. Nesse artigo, mais uma vez, o reverendo critica o prefeito de Crato questionando, inclusive, as palavras dirigidas ao Padre Cícero “como se estivesse respondendo a um de seus cabras”. No jornal da semana seguinte (11/09/1910), ele continuaria comentando a resposta do coronel Antonio Luiz, criticando seus argumentos de que não estava a par dos limites que deveria dar e de que “circunstâncias deram que impossibilitaram-lhe de dar o consentimento”.

O editor-chefe de O Rebate, como forma de dar publicidade à decisão tomada, publica nessa mesma edição do seu jornal um boletim que enumerava as decisões tomadas, provavelmente, pelos militantes do movimento:

ATITUDE DO POVO DO JOASEIRO, QUALQUER QUE SEJA A SOLUÇÃO

- 1º Não mais reconhecer o coronel Antonio Luiz como seu chefe.*
- 2º Não pagar impostos municipais à Câmara do Crato, nem a nenhum procurador ou representante dela.*
- 3º Pagar os impostos estaduais e federais.*
- 4º Submeter-se à direção política do Exmo. Sr. Dr. Accioly.*
- 5º Não atacar nem agredir a ninguém, procedendo com toda calma.*

6º Unirem-se todos para juntos trabalharem pela Liberdade e pelo progresso do Joaseiro.

7º Se o coronel Antonio Luiz entender que deve mandar cobrar os impostos municipais à custa de armas, reagir também pelas armas, com todo heroísmo, desde o maior ao menor, sacrificando a vida, o dinheiro e tudo que possa ter.

8º Morrer ou vencer pela Liberdade do Joaseiro.

No dia 25 de setembro, O Rebate faz mais uma provocadora publicação: “Quem não gostar que se morda”. Vejamos o que Daniel Walker fala acerca desse artigo:

... com esse sugestivo título, O Rebate abre sua edição desta data [25/09/1910]. A luta está renhida. De um lado Alencar Peixoto com sua pena mordaz, do outro o Correio do Cariri, do Crato, usando como arma o poderio político, desfechando golpes ferozes contra o Juazeiro. (História da independência de Juazeiro do Norte, p. 114)

Como a situação era praticamente irreversível, até porque o Joaseiro começava a receber o apoio dos chefes políticos da região, bem como ter a sua independência reconhecida, os ataques recíprocos publicados n’O Rebate e no Correio do Cariri passaram a ter outro tom. Como é comum em divórcios litigiosos, em que cada cônjuge, no fervor do acirramento das discussões, tenta fazer a sua defesa através da desqualificação do outro, passando a querela para o campo pessoal, assim começou a acontecer com o “processo de separação” entre Joaseiro e Crato. Os ataques começaram a sair do campo político e passaram para o campo pessoal e como a pessoa que estava mais à frente dessa disputa era o padre Alencar Peixoto, logo este começou a receber (e a revidar) ataques pessoais.

As discussões acaloradas nos jornais O Rebate e Correio do Cariri pareciam ser naquele momento improdutivas do ponto de vista político, pois a iminente independência formal de Joaseiro apresentava-se irreversível pelo fato de sua população estar disposta a continuar lutando por ela e ter havido apoio de alguns chefes da região. Então, algumas lideranças políticas tiveram a iniciativa de tentar

uma conciliação, o que foi destaque n'O Rebate de 26 de fevereiro de 1911.

Com esse acordo e mais outras concessões que se seguiriam, em março de 1911 a "guerra" cessa e no dia 22 de julho Juazeiro alcança oficialmente a sua independência.

Se a independência de Juazeiro do Norte ocorreu no momento que estava para acontecer, se a presença do padre Alencar Peixoto antecipou esse fato, ou se não houvesse a presença deste a independência só teria acontecido anos ou décadas mais tarde, não é possível afirmar. O que é possível dizer com convicção, sem margem para erro, é que a participação desse religioso na luta pela emancipação foi de importância capital para essa conquista, como bem declara Daniel Walker em sua obra História da independência de Juazeiro do Norte, ao afirmar que Alencar Peixoto foi "figura de proa no movimento de independência do município (Juazeiro)" (p. 79), "cérebro e alma do movimento vitorioso" (p. 132) e que também foi o "principal porta-voz do movimento" (p. 67).

Quer gostemos ou não da sua personalidade, estejamos a favor ou contra o seu rompimento com o padre Cícero, leiamos com prazer o seu livro Joazeiro do Cariry ou o queimemos com arroubo de revolta – como foi feito em praça pública –, uma coisa que não se pode deixar de aceitar e admitir é que a participação de Alencar Peixoto nos movimentos emancipacionistas foi fundamental para a independência de Juazeiro e esta cidade – façamos aqui justiça – tem muito a agradecer a esse baluarte destemido que dedicou parte da sua vida à causa de um povo que sonhava com a liberdade.

FONTES

Jornais:

O REBATE. Juazeiro do Norte, nº 7, 1909. Disponível no acervo do Memorial Padre Cícero.

O REBATE. Juazeiro do Norte, nº 8, 1909. Disponível no acervo do Memorial Padre Cícero.

O REBATE. Juazeiro do Norte, nº 39, 1910. Disponível no acervo do Memorial Padre Cícero.

O REBATE. Juazeiro do Norte, nº 41, 1910. Disponível no acervo do Memorial Padre Cícero.

O REBATE. Juazeiro do Norte, nº 43, 1910. Disponível no acervo do Memorial Padre Cícero.

O REBATE. Juazeiro do Norte, nº 44, 1910. Disponível no acervo do Memorial Padre Cícero.

O REBATE. Juazeiro do Norte, nº 50, 1910. Disponível no acervo do Memorial Padre Cícero.

O REBATE. Juazeiro do Norte, nº 59, 1910. Disponível no acervo do Memorial Padre Cícero.

O REBATE. Juazeiro do Norte, nº 60, 1910. Disponível no acervo do Memorial Padre Cícero.

O REBATE. Juazeiro do Norte, nº 62, 1910. Disponível no acervo do Memorial Padre Cícero.

O REBATE. Juazeiro do Norte, nº 79, 1911. Disponível no acervo do Memorial Padre Cícero.

O REBATE. Juazeiro do Norte, nº 80, 1911. Disponível no acervo do Memorial Padre Cícero.

O REBATE. Juazeiro do Norte, nº 88, 1911. Disponível no acervo do Memorial Padre Cícero.

BIBLIOGRAFIA

CAMURÇA, Marcelo. Marretas, molambudos e rabelistas: a revolta de 1914 no Juazeiro, São Paulo: Maltese, 1994.

DELLA CAVA, Ralph. *Milagre em Joazeiro*. 2. ed Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1976.

JUNIOR, José Peixoto. *Padre Peixoto – Intelectual, Político, Sacerdote*. Brasília: Editora Ser, 2017.

LUSTOSA, Rosário. *100 Anos de Juazeiro Registrados no Cordel – 1911-2011*. Juazeiro do Norte: HB Editora, 2011.

MACHADO, Paulo. *A Marcha da Insurreição*. Salto: Editora Scho-ba Ltda, 2011.

NETO, Lira. *Padre Cícero – poder, fé e guerra no sertão*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

PEIXOTO, Alencar. *Joazeiro do Cariry*. 2. ed. Fortaleza: Editora IMEPH, 2011.

SOBREIRA, Padre Azarias. *O patriarca de Juazeiro*. 2. ed. Fortaleza: Editota Vozes, 1969.

WALKER, Daniel. *História da Independência de Juazeiro do Norte*. Juazeiro do Norte: HB Editora, 2010.

A Participação dos d'Ávila e da Casa da Torre na Invasão a Capitania do Ceará

Heitor Feitosa Macêdo
(advogado e pesquisador)



Ainda no século XVI, pouco tempo depois do “achamento” do Brasil, alguns portugueses migraram para as terras do Novo Mundo, ocupando primeiramente o litoral, e, entre esta gente, estavam velhos personagens da história nacional, como Diogo Álvares Correia, celebrizado pela alcunha de “Caramuru”, o qual se estabeleceu numa das praias baianas, em Itapuã (pedra redonda). Então, o “filho do trovão”⁵ casou-se com uma índia Tupinambá, conhecida por Paraguaçu ou Guaibim-Pará (mar grande ou rio grande⁶), cujo nome cristão era Catarina Álvares⁷.

Quase que na mesma época, outro português, chamado Garcia de Ávila (d'Ávila), havia chegado ao Brasil juntamente com o governador-geral Mem de Sá. Como nesse tempo a Bahia era o centro mais desenvolvido da Colônia, Garcia d'Ávila resolveu ir residir em

uma de suas praias, escolhendo um alto denominado Tatua-para (tatu bola), onde ergueu uma casa-forte, feita de barro, e nela pôs a índia Francisca Rodrigues, com a qual viveu maritalmente. A casa foi batizada de “Casa da Torre de São Pedro de Rates”, ficando mais conhecida por “Casa da Torre”.



Figura 23. Ruínas da Casa da Torre (Fonte: IBGE).

Algum tempo depois, uma filha de Garcia d’Ávila, por nome Isabel d’Ávila, uniu-se matrimonialmente a Diogo Dias, neto do referido Caramuru, originando-se desse casal uma longa descendência, a qual habitou a referida Casa da Torre por mais de trezentos anos, sendo que dessa estreita relação, entre a família d’Ávila e o dito imóvel, surgiu uma verdadeira sinonímia, isto é, falar no sobrenome d’Ávila equivalia dizer também Casa da Torre.

As primeiras gerações dos d’Ávila que se sucederam nesta casa-forte eram de sertanistas, que, para aumentar suas posses, invadiam o interior do continente à cata de terras, pedras preciosas, ouro, prata, salitre e índios. Assim, movidos por esta ambição, esses Caramuru cruzaram os sertões, dominando quase todo o território compreendido pela atual Região Nordeste do Brasil.

Durante suas migrações pelo interior do continente brasileiro, da

⁵ Para Clerot, a tradição sobre “caramuru” significar “filho do trovão” não condiz com a verdadeira semântica desta palavra tupi, pois, segundo ele, a aceção mais correta seria “caray-mború”, isto é, “o valente”, “o poderoso” (CLEROT, E. R. Leon. *Glossário Etimológico Tupi/Guarani*. Brasília - DF: Edições do Senado Federal, 2011, p. 138).

⁶ CALMON, Pedro. *Introdução e Notas ao Catálogo Genealógico das Principais Famílias, de Frei Jaboatão*, Volume I. Salvador - BA: Empresa Gráfica da Bahia, 1985, p. 155.

⁷ Frei Vicente de Salvador relatou ter conhecido a esposa de Diogo Álvares e que ela se chamava Luísa Álvares (SALVADOR, Frei Vicente de. *História do Brasil*. Brasília - DF: Edições do Senado Federal, 2010, p. 178). Porém, Bandeira considera ser isto um equívoco do Frei Vicente, posto que o nome verdadeiro da esposa do Caramuru era Catarina Álvares (BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O Feudo: A Casa da Torre de Garcia d’Ávila, da conquista dos sertões à independência do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 59 e 60).

margem esquerda do Rio de São Francisco, os d'Ávila subiram pelo curso do Rio Pajeú, através da capitania de Pernambuco, por onde foram esbarrar nos paredões da Chapada do Araripe. Desviando de tal elevação geológica, por ambos os lados: à direita, marcharam pelos sertões da Paraíba; já à esquerda, rumaram em direção ao Piauí, ocupando parte destes vastos espaços com suas sementes de gados. Além disso, para garantir a aquisição destes sertões "recém-descobertos", os d'Ávila requeriam a posse sobre tais áreas às autoridades competentes, alegando serem terras devolutas, desaproveitadas e desertas.

Todavia, apesar de o povo da Casa da Torre ter explorado e adquirido vastas áreas nos sertões ao redor da Chapada do Araripe (PE, PB e PI), por que também não o teria feito em relação à capitania do Ceará?

Tal questionamento ainda gera muita polêmica na atualidade, dividindo os estudiosos entre os que negam a presença de gente a serviço dos d'Ávila (Casa da Torre) no CE e os que afirmam o contrário.

1. - O Impasse sobre o Tema

Uma antiga discussão sobre a ida dos representantes da Casa da Torre à capitania do Ceará perdura até o presente momento, havendo discordância cíclica entre grandes historiadores, divididos dicotomicamente: de um lado, os que negam a presença dos d'Ávila e sua gente no Ceará; e, do outro, aqueles que afirmam que os representantes da Casa da Torre estiveram, no período colonial, em terras cearenses.

Apesar dos acalorados debates que o assunto já gerou, pouco se descobriu nesse sentido, até hoje não sendo apresentadas evidências suficientes para se fazer qualquer afirmação segura sobre o tema, restando poucos elementos que só aumentam as dúvidas, sem trazer nenhuma informação substancial e segura.

1.1- Os que defendem que gente a serviço da Casa da Torre esteve no Ceará

A tradição oral foi a primeira voz a divulgar que a Casa da Torre

teria sido a primeira desbravadora e possuidora das terras no sul do Ceará. Estas informações foram dadas pelos descendentes dos primeiros “povoadores brancos”, mais precisamente, por um filho do brigadeiro Leandro Bezerra Monteiro e uma bisneta do coronel João Correia Arnaud, ambos parentes dos d’Ávila.

Os responsáveis pelo registro escrito das duas versões orais foram João Brígido⁸, Pedro Théberge⁹, Tristão de Alencar Araripe (Conselheiro)¹⁰ e o professor Bernardino Gomes de Araújo¹¹. Estes autores publicaram as referidas “crônicas” ainda no século XIX. Assim, como era de se esperar, esses primeiros registros influenciaram um considerável número de historiadores e pesquisadores, que trataram de propagar quase que invariavelmente a mesma versão.

Ao lado desses cronistas do século XIX, que acreditam que gente a serviço da Casa da Torre esteve no sul no Ceará, estão também Pedro Calmon¹², Luiz Alberto Moniz Bandeira¹³, Vinícius Barros Leal¹⁴, Vieira Júnior¹⁵, Rosiane Limaverde Vilar Mendonça¹⁶, Antonio José Oliveira¹⁷, etc.

⁸ BRÍGIDO, João. *Apointamentos para a História do Cariri*. Fac-símile. Fortaleza - CE: Editora Expressão Gráfica, 2007, p. 16.

⁹ THÉBERGE, Dr. Pedro. *Esboço Histórico Sobre a Província do Ceará*. 2ª Ed. Fortaleza - Ceará: Editora Henriqueta Galeno, 1973, p. 104.

¹⁰ ARARIPE, Tristão de Alencar. *História da Província do Ceará: Desde os Tempos Primitivos até 1850*. 2ª Ed. Fortaleza - Ceará: Tipografia Minerva, 1958, p. 26.

¹¹ Os escritos de Bernardino Gomes de Araújo foram publicados por João Brígido, principalmente no jornal O Araripe (Ver: O Araripe - Biblioteca Nacional. Edição nº 02. Ano III. Nº 133, 06 de março de 1858, p. 02).

¹² CALMON, Pedro. *História da Casa da Torre: Uma Dinastia de Pioneiros*. 3ª Ed. Salvador - Bahia: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1983, p. 69 e 121.

¹³ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. Op. cit., p. 204, 296 e 297.

¹⁴ LEAL, Vinícius Barros. *A Colonização Portuguesa no Ceará: O Povoamento*. Fortaleza - Ceará: Gráfica Tipoprogresso, 2007, p. 75.

¹⁵ VIEIRA JÚNIOR, Antonio Otaviano. *Entre Paredes e Bacamartes: história da família no sertão (1780-1850)*. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2004, p. 28.

¹⁶ MENDONÇA, Rosiane Limaverde Vilar. *Arqueologia Social Inclusiva: A Fundação Casa Grande e a Gestão do Patrimônio Cultural da Chapada do Araripe*. Portugal. Tese de Doutorado em Arqueologia, Universidade de Coimbra, 2014, p. 131.

¹⁷ OLIVEIRA, Antonio José de. *Os Kariri-Resistências à Ocupação dos Sertões dos Cariris Novos no Século XVIII*. Fortaleza/CE. Tese de Doutorado em História, Universidade Federal do Ceará/UFC, 2017, p. 65 e 66.

1.2- Os que negam que gente a serviço da Casa da Torre esteve no Ceará

Contrapondo-se às ideias dos “cronistas” do século XIX, os escritores do período positivista negaram fervorosamente que gente a serviço da Casa da Torre tivesse adentrado a capitania do Ceará, explorando e requerendo terras.

Os principais expoentes dessa corrente foram o Barão de Studart¹⁸ e, principalmente, Antonio Bezerra¹⁹, os quais, munidos de farta documentação sobre a ocupação do Ceará (cartas de datas e sesmarias), não encontraram o nome da Casa da Torre no processo de ocupação do solo cearense e, por isso, negaram tal ocorrência pela falta de “fontes primárias”, ou seja, conferiram inexistência a um fato que não puderam provar.

Essa corrente ganhou muitos adeptos, constando entre seus simpatizantes pesquisadores de renome como Raimundo Girão²⁰, Carlos Studart Filho²¹, José Aurélio Câmara²², Padre Antônio Gomes de Araújo, Irineu Pinheiro²³, Yony Sampaio²⁴ e outros.

2 - Antigas Evidências de que pessoas a serviço da Casa da Torre estiveram na Capitania do Ceará Grande

Ao longo dos acirrados debates entre os especialistas, os elementos usados como prova da presença dos d'Ávila no Cariri cearense sempre foram rebatidos pelos integrantes da corrente contrária (os

¹⁸ STUDART, Barão de. *Geografia do Ceará*. Fortaleza – CE: Instituto do Ceará, 2010, p. 109.

¹⁹ BEZERRA, Antonio. *Algumas Origens do Ceará*. Fortaleza – Ceará: Fundação Waldemar Alcântara, 2009, p. 108, 109, 123 e 164.

²⁰ GIRÃO, Raimundo. *Bandeirismo Baiano e Povoamento do Ceará*. Revista do Instituto do Ceará, Ano LXII, 1948, p. 18 e 19. Em uma de suas obras, Raimundo Girão defende outra vez que a casa da Torre não esteve no Cariri: “Uma dessas versões dava como influente no movimento povoador da fértil e curiosa região a chamada ‘Casa da Torre’ de Francisco d’Ávila, na Bahia, cujo alargamento desbravador foi enorme. Entretanto, a sua ação não se fez presente ali. Baianos, realmente concorreram para a ocupação caririense, mas através de famílias que do São Francisco se deslocaram e já em contato com outras pernambucanas entraram a habitar o interessante vale” (GIRÃO, Raimundo. *Pequena História do Ceará*. 3ª Ed. Fortaleza - CE: Imprensa Universitária, 1971, p. 98).

²¹ Nota de Carlos Studart Filho (In ARARIPE, Tristão de Alencar. Op. cit., p. 26).

²² Nota de José Aurélio da Câmara (In ARARIPE, Tristão de Alencar. Op. cit., p. 27).

²³ PINHEIRO, Irineu. *O Cariri: Seu Descobrimento, Povoamento, Costumes*. Fortaleza – Ceará: Fundação Waldemar Alcântara, 2009, p. 14.

²⁴ SAMPAIO, Yony. *Documentos Históricos Municipais: Livro de Vínculo do Morgado da Casa da Torre*. Recife - PE: Centro de Estudos de História Municipal - CEHM, 2012, p. 22.

positivistas e seus adeptos), pois fatos narrados pela oralidade e crônicas históricas não convenciam diante da falta de documentos “comprobatórios”.

Desta feita, a partir de agora, serão arroladas as principais evidências existentes sobre a estada de pessoas a serviço da Casa da Torre no território do Cariri cearense, a começar pelos elementos aduzidos pelos primeiros estudiosos, elementos estes que serão complementados por novas fontes, extraídas de uma documentação ainda inédita, na maioria, oriunda do Arquivo Histórico Ultramarino, em Portugal.

2.1- A Lagoa da Torre ou Lagoa do Corgo

Alguns dados já haviam sido cogitados por João Brígido e Pedro Théberge no que se refere à presença de gente a serviço da Casa da Torre no sul do Ceará, sendo um dos mais significantes a chamada Lagoa da Torre, como foi batizada a lagoa onde, segundo a tradição, indivíduos enviados pela Casa da Torre teriam acampado nas proximidades do Icó/CE, depois de marcharem pelos Cariris Novos, seguindo pelas margens do Rio Salgado.

Antes do ano 1862, o médico francês Pedro Théberge, residente na Vila do Icó, dedicou algumas páginas à história sobre a presença de gente da Casa da Torre no Ceará, isto ao falar sobre a “descoberta” do Cariri feita por um negro da fazenda Várzea, pertencente aos D’ávilas mas administrada por um tal de Medrado:

Partiu pois com alguns Cariris para o rio de San’ Francisco, e levou-os à fazenda da Várzea onde foram não só bem acolhidos, como ainda o seu pedido de socorro atendido. O mesmo



Figura. 24. Pedro Théberge.

intendente da casa da Torre, de quem acima falamos, desejando estender os domínios da sua procuradoria, mandou para o Cariri uma bandeira de 200 homens às ordens de *João Correia Arnaud*, da família Caramuru. Chegou esta bandeira até a Cachoeira da Missão Velha, porém nada mais fez do que explorar o país, visto o estado de anarquia em que encontrou os índios. Continuaram seu caminho pelo rio Salgado abaixo até perto de sua foz no Jaguaribe, e nesta derrota plantaram arraial perto de uma lagoa que se acha nas imediações da cidade do Icó, a qual denominavam Lagoa da Torre, apelido que ainda hoje conserva. Aí tiveram um encontro com os índios da tribo Icòzinhos, depois do qual voltaram para o Cariri, onde não deixaram estabelecimento algum, a não ser uma caçara, pouco distante da Cachoeira, e umas novilhas e dois touros situados. Este primeiro reconhecimento teve lugar pouco mais ou menos em 1670. Fui informado deste fato e dos seguintes por um escrivão interino que leu esta crônica num livro do Cartório, que entregou a outro; e nesta mudança extraviou-se dito livro, que nunca mais pude encontrar, não obstante os esforços que empreguei.²⁵

Apesar de Théberge ter se fundamentado, em parte, na tradição oral que permeava a memória do povo daquele tempo, também se respaldou em documentos, mesmo que indiretamente, pois, como disse o autor, obteve tais informações de um escrivão, o qual havia lido tudo isto em um livro do Cartório do Icó.

Antonio Bezerra menciona que a Lagoa da Torre estava localizada ao sul da cidade do Icó, porém, ataca a tese de João Brígido e Pedro Théberge utilizando os documentos sesmarias, anotando que a Lagoa da Torre



Figura. 25. Antonio Bezerra.

²⁵ THÉBERGE. Op. cit., p. 104 e 105.

se chamou, primitivamente, de Lagoa do Corgo, e com este nome a obteve por sesmaria, em 28 de abril de 1707, o coronel Sebastião Lopes de Souza. Ainda, sobre a dita lagoa, acrescenta Bezerra que:

Ficava ela nas ilhargas da data do coronel João da Fonseca Ferreira, dono da sesmaria do Icó, e a êste veio a pertencer por troca que fez com o seu proprietário, conforme os depoimentos do coronel Teodosio Nogueira, e das outras testemunhas na ação já referida, intentada pelo capitão-mor Bento da Silva e Oliveira contra os herdeiros do coronel Francisco de Montes Silva em 1743. Ora, para se dar o nome de Torre ao lugar que já tinha o de Corgo, é preciso supor a conquista posterior ao ano de 1707, o que não é possível e nem o admite a tradição, que afirma terem ali acampado os bandeirantes na era de 1590, cento e dezasete (sic) anos antes da data da sesmaria do coronel Sebastião.²⁶

O argumento de Antonio Bezerra é robusto, porque, realmente, se a dita lagoa foi pedida como sesmaria na data de 1707, com o nome de Lagoa do Corgo, na concepção deste autor, o outro nome, Lagoa da Torre, só poderia ter sido dado em momento posterior à referida data, indicando que a Casa da Torre não teria se antecipado na aquisição dessas terras, muito menos teria adquirido qualquer nesga desse solo depois de 1707, pois não há qualquer menção à Casa da Torre nos documentos das sesmarias do Ceará.

Porém, não atinou Antonio Bezerra que a palavra “corgo” era uma variante de “córrego”²⁷, sendo uma expressão bastante utilizada para identificar áreas inundadas por corrente d’água. Ao lado disso, era frequente que uma mesma porção de terra fosse pedida, sucessiva ou simultaneamente, por pessoas não associadas, o que ensejava o registro de uma sesmaria, na mesma localidade, com nomes diversos, conforme eram apresentados os requerimentos

²⁶ BEZERRA, Antonio. *Algumas Origens do Ceará*. Op. cit., p. 126.

²⁷ Corgo é um substantivo masculino, sendo uma variante popular da palavra córrego (Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. 2ª Ed. São Paulo - SP: Mirador Internacional/Enciclopédia Britânica do Brasil Publicações Ltda., 1976, p. 489).

por cada peticionário perante as autoridades alocadas no distante litoral.

Às vezes, intencionalmente, um sesmeiro, tentando esbulhar outro, peticionava uma sesmaria já ocupada, fazendo uso de uma denominação diversa da que constava nos Livros das Sesmarias e da Fazenda Real, com o objetivo de alcançar, de má-fé, uma doação de terras, o que, posteriormente, gerava litigância entre tais sesmeiros.

Como já foi dito, “corgo” era uma denominação bastante comum na época para identificar certas localidades, inclusive, uma data de sesmaria anterior à data de 1707, na “Ribeira do Jaguaribe”²⁸.

Dessa maneira, não é impossível que a Casa da Torre tenha estado nessa lagoa, ao sul da cidade do Icó, fato que pode ter ensejado o nome “Lagoa da Torre”²⁹. Aparentemente, parece que as expressões “Lagoa da Torre” e “Lagoa do Corgo” foram usadas, concomitantemente, para definir o mesmo espaço, mas, no decorrer do tempo, a primeira expressão teve preponderância³⁰.

Ademais, a Casa da Torre e os moradores do Cariri vieram a disputar o referido espaço, como será demonstrado em momento oportuno, e, por isso, é compreensível que cada uma das partes fizesse uso de argumentos que pudessem favorecer a sua própria causa, tentando excluir seus adversários do domínio das terras. Assim, ao tempo destas disputas, é lógico que, negar a existência do topônimo Lagoa da Torre, seria uma maneira de tentar suprimir a presença de pessoas a serviço da Casa da Torre no Ceará e, conseqüentemente, a posse dos d’Ávila sobre as áreas do litígio.

²⁸ Antes de 1707, no dia 02 de setembro de 1706, Alexandre (ou Lixandre) Neto e Manoel Dias Carneiro solicitaram uma sesmaria na Ribeira do Jaguaribe, na Estrada Real, que ligava o Ceará (denominação genérica das povoações litorâneas da capitania do Ceará Grande, bem a como a chamada Ribeira do Ceará, no caso, o Forte e/ou a Vila de Aquiraz) ao Jaguaribe, nas margens desse rio, terras que englobavam a “*Lagoa das Pombas*”, da qual saía um “*corgo grande*”, indo até as proximidades do Riacho Palhano (Ver: Datas de Sesmarias, Volume 3, nº 161. Fortaleza: Tipografia Gadelha, 1925, p. 62 a 64).

²⁹ Essa lagoa foi soterrada, segundo Honório Barbosa (Diário do Nordeste, Diário Centro-Sul. Disponível em: <http://blogs.diariodonordeste.com.br/centrosul/cidades/ico-comemora-nesta-sexta-feira-171-anos-de-emancipacao-politica/>. Acesso em 21 de jan. de 2014.

³⁰ De acordo com Antonio Bezerra, “*Lagoa do Corgo*” foi o primeiro nome a ser usado, e, “*Lagoa da Torre*”, teria sido uma denominação mais recente que a anterior. Durante o século XIX, também é usada a expressão, “*Lagoa da Torre*” (BRÍGIDO, João. *Ceará: Homens e Fatos*. Fortaleza - CE: Editora Demócrito Rocha, 2001, p. 275).

2.2- A Sesmaria indicada por Tristão de Alencar Araripe e João Brígido

João Brígido dos Santos não restringiu suas investigações apenas ao campo da tradição oral, que, em sua opinião, “inspirava tão pouca confiança”³¹, assim, buscou fontes documentais, como, por exemplo, nos “arquivos da antiga segunda comarca”³², isto é, nos manuscritos da Comarca do Crato, criada desde 1816³³. Acrescente-se que, por volta de 1860, todos os antigos arquivos da Câmara da referida cidade estiveram na posse de João Brígido³⁴.

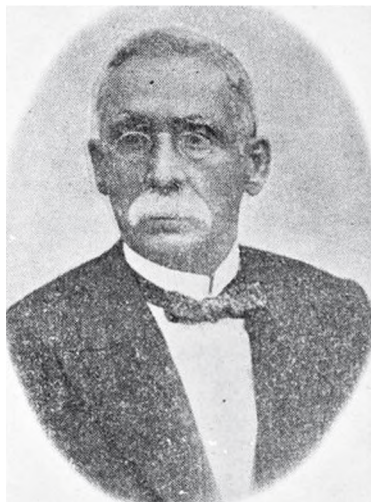


Figura. 26. João Brígido.

O espírito investigador de João Brígido impulsionava sua leitura tanto para velhos livros manuscritos como para obras importantes, assim, esmiuçando os escritos de Tristão de Alencar Araripe, identificou uma sesmaria doada em 1688 à Casa da Torre. Segundo Tristão de Alencar, essa doação foi feita em favor do coronel Francisco Dias Ávila e de mais quatro pessoas, sendo que a área compunha-se de 10 (dez) léguas de comprimento no Rio Jaguaribe, cujas margens

³¹ BRÍGIDO, João. *Apontamentos para a História do Cariri*. Op. cit., p. 01.

³² BRÍGIDO, João. Ceará: *Homens e Fatos*. Op. cit., p. 78.

³³ Até o ano de 1816, o Ceará possuía apenas uma comarca, que, obviamente, açambarcava todo o seu território. Porém, no dia 27 de junho do mesmo ano, foi criada a Comarca do Crato, que abrangia grande parte do território cearense, qual seja, as vilas do: Crato, cabeça da comarca; São João do Príncipe, hoje, Tauá; Campo Maior do Quixeramobim; Icó; Santo Antônio do Jardim; e São Vicente das Lavras, atualmente, Lavras da Mangabeira. Desta forma, o Ceará passou a ficar dividido, jurisdicionalmente, em duas comarcas (PINHEIRO, Irineu. *Efemérides do Cariri*. Fortaleza - CE: Imprensa Universitária, 1963, p. 56). O primeiro ouvidor-geral da Comarca do Crato foi José Raimundo do Paço de Porbem Barbosa, nomeado no dia 21 de abril de 1817 e empossado no dia 17 de dezembro do mesmo ano (Actas da Câmara do Crato. Revista do Instituto do Ceará - RIC. Fortaleza/CE, 1911, p. 204).

³⁴ Essa informação é dada por Francisco Freire Alemão, médico e botânico, que esteve no Ceará na segunda metade do século XIX, e, durante sua estada no Crato, disse: “Fiz alguns trabalhos botânicos e alguns extratos do livro antigo da Câmara do Crato, que contém os atos de criação da dita vila etc. Este livro está em mãos dum particular e decerto não volta mais para o Arquivo! Também todo o Arquivo da Câmara está em casa de João Brígido, que o está estragando!!” (ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de Viagem de Francisco Freire Alemão*. Fortaleza – Ceará: Fundação Waldemar Alcântara, 2011, p. 218).

estavam ocupadas pelos índios, que impediam o povoamento, ao passo que esses peticionários se propunham a dominar tais aborígenes³⁵.

Certamente, em vista das dificuldades técnicas para fazer cópias de arquivos dessa natureza, Tristão de Alencar e João Brígido não apresentaram a referida carta de sesmaria na íntegra, gerando a incredibilidade de outros estudiosos, que combateram essa evidência sob o argumento de não a ter encontrado. Foi este o mote utilizado por Antonio Bezerra:



Figura. 27. Conselheiro Tristão de A. Araripe

Não encontrei essa sesmaria, nem dela tive notícia senão pelo Conselheiro Araripe, que lhe dá publicidade a página 65 da Historia da Provincia do Ceará, de onde a extraiu o coronel João Brígido nas mesmas palavras. Se por acaso foi concedida, não foi registrada nem teve efeito; pois que em terras da capitania não consta haja alguma situada por pessoa ou pessoas da casa da Torre, da qual era chefe o referido coronel Dias de Ávila, que tinha a sua residência a 12 léguas da cidade da Baía.³⁶

Perante este dilema, J. de Figueiredo Filho se fez a seguinte pergunta: “Teria feito o Cariri parte de sesmaria dos bandeirantes da Casa da Torre da Bahia – os Ávilas?”³⁷. E a resposta dada por ele foi a de que: “Isto nunca foi comprovado e sua presença, nestas paragens, permanece incógnita”³⁸. Porém, paradoxalmente, Figueiredo Filho ressalta que Renato Braga havia encontrado uma sesmaria

³⁵ O Conselheiro Tristão de Alencar Araripe registrou que: “Em 1688 ao coronel Francisco Dias d’Ávila e mais 4 sócios concedeu-se uma sesmaria de 10 léguas de comprimento no rio Jaguaribe, cujas margens, segundo dizem os requerentes, estavam muito povoadas de gentio bárbaro, e ninguém atrevia-se a povoar, propondo-se êles a reduzir o mesmo gentio” (ARARIPE, Tristão de Alencar. Op. cit., p. 99). Nessas mesmas informações se respaldou João Brígido (*Homens e Fatos*. Op. cit., p. 398).

³⁶ BEZERRA. Op. cit., p. 127.

³⁷ FIGUEIREDO FILHO, J. de. *História do Cariri*, Volume I. Fortaleza – Ceará: Edições UFC, 2010, p. 20.

³⁸ Idem.

doado à Casa da Torre no território cearense, nos seguintes termos:

Os colonos baianos, não se foram aqui os principais titulares das terras de sesmarias, co-povoadores de latifúndios de léguas. Consagraram-se, assim, fecundos e co-fundadores do Cariri, depois co-partes em sua revelação ao sôpro expansionista da Casa da Torre da Bahia, a qual requereu sesmaria no Ceará, conforme o identificou RENATO BRAGA, professor catedrático da Escola de Agronomia do Ceará.³⁹

Infelizmente, Figueiredo Filho não fez sequer o apontamento da fonte (o nome da obra com a referida descoberta), e, além disso, esqueceu-se da sesmaria de 1688, citada desde o século XIX pelo Conselheiro Tristão de Alencar Araripe e João Brígido. Notadamente, Figueiredo Filho não foi claro em sua manifestação, talvez por haver dúvida, pois, primeiro, disse que a penetração de gente a serviço da Casa da Torre no Ceará era uma “incógnita”, depois, afirmou, com base nos estudos de Renato Braga, que a Casa da Torre obteve uma sesmaria na capitania do Ceará.



Figura. 28. Figueiredo Filho.

Dessa forma, se faltou clareza aos escritos de J. de Figueiredo Filho sobre o referido tema, também faltou a atestação documental dos cronistas (João Brígido e Tristão de Alencar), conforme será visto mais adiante.

2.3- Evidência apontada pelo Padre Antonio Gomes de Araújo

O Padre Antonio Gomes de Araújo, em sua época, foi o maior especialista no que diz respeito à colonização e ao povoamento do

³⁹ Ibidem, p. 21 e 22.

Cariri, dedicando-se ao assunto herculeamente, devassando velhos documentos em busca de aclarar as origens coloniais no sul do Ceará.

Sua pesquisa recaiu, principalmente, sobre os desbravadores e povoadores baianos, apontando inúmeros. Nestes moldes, disse: “concordo com a opinião de haverem sertanistas baianos, primeiro em caráter de reconhecimento e depois de povoadores, chegando ao Vale do Cariri partindo da bacia do riacho da Brígida”⁴⁰, e, no que concerne a essa primeira incursão, ponderou que: “O fato deve ter ocorrido a partir de 1660”⁴¹. Porém, dentre os baianos, o autor não explicita claramente se a Casa da Torre foi a responsável pelo descobrimento e desbravamento do Cariri, limitando-se a falar que: “O Vale do Cariri foi conhecido no século 17 pelos batedores do sertão, talvez a serviço da Casa da Torre da Bahia”⁴².

Por óbvio, o advérbio “talvez”, utilizado no trecho acima, remete diretamente à dúvida, patenteando que o dito pesquisador admitia de forma vaga a possibilidade desse acontecimento, mas não tinha certeza sobre o ocorrido⁴³.

Além disso, o Padre Gomes, citando Elpídio de Almeida, faz referência a uma sesmaria de 50 léguas obtida pela Casa da Torre, que fazia pião (centro) na Serra do Araripe, tendo sido concedida à margem esquerda do Rio de São Francisco,

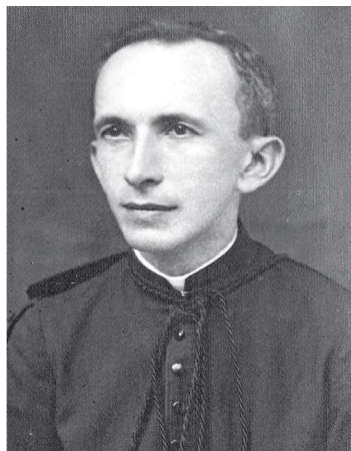


Figura. 29. Padre Gomes.

⁴⁰ ARAÚJO, Padre Antonio Gomes de. *Povoamento do Cariri*. Crato – Ceará: Faculdade de Filosofia do Crato, 1973, p. 15.

⁴¹ *Ibidem*, p. 16.

⁴² ARAÚJO, Padre Antonio Gomes de. *A Cidade de Frei Carlos*. Crato – Ceará: Faculdade de Filosofia do Crato, 1971, p. 65.

⁴³ Raimundo Girão acentuou que o Padre Antonio Gomes de Araújo e Antonio Bezerra “conciliam-se” no que diz respeito ao caso da Casa da Torre no Cariri: “Conciliam-se, assim, Antônio Bezerra e o Padre Gomes, desmanchando as incorreções e lendas em torno do povoamento da famosa região” (GIRÃO, Raimundo. *A Marcha do Povoamento do Vale do Jaguaribe (1600 - 1700)*. Fortaleza - Ceará: [s.n.], 1986, p. 31)..

na segunda metade do século XVII, depois da restauração pernambucana, concluindo o padre que:

...as 50 léguas enfocadas se contava do leste para o oeste, pois, do caudal sanfranciscano até inclusive a chapada da serra do Araripe, não se somam absolutamente 50 léguas. E, agora, mais uma conclusão referente ao indicado peão: a dita chapada não teria sido tomada por peão de sesmaria pela baianíssima Casa da Torre, se esta não a houvesse conhecido previamente. A chapada é também Cariri cearense. À luz do exposto, compreende-se porque a Casa da Torre, elastecendo ou empurrando para o Norte o referido peão, demandou contra o potiguar Manuel Rodrigues Ariosia do Vale em torno das terras que este obtivera no ano de 1703, em data de sesmaria (...). A citada sesmaria de 50 léguas datava do ano anterior ao de 1696, e, portanto, igualmente a presença da Bahia em nosso Cariri da chapada Araripana, porque, naquele ano, a serra do Araripe já era conhecida.⁴⁴

Certamente, a sesmaria em comento é a mesma que foi doada aos d'Ávila no dia 8 de outubro de 1657⁴⁵, concessão feita pelo capitão-mor Jerônimo de Albuquerque, tendo sido doadas “dez léguas de sesmaria para cada um dos cinco suplicantes”⁴⁶, sendo eles: o capitão Garcia de Ávila Pereira, seu irmão (padre Antonio Pereira) e filhos (Francisco Dias de Ávila, Catarina Fogaça e Bernardo Pereira).

Ainda, sobre essa sesmaria, as terras doadas começavam das margens do Rio de São Francisco (na capitania de Sergipe), fazendo fronteira a outra sesmaria doada anteriormente ao padre Antonio Pereira (no dia 8 de abril de 1654). Ocorre que a delimitação espacial da sesmaria que fora doada no dia 8 de outubro de 1657 era imprecisa, conforme se depreende pela leitura da petição:

...começará esta nova Sesmaria correndo sempre o rumo direito pela beira do Rio de São Francisco acima resalvando pontas

⁴⁴ ARAÚJO, Padre Antonio Gomes de. *Povoamento do Cariri*. Op. cit., p. 35 e 36.

⁴⁵ A transcrição dessa carta de sesmaria foi publicada pela Biblioteca Nacional em 1930 (Documentos Históricos, 1656 - 1659, Volume. XIX. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional/Tipografia Monroe, 1930, p. 450 a 456).

⁴⁶ Ibidem, p. 452.

enseadas, e as Ilhas que o dito Rio fizer seguindo sempre o rumo direito pela beira do Rio de São Francisco acima, res-salvando pontas, enseadas, e as ilhas que o dito rio fizer, que outrossim pede também, e sendo caso que se mettam algumas terras de Catingas e penedio em meio (...) e para a banda do Sul a largura que houver, e couber da Jurisdição desta Capitanía até entestar com a da Bahia pelo rumo Leste e oeste que dividir uma e outra, e da nasçença do Rio Real para o Sertão com outro tanto de comprimento arriba quanto o que tiver pelo Rio de São Francisco e isso acima com todas as terras Mattos pastos águas que ficarem da banda de dentro porquanto a maior parte do Coração desta terra é de penedias...⁴⁷

A leitura deste documento de doação de terras (data de sesmaria) não fornece qualquer subsídio que possa garantir que a terra em questão incluía o sul do Ceará (o Cariri), restando, também, duvidoso esse apontamento do Padre Gomes.

As assertivas apresentadas pelo Padre Gomes são incapazes de provar a vinda de gente a serviço da Casa da Torre ao Cariri, todavia, seu criterioso estudo merece atenção, pois foi o dito padre responsável por sistematizar o fluxo das migrações de pessoas “brancas”, no período colonial, para o Cariri cearense, evidenciando a significativa participação dos baianos no povoamento dessa região.

2.4- Novas Fontes sobre a Presença de Pessoas a Serviço da Casa da Torre na Capitania do Ceará Grande

Depois de acalorados debates acerca da veracidade quanto à posse de terras no Ceará e a exploração das mesmas feitas por gente a serviço da Casa da Torre, novos elementos vêm sendo descobertos a partir de fontes, na maior parte, inéditas, as quais parecem ser suficientes em termos numéricos e qualitativos para se chegar a uma conclusão clara e definitiva sobre o tema.

Muitos desses novos elementos servem para complementar as hipóteses exaradas pela oralidade, ao passo que esta também possui relativa utilidade no que diz respeito ao preenchimento dos vários

⁴⁷ *Ib.*, p. 452 e 453.

hiatos existentes nas narrativas documentais. Inegavelmente, o diálogo dessas fontes (orais e documentais) possibilita o entendimento de que houve gente na capitania do Ceará Grande a mando da Casa da Torre, conforme será demonstrado a seguir.



Figura 30. Ruínas da Casa da Torre (Fonte: www.turistandonomundo.com.br).

2.4.1- A Sesmaria de 22 de Julho de 1658, na Serra do Araripe

Na segunda metade do século XVIII uma das “senhoras da Casa da Torre”, como eram chamadas as matronas desse morgado, dona Inácia Pereira de Araújo (viúva de Garcia d’Ávila Pereira, o terceiro do nome), em uma demanda judicial contra o governador da Paraíba, que estava doando terras nos sertões desta capitania, requereu ao rei de Portugal que suspendesse, anulasse e invalidasse tais doações.

Os documentos referentes a esse litígio entre a Senhora da Torre e o governador da Paraíba revelam que a Casa da Torre era dona quase que absoluta de todas as terras entre o Rio de São Francisco, a partir da margem esquerda, até os confins dos sertões do Piauí, Pernambuco, Paraíba e Ceará. Nesta questão judicial foram mencionadas as terras nos sertões do “Pajauí” (Pajeú, na capitania de Per-

nambuco); Piranhas, Rio do Peixe e Piancó (na capitania da Paraíba); e Riachão, na maioria, regiões limítrofes ao Cariri cearense (sul da capitania do Ceará).

Dona Inácia acostou em seu requerimento, feito ao Rei de Portugal (Dom José), a antiga carta de sesmaria dada em favor dos seus ancestrais, os d'Ávila, datada de 22 de julho de 1658, pela qual André Vidal de Negreiros doava um imenso perímetro sertanejo, que englobava a Chapada do Araripe, no Ceará, chamada na época de "Varipe", conforme as palavras do próprio Negreiros:

Andre Vidal de Negreiros do Conselho de S.Mag.e Fidalgo de sua Caza, Comendador da Comenda de S. Pedro do Sul, Alcayde mor das Villas de Marialva, e Moreyra, Governador destas Capitancias de Pernambuco etc. Faço saber aos que esta carta de data, e Sesmaria virem, que tendo respeito ao que me representarão o Capitam Garcia de Avilla, e o P.e Antonio Pereyra, Catharina Fogaça, Francisco Dias de Avilla, e Bernardo Pereyra moradores na Cidade da Bahia: pedindome lhe fizesse mercê dar de Sesmaria as terras citas pelo Rio de S. Francisco (fl.07) acima, comessando das que estão povoadas, até dar na ultima Aldea do Gentio Moypura, concedendo lhes para a parte do Norte, até a Serra chamada Varipe, ficando lhe esta dentro com outro tanto de largo, abaixo, e acima, quanto tiverem de comprimento pelo dito Rio de S. Francisco, tomando por pião as Serras, que ficão junto do mesmo Rio, da Banda desta Capitania, fronteiras ao do Salitre, que descobrio o Capitam Francisco Dias de Avila, e fica da parte da Bahia: as quaes terras estam muito ao Sertão, e por esta cauza, e receyo do Gentio Bravo, que nella há, senão habilitarão nunca; e havendo respeito ao particular serviço, que se fará a S.Mag.e povoadose, e reduzindose a cómunicação do dito Gentio, e a boa informação que do cabedal com que os ditos Capitam Garcia de Avilla, o P.e Pereyra, Catharina Fogaça, Francisco Dias de Avilla, e Bernardo Pereyra, se achão para o dito effeito, me foi dada: tendo outros y respeito aos serviços, que seos Pays, e Avós hão feito a S.Mag.e particularmente em reduzirem a cultura as terras que ficão da banda do Sul do dito Rio de S. Francisco, Capitania de Sergipe de ElRey. Hey por bem de lhes dar em nome de S.Mag.e de data, e Sesmaria as ditas terras na

parte, e forma em que as pedem, para eles, seus herdeiros, ascendentes, em virtude da Ordem, que S.Mag.e foi servido dar para semelhantes data. Pelo que mando ao Provedor da Fazenda de S.Mag.e nesta Capitania, Ministros, Officiaes, e mais pessoas della a que tocar lhe dem, e facão dar posse da dita terra, que será demarcada por seus rumos, e confrontaçõens pelos Officiaes a que tocar na forma, que se costuma fazer sem prejuizo de terceiro, lhas deixem possuir, e a seus herdeiros, ascendentes, e descendentes, e delles usar como couza sua propria com todas suas Ilhas, pontas, Logradouros, entradas, serventias, Mattos, Lenhas, agoas, Pastos, e tudo o mais pertencente a ellas, sem das taes terras pagar outro tributo, ou pensão alguma, mais que o Dizimo a Deos, como hé uso, e costume neste Estádo. Esta carta, que por firmeza de tudo lhe mandey passar, se cumprirá tam inteiramente, como nella se contem, sendo por mim assinada, e sellada com o sello de minhas Armas, e registada nos Livros da Fazenda Real, e nos mais que neceSsario for, e a que tocar. Dada em esta Villa de Olinda aos vinte, e dous do mês de Julho. o Capitam Marcos Velho Gondim, Secretario destas Capitancias a fez. Anno do Nascimento de Nosso Snr'r Jesus Christo de mil seis centos, cincoenta, e oito. **(fl.08)** Andre Vidal de Negreiros. Há V.S.a por bem dar de data, e Sesmaria ao Capitam Garcia de Avilla, o P.e Antonio Pereyra, Catharina Fogaça, Francisco Dias de Avilla, e Bernardo Pereyra as terras que pedem junto ao Rio de S. Francisco, de que acima se faz menção para elles, seos herdeiros ascendentes, e descendentes. PaVS VER. Registada a fl 31 vo do L.o dos registos da Secretaria deste Governo./. Velho./. RegisteSe. Recife deseseis de Outubro de mil seis centos, cincoenta, e oito annos./. de Lapenha./. Fica registada no Livro dos registos da fazenda Real desta Capitania de Pernambuco a fl 192 v.o Recife, e de Outubro deseseis de mil seis centos, cincoenta, e oito./. Costa./. Confirmo esta Sesmaria, que se registará nos Livros a que tocar. Bahia, e de Dezembro vinte de mil seis centos, cincoenta, e oito./. Barreto./ **(fl.08v)**.⁴⁸

⁴⁸ Arquivo Histórico Ultramarino, Conselho Ultramarino, Brasil - Baía, 1760, Janeiro, 18, Lisboa: CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. José sobre o requerimento de Inácia de Araújo Pereira, viúva de Garcia d'Ávila Pereira, e seu filho, solicitando que não tenham efeito as sesmarias, que tem dado o governador da Paraíba, das terras já povoadas e possuídas pelos suplicantes. Anexo: 7 docs. AHU Baía, cx. 151, doc. 6. AHU_ACL_CU_005, Cx. 143, D 11005.

Mas como ter certeza de que essa serra era mesmo a do Araripe, no sul do Ceará? E a resposta é dada por outro litígio de terra, na mesma área supracitada, envolvendo os d'Ávila e os Burgos Pacheco, no ano de 1809. Reza o documento que a Casa da Torre reclamava o direito sobre as terras, alegando possuí-las "há mais de 200 anos, desde 1658" e até a "Serra do Aripê" ou Araripe⁴⁹.

A informação leva a crer que Varipe, Aripê e Araripe⁵⁰ são os nomes de uma mesma formação geológica e, como ficou dito na carta de sesmaria de 1658, a Casa da Torre havia angariado, além da dita serra, toda a área ao seu redor, o que inclui o Cariri cearense, porém, parece não ter ocupado esta terra por causa da resistência feita pelos índios indômitos, os "Gentios Bárbaros".

2.4.1.1- A Chapada do Araripe chamou-se, primitivamente, Varipe, Uaripe ou Baripe?

O português utilizado no século XVII, data em que foi escrita a mencionada sesmaria, de 22 de julho de 1658, era bem diferente do vernáculo moderno, por isso, sendo difícil realizar a transcrição paleográfica do referido manuscrito, por vezes, surgindo imprecisões na decifração de certas palavras.

Em decorrência disso, houve divergência em saber qual era o verdadeiro termo estampado na sobredita carta de sesmaria, utilizado para definir a "serra" localizada ao sul do Ceará e que, hoje, tem o nome de Chapada do Araripe.

A Biblioteca Nacional, no ano de 1930, publicou o citado documento na íntegra, apontando a palavra "Raripe" como sendo a de-

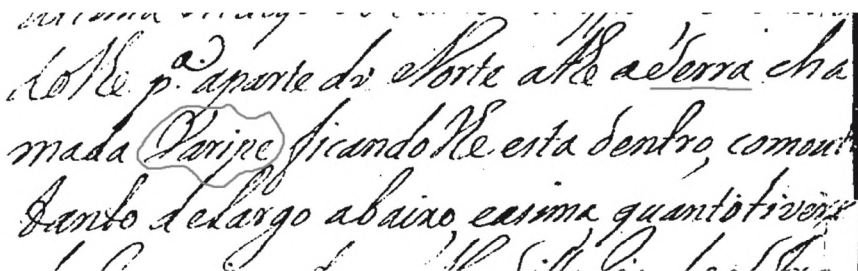
⁴⁹ O processo de 1809 está nas Caixas de Santa Maria da Boa Vista do Arquivo Orlando Cavalcanti, no IAHGP. Sua transcrição diz: "*Os autores possuem há mais de duzentos anos e desde 1658 no domínio e posse mansa e pacífica de todas as terras citas na beira do São Francisco acima da parte de Pernambuco e norte até a Serra chamada Aripê, denominada presentemente Araripe, por título de sesmaria que lhe foi concedida com toda a largura que tiverem assim da parte de cima como de baixo... (terras que) compreendem as ribeiras entre as quais se acham o Pajeu, Rio Grande do Sul, Rio do Peixe e Moxotó, contendo na sua extensão infinitos (sítios) de domínio dos autores*" (SAMPAIO, Yony. Op. cit., p. 21).

⁵⁰ Em antigos documentos encontram-se variantes para a Serra do Araripe, como a expressão "*Serras do Ariripe*" (Documentos Históricos: 1716-1727, Volume XCIX. Rio de Janeiro – RJ: Biblioteca Nacional 1953, p. 117 e 122) e, ainda, "*Serra do Arari*" (Memória Colonial do Ceará, 1699 - 1720, Tomo 2, Kapa Editorial, p. 75).

nominação da dita “serra”⁵¹, e, no mesmo ano, Capistrano de Abreu publicou que a Serra do Araripe chamou-se “Rari”⁵². Foi assim que, respaldado nesta mesma afirmação, Irineu Pinheiro também grifou igual terminologia, “Rari”, como sendo o nome primitivo da referida elevação geológica⁵³.

No entanto, segundo Bandeira Moniz, não se trata de “Raripe”, muito menos “Rari”, mas de “Paripe”⁵⁴ (do tupi, curral de peixe⁵⁵), iniciando-se a palavra com “p”, conforme já era denominado também um dos antigos sítios na cidade de Salvador/BA.

Analisando-se os manuscritos originais, é facilmente perceptível que a palavra escrita no alfarrábio é “Varipe”, com “v”. Entretanto, sabendo-se que essa terminologia é de origem indígena, como poderia existir o fonema com som de “v”, já que, segundo os especialistas, as línguas faladas pelos nativos do Brasil não possuíam tal consoante?



...p. aporte do Norte até a Serra cha
mada Paripe ficando Ne esta dentro, comout
Santo de largo abaixo e assim quantotiver

Figura. 31. Primeira ocorrência da palavra “Varipe” na carta de sesmaria de 22 de julho de 1658 (Fonte: AHU).

⁵¹ Documentos Históricos (1656 - 1659). Op. cit., p. 457.

⁵² Disse Capistrano de Abreu: “Lembremos ainda que o R em tupi é sempre brando, qualquer que seja a posição que ocupe, e que em português é sempre forte no princípio das palavras: dahi o facto interessante dos Brasileiros juntarem-lhes um A inicial para, pondo o R entre duas vogaes, conservarem-lhe o som primitivo: é o que se vê em Araripe, por exemplo, cuja forma antiga é Rari, como se lê num documento conservado em Purchas” (ABREU, J. Capistrano. *Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil*. Edição Fac-Similar da edição de 1930. Fortaleza: Xerox do Brasil, 1996, p. 163).

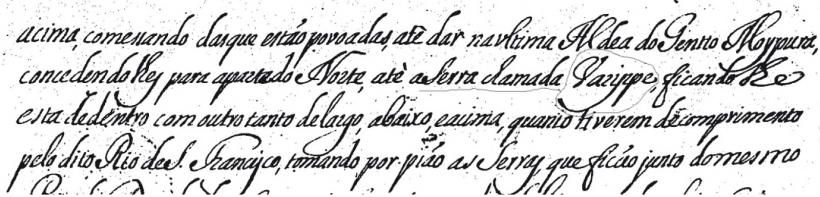
⁵³ PINHEIRO, Irineu. *O Cariri: seu descobrimento, povoamento, costumes*. Op. cit., p. 15.

⁵⁴ BANDEIRA. Op. cit., p. 194.

⁵⁵ CLEROT. Op. cit., p. 385..

O Padre Anchieta escreveu uma gramática acerca da língua Tupi (também chamada de língua do Brasil ou Brasília), em 1595, registrando que, entre as consoantes deste vocabulário, não existiam: “f”, “h”, “l”, “s” (com valor de “z”), “RR” (“r” dobrado), nem “z”, nem “v”, e em vez de “ç” “usa-se um só ‘s’ com valor de ‘ss’”⁵⁶. Complementarmente, disse o autor que “V” consoante não se acha conforme a consoante comum, e a melhor pronúncia falada muda o “b” em “v”, como os galegos, por exemplo, “abâ”, dizendo, “auâ”⁵⁷.

Junte-se a isso o fato de esses bandeirantes serem, geralmente, guiados através das selvas por índios mansos, da língua Tupi, também chamada de “língua geral” (em decorrência de seu uso em grande parte do território). No caso da Casa da Torre, isso era plenamente possível, pois, nas terras dominadas pelos d’Ávila, no litoral da Bahia, os índios desse tronco linguístico abundavam pelas praias.



*acima começando daque orção povoada até dar na ultima Aldea do Sento Royana,
concedendo-lhe para que se vá até a terra chamada Varipe ficando he
esta dentro com outro tanto de lago abaixo e acima quanto tiverem de comprimento
pelo dito Rio de S. Francisco tomando por pizo as terras que ficam junto do mar e rio*

Figura. 32. Segunda ocorrência da palavra “Varipe” na carta de sesmaria de 22 de julho de 1658 (Fonte: AHU).

Mas, partindo do princípio de que os membros da Casa da Torre iniciaram sua marcha para o sertão do Ceará saindo das margens do Rio de São Francisco, onde predominava a nação Cariri, que tam-

⁵⁶ ANCHIETA, Pe. José de. *Artes de Gramática: da Língua mais usada na Costa do Brasil*. Edição Fac-Similar. São Paulo: Edições Loyola, 1990, p. 148 e 149.

⁵⁷ Registrou Anchieta, no português da época, meados de 1595, que “V. confoante não fe acha conforme à comum, & melhor pronúnciação faluo nos que mudão, o, b. em v. como os gallegos, vt pro abâ, dizendo, auâ” (lb., p. 30). A presente edição da gramática feita por Anchieta, de 1990, traz em nota de rodapé a seguinte explicação: “não se acha o v consoante, conforme a melhor pronúnciação, salvo nos que mudam o b em v, como os galegos, e em vez de abâ homem, dizem avâ” (lb., p. 148), o que difere um pouco do texto original de Anchieta, pois este registrou “auâ”, enquanto que a nota explicativa fala em “avâ”.

bém habitava o sul do Ceará (com língua diversa do Tupi), seria plausível que a palavra “Varipe” pudesse ser de origem Cariri (Kiriri).

Então, socorrendo-se à gramática da língua Cariri, publicada em 1698, pelo Padre Luis Vincencio Mamiani, vê-se que os símbolos usados na fonética desses índios eram: A, AE, B, C, D, E, G, H, I, Y, K, M, N, O, P, R, S, T, V, W, Z e til⁵⁸. Assim, nota-se que o “V” está presente no abecedário Cariri, não como uma consoante, mas na forma de uma vogal, com o som vocálico de “U”, é o que afirma o referido gramático:

V, nesta língua sempre he vogal, nunca consoante. E porque em alguns vocábulos concorre a vocalidade do U vogal com a vocalidade de V consoante, para pronunciar com propriedade essas duas vocalidades juntas, se introduzio o dublú character estrangeiro, que se escreve assim W, & se pronuncia com hũ som misto de dous VV, dos quaes o segundo fica líquido, & o primeiro como consoante: v.g. Waré, Padre.⁵⁹

Mostra-se coerente aceitar a hipótese de que a palavra “Varipe” poderia ser tanto de origem Cariri quanto Tupi, já que as duas línguas usam o “V” como vogal, ou melhor, com o som de “U”, levando a crer que o nome correto seria “Uaripe”.

Contudo, o problema não pode ser resolvido unicamente com a simples análise do idioma indígena da época, pois quem registrava essas palavras aborígenes pertencia a uma cultura diversa, com vocabulário próprio, ou seja, a interpretação fonética indígena ficava a cargo de gente afinada com as línguas europeias.

Os topônimos reinantes no Brasil acusam a enorme influência indígena na sua criação, existindo uma vastidão de lugares com nomes da língua nativa. Desta feita, acredita-se que os índios, guiando os “brancos” pelas matas, iam nomeando as paisagens, ao passo que estes últimos, guardando na mente as denominações ditadas por

⁵⁸ MAMIANI, P. Luiz Vincencio. *Arte de Grammatica da Nação Kiriri*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Typ. Central de Brown & Evaristo, 1877, p. 01.

⁵⁹ Ibidem, p. 03.

seus guias, se dirigiam às autoridades competentes para pedir-lhes as terras “desbravadas”, e, ao descrever a localização dessas glebas, pronunciavam, macarronicamente, as palavras da língua indígena, deturpando a fonética original.

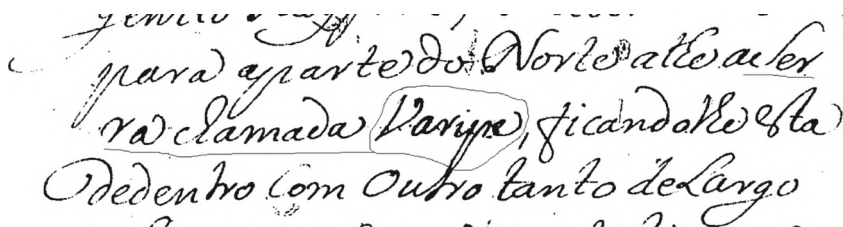


Figura. 33. Terceira ocorrência da palavra “Varipe” na carta de sesmaria de 22 de julho de 1658 (Fonte: AHU)

As diferentes nações europeias que invadiram o Brasil no período colonial, frequentemente, deturpavam os fonemas ameríndios. Assim, muitas vezes, uma mesma palavra indígena poderia ganhar pronúncia e grafia variadas, pois, não raro, franceses, holandeses e portugueses registravam os sons e caracteres das línguas “brasílicas” de maneira bem particular, amoldando as expressões “bugres” aos seus respectivos códigos linguísticos.

Para ilustrar tal fato cite-se o caso do padre francês chamado Claude D’Abville, o qual esteve no Maranhão por volta de 1612, onde entrou em contato com índios da língua Tupi, e, certamente, por intermédio destes, anotou várias palavras, entre elas algumas também registradas pelos portugueses, como, por exemplo, o substantivo “Ibouyapap”, usado pelo dito padre para se referir a mesma serra chamada pelos portugueses de Ibiapaba⁶⁰. Seu compatriota, Yves D’Évreux, denominou a Serra da Ibiapaba utilizando o termo “Ybuapap”⁶¹. Similarmente, o holandês João de Laet se referiu à Serra de Ibiapaba com a palavra “Ybouyapaba”⁶². Algo parecido se deu

⁶⁰ D’ABBENVILLE, Claude. *História da Missão dos Capuchinhos na Ilha do Maranhão e Terras circunvizinhas*. Brasília - DF: Edições do Senado Federal, 2008, p. 73.

⁶¹ D’ÉVREUX, YVES. *Continuação da História das Coisas mais Memoráveis Acontecidas no Maranhão nos Anos de 1613 e 1614*. Brasília - DF: Edições do Senado Federal, 2007, p. 144.

⁶² LAET, João de. *Roteiro de Um Brasil Desconhecido: Descrição das Costas do Brasil*. Kapa Editorial, 2007, p. 146.

no diário escrito por outro holandês, Matias Beck, conhecedor da língua indígena, que registrou os seguintes nomes para o dito relevo: “Ussuapaba”⁶³, “Ipuapaba”⁶⁴ e “Ubuapaba”⁶⁵.

Ressalte-se que entre os portugueses também havia variação na escrita do nome de tal serra, ora chamada “Muibuapaba”⁶⁶, ora “Ibiapava”⁶⁷, “Ibuapaba”, “Iboapaba”⁶⁸, “Ipeba”⁶⁹, “Iabapaba”⁷⁰, “Iviapaba”⁷¹, “Iguapava”⁷², “Iguapaba”⁷³, “Abiapaba”⁷⁴, “Ighiapaba”⁷⁵,

⁶³ Três Documentos do Ceará Colonial. Fortaleza - Ceará: Instituto do Ceará, 1967, p. 241.

⁶⁴ Ibidem, p. 246.

⁶⁵ Ib., p. 255.

⁶⁶ Ao que tudo indica, este termo encontra-se no mapa de Pero de Sousa, confeccionado por volta de 1610 (POMPEU SOBRINHO, Thomaz. *A Grandeza Índia do Ceará*. Fortaleza - Ceará: Edições UFC, 2010, p. 149). Ver também: STUDART, Barão de. *Geografia do Ceará*. Op. cit., p. 172. De fato, na antiquíssima obra “*Livro que Dá Razão do Estado do Brasil*”, da primeira metade do século XVII, atribuída, supostamente, ao sargento-mor Diogo de Campos Moreno, encontra-se referência às serras de “*Muibuapaba*” e “*Ponaré*” (MORENO, Diogo de Campos – suposto autor. *Livro que Dá Razão do Estado do Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro/ Ministério da Educação e Cultura, 1968, p. 83).

⁶⁷ STUDART, Guilherme. *Notas para a História do Ceará*. Brasília - DF: Edições do Senado Federal, 2004, p. 185. Ver também: Datas de Sesmarias, Volume 11º, nº 164. Fortaleza: Tipographia Gadelha, 1926, p. 257. SALVADOR, Frei Vicente de. Op. cit., p. 393.

⁶⁸ Memória Colonial do Ceará (1618 - 1698), Tomo I, Kapa Editorial, p. 161.

⁶⁹ Ibidem, p. 155.

⁷⁰ Ib., p. 309.

⁷¹ Arquivo Histórico Ultramarino, Conselho Ultramarino, Brasil – Piauí, 1761, Setembro, 16, vila de Moucha: OFÍCIO do [governador do Piauí], João Pereira Caldas, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, sobre a necessidade de demarcar a capitania, principalmente nos locais que fazem fronteira com o Ceará e Pernambuco; e solicitando a sujeição dos índios que habitam na serra da Iviapaba à capitania do Piauí. Anexo: 1 doc. AHU-Piauí, cx. 7, doc. 11. AHU_ACL_CU_018, Cx. 8, D. 472.

⁷² PITA, Rocha. *História da América Portuguesa*. Brasília - DF: Edições do Senado Federal, 2011, p. 31.

⁷³ Arquivo Histórico Ultramarino, Conselho Ultramarino, Brasil – Maranhão, 1693, Novembro, 24, Lisboa: CARTA do ex-governador do Maranhão, Gomes Freire de Andrada, para o secretário do Conselho Ultramarino, André Lopes de Lavre, sobre o pedido de missionários por parte dos índios das serras de *Iguapaba*. Anexo: decreto. AHU_ACL_CU_009, Cx. 8, D. 870. Este mesmo nome, “Iguapaba”, é citado em outro manuscrito, do ano de 1692, porém, no cabeçalho do documento há um equívoco, pois o dito nome fora lido como sendo “*Iguapeba*” (ARQUIVO Histórico Ultramarino, Conselho Ultramarino – Brasil – Belém Do Pará, junho, 21, 1692: CARTA do governador [do Estado do Maranhão e Grão-Pará], Antônio de Albuquerque Coelho [de Carvalho] ao rei [D. Pedro II], sobre o aviso que remeteu ao cabo das tropas dos [Bandeirantes] Paulistas, que se encontravam nos distritos vizinhos, como as serras de Iguapeba na costa do Ceará, solicitando o seu apoio nas lutas contra os Tapuias de Corso, ajudando à sua extinção naquela região, bem como ao descobrimento do novo caminho do Brasil. AHU – Maranhão. AHU_ACL_CU_003, Cx. 1, D. 110).

⁷⁴ Arquivo Histórico Ultramarino, Conselho Ultramarino, Brasil – Maranhão, 1697, Novembro, 14, Lisboa: CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. Pedro II, sobre a descida de índios e sobre os casais trazidos da serra de Abiapaba por João Velho do Vale. Anexo: 2 docs. e 1 parecer. AHU_ACL_CU_009, Cx. 9, D. 948.

⁷⁵ Documentos Históricos (1664-1667), Volume XX. Rio de Janeiro – RJ: Biblioteca Nacional, 1933, p. 36.

“Buapaba”⁷⁶, “Boapaba”⁷⁷, “Buapava”,⁷⁸ “Goapaba”⁷⁹, “Guapava”⁸⁰, “Guiapava”⁸¹, “Capoaba”⁸² ou, ainda, “Epiapaba”⁸³ e “Hiapiaba”⁸⁴.

Além de tudo isso, outros nomes de origem indígena também são dados à dita serra, como o fez Martim Soares Moreno, chamando-a de Punore e Pononé⁸⁵. Mas essa variação toponímica da serra da Ibiapaba não para por aí, havendo outras denominações como “Serra Grande”, “Serra do Crateús”⁸⁶, “Serra dos Cocos” e dos “Cariris Novos”⁸⁷, “Serra do Seará” (Ceará⁸⁸), Serra Rachada⁸⁹, etc. Aliás, essa diversidade de nomes para a referida serra fora oportunamente reparada, em 1744, pelo frei Manuel da Rocha⁹⁰.

No Brasil Colônia era comum falar-se a língua geral (o Neengathu), entretanto, os documentos oficiais deveriam ser escritos no português da época, como o foi a carta de sesmaria de 22 de julho de 1658, seguindo a linguagem própria daquele período, arcaica, cheia de latinismos, tendo como uma de suas características a pronúncia da letra “v”, soando como vogal “b”⁹¹. Dessa forma, provavelmente,

⁷⁶ CLEROT, E. R. Leon. Op. cit., p. 101.

⁷⁷ SALVADOR. Op. cit., p. 373.

⁷⁸ Em 1614, o sargento-mor Diogo de Campos Moreno, tio de Martim Soares Moreno, se referiu à Serra da Ibiapaba chamando-a de “Buapava” (MORENO, Diogo de Campos. *Jornada do Maranhão: por ordem de Sua Majestade feita no ano de 1614*. Brasília - DF: Edições do Senado Federal: 2001, p. 30 e 31).

⁷⁹ PUNTONI, Pedro. *A Guerra dos Bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil, 1650-1720*. São Paulo: Fapesp, 2002, p. 171. Ver também: Datas de Sesmarias, Volume 1º, nº 29, Fortaleza: Eugenio Gadelha & Filho, 1920, p. 68.

⁸⁰ GIRÃO, Raimundo. *A Marcha do Povoamento do Vale do Jaguaribe (1600 - 1700)*. Op. cit., p. 05.

⁸¹ Datas de Sesmarias, Volume 3º, nº 147. Fortaleza: Tipografia Gadelha, 1925, p. 33.

⁸² Ainda, utilizando o mesmo exemplo, o Padre Antonio Martins, no ano de 1659, fala dos índios na “Serra da Capoaba”, no Ceará (Ver: Arquivo Histórico Ultramarino, Conselho Ultramarino, Brasil - Pernambuco, 1659, novembro, 28, Lisboa: CONSULTA do Conselho Ultramarino à rainha regente D. Luísa de Gusmão, sobre o requerimento do cabo das tropas dos índios de Pernambuco, Antônio Martins, acerca das dificuldades com os índios que habitam a Serra da Capoaba, no Ceará. Anexos: 5 docs. AHU_ACL_CU_015, Cx. 7, D. 613).

⁸³ FEIJÓ, João da Silva. *Memória sobre a Capitania do Ceará e outros Trabalhos*. Fac-simile. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997, p. 367.

⁸⁴ CAMARA, José Aurélio Saraiva. *Fatos e Documentos do Ceará Provincial*. Fortaleza: Imprensa Universitária da Universidade Federal do Ceará, 1970, p. 41. O antigo documento, datado de 16 de setembro de 1839 também se refere à Serra da Ibiapaba chamando-a de “serra Rachada” (Idem).

⁸⁵ Três Documentos do Ceará Colonial. Op. cit., p. 186-.

⁸⁶ BRASIL, Thomaz Pompeu de Sousa. *Ensaio Estatístico da Província do Ceará*, Tomo I. Fortaleza - CE: Fundação Waldemar Alcântara, 1997, p. 15.

⁸⁷ STUDART, Barão de. *Geografia do Ceará*. Op. cit., p. 231.

⁸⁸ Documentos Históricos (1692-1712), Volume XXXIV. Rio de Janeiro - RJ: Biblioteca Nacional, 1936, p. 61 e 63.

⁸⁹ CAMARA. Op. cit., p. 41.

a palavra “Varipe” também era proferida, pelos povos de origem portuguesa, como “Baripe”.

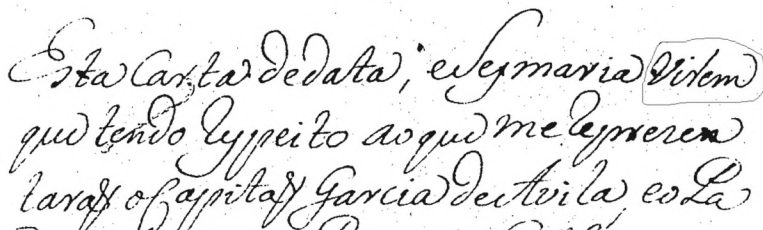


Figura. 34. Nesta mesma carta de sesmaria, de 22 de julho de 1658, aparece a palavra “Virem”, do verbo “vir”, corroborando o uso do “v” na escrita do termo “Varipe” (Fonte: AHU).

Não há dúvida quanto à grafia exposta no antigo manuscrito, referente à data de sesmaria da Casa da Torre no Ceará, pois, por comparação com outros trechos do mesmo documento, fica claro que a palavra em comento, utilizada para designar a atual Chapada do Araripe, iniciava-se com um “v”, formando o substantivo “Varipe”.

Portanto, na segunda metade do século XVII, a dita chapada chamou-se “Serra do Varipe”, que, conforme o exposto, também poderia ser “Uaripe”, remetendo à fonética indígena, ou “Baripe”, de acordo com a língua portuguesa da época.

2.4.2- Sesmaria de 29 de dezembro de 1683 do Rio Parnaíba até a Serra do Araripe

No dia 29 de dezembro de 1683, outra sesmaria foi doada à Casa da Torre nas proximidades da Chapada do Araripe. Desta vez, para o lado da capitania do Piauí e Maranhão, sendo beneficiários o coronel Francisco da Silva e seu irmão Bernardo Pereira, o Capitão Domingos Affonso Leitão (Sertão) e o seu irmão Julião Affonso Serra:

Sesmaria de 12 léguas de terra, no rio chamado Parnahiba, começando da primeira Aldeia dos Ararhins até a ultima Al-

⁹⁰ LEONI, Aldo Luiz (transcrição, revisão e notas). *Copiador de Cartas Particulares do Senhor Dom Frei Manuel da Cruz, Bispo do Maranhão e Mariana (1739-1762)*. Brasília - DF: Edições do Senado Federal, 2008, p. 118 e 119.

⁹¹ BLUTEAU, Padre D. Raphael. *Vocabulario Portuguez e Latino*. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de JESU, 1712, p. l.

deia do Gentio Moipura, e para a parte do Sul até a Serra do Araripe, e para o Norte, até o Rio Tapicurú, e doze leguas de largura p.^a baixo e acima do dito rio Parnahiba, concedida em 29 de Dezembro de 1683 ao Coronel Franc.^o da Silva e seu irmão Bernardo Pereira, ao Cap.^m Domingos Affonso Leitão e seu irmão Julião Affonso Serra, e seus herdeiros, pelo Governador Dom João de Souza, sem foro ou pensão alg.^a, salvo o dizimo a Deus.⁹²

Ao que parece, houve um pequeno equívoco, ou do copista ou de quem transcreveu o documento original, pois o coronel Francisco da Silva é, na verdade, o coronel Francisco Dias d'Ávila, baiano herdeiro do morgado da Casa da Torre.

Acrescente-se que esta sesmaria, apesar de estar nos territórios do Piauí e Ceará, foi registrada na capitania-geral de Pernambuco.

2.4.3- Sesmaria de 1686, das margens do Rio Parnaíba/PI até a Serra do Araripe

Os representantes da Casa da Torre, no ano de 1686, requereram terras às margens do Rio Parnaíba, no Piauí, deixando claro que tal área estendia-se até a Serra do Araripe, conforme asseverou Pereira da Costa:

A Dias de Ávila sucedeu na posse dessas dilatadas terras encravadas nas zonas sertanejas de Pernambuco e Piauí, Garcia de Ávila Pereira, seu filho ou irmão, que ainda mais as aumentou, com uma nova doação que lhe concedera o governador de Pernambuco João da Cunha Souto Maior, por carta de sesmaria passada no palácio de Olinda a 26 de dezembro de 1686, constante de doze léguas de terras situadas às margens do rio Parnaíba, no Piauí, cujas terras, pela parte do sul, chegavam até a Serra do Araripe, nos limites de Pernambuco.⁹³

⁹² Documentação Histórica Pernambucana: Sesmarias, Volume IV, Recife, Secretaria de Educação e Cultura: Biblioteca Pública, 1959, p. 105.

⁹³ COSTA, Pereira. *Anais Pernambucanos (1666-1700)*, Volume IV. Ano 1671. Recife - Pernambuco: Arquivo Público Estadual, 1952, p. 57.

Infelizmente, não encontramos o documento citado por Pereira da Costa, o que não torna, de pronto, o fato inverídico, mas suscetível de vir a ser confirmado através de pesquisas subsequentes.

2.4.4- Sesmaria de 1688, no Jaguaribe e Serra do Araripe

Já tendo circundado toda a Chapada do Araripe com petições sesmarias, desde o ano de 1658, a Casa da Torre, mais uma vez, requereu terras englobando a “Serra do Araripe”, incluindo a porção cearense (o Cariri) e alcançando também as margens do Rio Jaguaribe.

Essa sesmaria, do ano de 1688, já havia sido citada por Tristão de Alencar Araripe e João Brígido, contudo, Antonio Bezerra contestou-a, em face de o documento original não ter sido identificado pela corrente dos escritores positivistas, fazendo cair em descrédito a existência da dita sesmaria.

Dessa forma, corroborando as ideias de Tristão de Alencar e João Brígido, as sesmarias referentes à capitania de Pernambuco foram compiladas e publicadas, resumidamente, no ano de 1959, constando entre elas a dita doação feita a alguns dos senhores da Casa da Torre, quais sejam, Francisco Dias d’Ávila (tratado no documento, equivocadamente, por Francisco Dias de Almeida) e Garcia d’Ávila, além disso, também aparecem como beneficiários da mesma sesmaria os Guedes de Brito. Assim fala o documento mencionado:

Sesmaria de toda a terra existente acima da serra do Araripe do riacho Pinanchó e o rio das Piranhas, onde parte outro chamado - Jaguar - , começando e acabando em todo o dito, e de largo dez leguas no referido rio de uma e outra parte com suas vertentes, concedida em 26 de Fevereiro de 1688 ao Coronel Francisco Dias de Almeida, Garcia d’Ávila, Cap^m Francisco de Souza Fagundes, Antonio Guedes de Brito D. Maria Isabel Guedes de Brito, e seus herdeiros, pelo Governador João da Cunha Souto Maior, sem fôro ou pensão alguma, salvo o dizimo de Deus.⁹⁴

⁹⁴ Documentação Histórica Pernambucana: Sesmarias, Volume IV. Op. cit., p. 107.

A leitura do texto deixa transparecer que essas terras, doadas aos donos gente da Casa da Torre, começavam dos sertões paraibanos, de Piancó até o de Piranhas, ficando estes lugares na divisa com o Ceará.

Outro indício da localização dessas terras é o Rio “Jaguary”, de certo, uma corruptela da palavra indígena “Jaguaribe”, que tem suas nascentes no sertão dos Inhamuns, no Oeste do Ceará, porém, corre para o Leste, até próximo da cidade do Icó (divisa com a Paraíba e Rio Grande do Norte), onde, pouco abaixo desta urbe, encontra-se com um de seus afluentes, o Rio Salgado, que nasce no Cariri, sul do Ceará, no sopé da Chapada do Araripe.

Na carta de sesmaria original, provavelmente lida pelo Conseqüente Tristão de Alencar Araripe, os suplicantes disseram que as margens do Rio Jaguaribe estavam repletas de “gentio bárbaro”, o que impossibilitava a ocupação feita pelos “brancos”, porém, ambiçionando a posse das terras, os referidos peticionários argumentavam que dominariam os índios incivilizados⁹⁵.

2.4.5- Informações de João da Maia da Gama sobre uma antiga sesmaria da Casa da Torre

O português João da Maia da Gama era um militar egresso do curso de filosofia da Faculdade de Coimbra⁹⁶, tendo ido residir no Brasil para governar, primeiramente, a capitania da Paraíba⁹⁷ e, depois, a do Maranhão⁹⁸, ficando nesta última até o ano de 1728, quando se retirou em direção a Pernambuco, onde embarcaria para Portugal. Assim, nesta sua retirada, foi incumbido de dar notícias sobre as capitanias que iria percorrer no seu trajeto: PI, CE, RN, PB e PE⁹⁹.

Em seu relato, João da Maia, percorrendo o PI, descreveu parte do arranjo social que reinava naquele lugar, fazendo várias citações sobre a Casa da Torre, como por exemplo a violência usada pelos senhores deste solar para proteger seus latifúndios. O mais interessante é que,

⁹⁵ ARARIPE. Op. cit., p. 99.

⁹⁶ MARTINS, F. A. Oliveira. *Um Herói Esquecido (João da Maia da Gama)*, Volume I. Lisboa: Coleção pelo Império, 1944, p. 11.

⁹⁷ Ibidem, Volume II, p. 43.

⁹⁸ Ib., p. 47.

⁹⁹ Ib., p. 54 e 59.

neste relato, mencionam-se conflitos por terras entre os moradores do Jaguaribe, no Ceará, e Garcia d'Ávila, senhor da Casa da Torre.

Disse João da Maia que os d'Ávila alcançaram uma concessão de sesmaria no "tempo dos Filipes"¹⁰⁰ de 50 léguas de terra, "fazendo pião" (centro) na Serra do Araripe, o que se assemelha com a sesmaria doada à mesma família no dia 22 de julho de 1658.

Contudo, observou o autor que existia uma imprecisão quanto aos limites dessas terras, por falta de medição, não se conhecendo, ao certo, qual a serra marcava o "princípio" dessa sesmaria. Nas palavras de João da Maia da Gama:

Asentado pôes que estes certões não podem produzir outra utilidade mais que a dos gados e cavallos; e o remedio para se aumentarem he povoaremse de gados, e de fazendas todos estes certões e não haver terras devolutas daquellas primeiras datas de terras que se consederão a m.^{tos} em grande quantidade que elles não podem nem poderão povoar como foi Domingos Affonso Certão, Pedro Barbosa Leal e sobre todos Garcia de Avilla chamado vulgarmente P^o da Caza da Torre que tendo no tempo dos Filipes huã conceção de 50 legoas de terra fazendo pião na chamada cerra de Araripe e não se asentando ainda com serteza qual seja a dita cerra principio desta data, e não tendo nunca havido medição destas terras, sequer, Garcia de Avilla com esta data e com outra que ouve de 20 legoas se hir senhorear de todos os certões por mais de trezentas legoas porque quer ser S. das terras do certão da Par.a, nos careris, Pinhaçô e Peranhos e Rio do Peixe, e quer ser S. das terras de Jaguaribe aonde elle, ou seus collonos, e Procuradores e athe gados, tem havido varias contendas com os povoadores de Jaguaribe chegando a porsse em campo de huã e outra parte, e como faz Procuradores os homens mais poderosos e com cargos de capp^{es} mores quer levar a forssa o senhorio das ditas terras, e governando eu a Par^a fui obrigado com zello do real serviço, e quietação publica, e pella obrigação de meu lugar a man-

¹⁰⁰ O "tempo dos Filipes" corresponde ao período em que a Espanha reinou Portugal e suas colônias, incluindo o Brasil, de 1580 a 1640. Este dado afasta a possibilidade de a doação citada por João da Maia da Gama ser correspondente à sesmaria de 22 de julho de 1658.

dar o Sar^{to} mor M.^{el} Marques de Sousa notificar o Cap^{am} mor Theodosio de Oliveira Ledo e o coronel M.^{el} de Araujo de Carvalho e Sarg^{to} mor João de Miranda todos Procuradores da Casa da Torre para que não sahissem do meu districto com os moradores e Indios da minha jurisdição e não pasarem o Jaguaribe a juntarse com mais gente da casa da torre que pretendiam dar batalha aos de Jaguaribe, e chegou tão bem o Cap^{am} mor do Ciará fulano Duarte de Vasconcellos a marchar com duzentos ou trezentos homens para evitar aquella contenda.¹⁰¹

Com base nestes dados, é possível concluir que os senhores da Casa da Torre, por serem os primitivos donos das terras em torno da Chapada do Araripe, e, conseqüentemente, do Cariri, pretendiam retirar à força os colonos que ocuparam posteriormente as suas terras, incluindo os da bacia do Jaguaribe (nas cabeceiras de seu afluente, o Rio Salgado, que nasce no Cariri).

Com esse intento, os d'Ávila, por intermédio de seus procuradores, empossados em cargos públicos, tentaram usar da força contra os moradores do Jaguaribe, havendo a intervenção do próprio João da Maia da Gama, que mandou notificar os líderes, representantes da Casa da Torre, para que não saíssem dos seus distritos. Ao lado disso, para evitar o confronto, o capitão-mor do Ceará (governador) também marchou à frente de um exército, composto de 300 ou 400 homens. E quando ocorreu esse evento?

Sabe-se, por dedução, que o capitão-mor do Ceará, na época, era Francisco Duarte de Vasconcelos, tendo ocupado o dito cargo de 1709 à 1713¹⁰². Já João da Maia era capitão-mor da Paraíba desde 1708¹⁰³, e aí se conservou por muitos anos, até a data em que foi assumir o governo do Maranhão, em 1722. Portanto, observa-se que

¹⁰¹ MARTINS, F. A. Oliveira. Volume II. Op. cit., p. 25 e 26.

¹⁰² JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. *Catálogo de Documentos Manuscritos Avulsos da Capitania do Ceará (1618 - 1832)*. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1999, p. 344. O Barão de Studart disse que o capitão-mor Francisco Duarte de Vasconcelos foi empossado no cargo em 1710 (STUDART, Barão de. *Geografia do Ceará*. Op. cit., p. 131).

¹⁰³ Arquivo Histórico Ultramarino, Conselho Ultramarino, Brasil - Paraíba: 1708, agosto, 20, Paraíba: CARTA do capitão-mor da Paraíba, João da Maia da Gama, ao rei [D. João V], sobre o estado das armas e munições da capitania, solicitando oficiais para a sua limpeza e conservação. AHU-Paraíba, cx. 4, doc. AHU_ACL_CU_014, Cx. 4, D. 291.

essa tentativa de levante da Casa da Torre deve ter ocorrido entre os anos de 1709 à 1713.

2.4.6- Gente enviada ao Ceará pela Senhora da Torre (1703)

No Brasil, os primeiros colonizadores “brancos” tinham a obrigação de construir casas-fortes, ou torres¹⁰⁴, para que assim pudessem fazer resistência a qualquer ataque externo e, principalmente, aos internos, promovidos pelos índios. Então, o primeiro Garcia d’Ávila, tendo chegado à Bahia em 1549¹⁰⁵, tratou logo de erguer em “taipa e terra calcada a pilão”¹⁰⁶ a chamada Casa da Torre de São Pedro de Rates, no alto de Tatuapara.

Nesse tempo, Garcia d’Ávila veio a se casar com uma índia, Francisca Rodrigues, e a filha deste casal, Isabel d’Ávila, uniu-se matrimonialmente a Diogo Dias, neto do Caramuru e da índia Paraguaçu. E foi essa linhagem que senhoreou a Casa da Torre por mais de três séculos.

A ligação entre à dita casa e a família d’Ávila tornou-se tão estreita que seus nomes viraram sinônimos e, curiosamente, era comum haver referência às mulheres da família d’Ávila utilizando-se a expressão as “senhoras da Torre”¹⁰⁷.

Foi usando essa terminologia que autos processuais do começo do século XVIII acusaram o envolvimento de uma dessas senhoras da Torre com violências cometidas contra os moradores da capitania do Ceará.

No traslado do auto de uma querela, tirada pelo juiz ordinário (coronel Domingos Pereira da Silva) a respeito dos “roubos”¹⁰⁸ e

¹⁰⁴ Moniz Bandeira abordou essa obrigação da seguinte maneira: “No Regimento que Thomé de Souza, como governador-geral da Brasil, levou para a Bahia, quando foi fundar a Cidade do Salvador, em 1549, D. João III estabeleceu, no parágrafo 11, que todas as pessoas às quais fossem concedidas sesmarias ‘se obrigarão a fazer casa um em sua terra uma torre, ou casa forte de feição e grandeza que lhe declarardes, (...) para a segurança do dito e povoadores de seu limite’” (BANDEIRA. Op. cit., p. 48).

¹⁰⁵ Ibidem, p. 122 e 123.

¹⁰⁶ Ib., p. 77.

¹⁰⁷ Ib., p. 243, 244 e 264.

¹⁰⁸ O manuscrito original registra a palavra “roubo”, porém, para melhor entendimento, adaptamos a dita expressão ao atual ordenamento jurídico brasileiro, pois este faz diferenciação entre os crimes de roubo, em que há grave ameaça ou violência, e o crime de furto, em que não há violência, nem grave ameaça (Ver: CUNHA, Rogério Sanches. *Manual de Direito Penal, Parte Especial: arts. 121 ao 361*, Volume Único. 5ª Ed., ampliada e atualizada. Salvador BA: Editora Juspodivm, 2013, p. 291).

depredação que fizeram na fazenda de João Gonçalves Pereira, no Riacho Salgado (na Ribeira do Jaguaribe e Icós), é mencionada a “Senhora da Torre” como sendo a responsável pelo envio dos criminosos que perpetraram os delitos em apreço¹⁰⁹. Essa queixa-crime, feita por parte de João Gonçalves, registrou o seguinte:

Senhor juiz ordinário, dizem os moradores da ribeira de Jaguaribe e Icós e termo desta vila abaixo assinados que perecem de sua justiça e certos requerimentos que perante Sua Alteza Real, que Deus guarde, lhes é necessário traslado de um auto de querela e sumário de testemunhas que deu João Gonçalves Pereira na ribeira dos Icós de uns homens enviados pela Senhora da Torre (...) perante a dito juiz apareceu João Gonçalves morador no riacho Salgado da dita ribeira e por ele foi dito e requerido que ele queria querelar e denunciar como com efeito querela e denúncia de Antonio José o coronel Lourenço da Gama Barbosa, Antonio Correa, Manoel de Castro, João Ferreira, Domingos Mendes, Francisco de Araújo de Lima, Pedro Velho, Antonio Barbosa, Luís de Andrade, José de Araújo, Antonio Lopes, André Gonçalves, João Ribeiro de Castro, Tomás Pereira e de outras pessoas mais que em sua companhia vieram de assuada (...) aos dezesseis dias do mês de novembro próximo passado deste presente ano de mil e setecentos e três a horas do meio dia tempo e hora da verdade estando o denunciante fora de sua casa quinze ou vinte léguas os denunciados todos juntos, de assuada, vieram a casa do denunciante e lhe levaram a escala, quebrando-lhe as portas com machados e lhe entraram dentro da dita casa e o roubaram de tudo quanto nela tinha, levando-lhe muita ferramenta de enxadas, machados, foices, ferros de covas e a roupa de seu uso e algum dinheiro e seis libras de pólvora que tinha enterradas em uma cabaca dentro da mesma casa que não satisfeitos com todo este dano que lhe haviam feito lhe botaram toda a telha da dita casa abaixo e, com paus as quebraram e destruíram, de sorte que para coisa alguma pudesse servir. O que tudo fizeram sem que o queixoso lhe desse em tempo algum a mínima causa e somente movidos de seus maus ânimos e deprava-

¹⁰⁹ Memória Colonial do Ceará (1699 - 1720), Tomo 2. Op. cit., p. 115.

dos costumes porque são useiros e vezeiros a fazer estes e semelhantes crimes cometidos de morte...¹¹⁰

O fato ocorreu no dia 16 de novembro de 1703, ao meio dia, no Riacho do Salgado, afluente do Jaguaribe, cujas nascentes estão localizadas no sopé da Chapada do Araripe, ou seja, a fazenda saqueada e depredada estava entre os sertões dos Cariris Novos e os do Icô.

O crime foi cometido por homens a serviço da Casa da Torre, mais especificamente, a mando da Senhora da Torre, na época, Leonor Pereira Marinho (1661?-1714), viúva de Francisco Dias d'Ávila (1648-1694), o segundo deste nome¹¹¹.

Mas qual a razão do cometimento de tais crimes? A vítima, Antonio Gonçalves, afirmou que não deu "a mínima causa" para esse mal injusto e que os criminosos agiram somente movidos de seus maus ânimos e depravados costumes, porque eram "useiros e vezeiros a fazer estes e semelhantes crimes cometidos de morte".

Contudo, um outro propósito se escondia na ação violenta desses homens, pois o furto e o dano não eram, por si só, o objetivo principal, caso contrário, não teriam realizado a depredação dos bens, como o fizeram nas telhas da casa, quebrando-as, dando a entender que havia a intenção, por parte dos criminosos, de que a residência ficasse inabitada, aproximando-se tais condutas mais de um esbulho ou usurpação das terras da vítima do que do crime de dano e furto.

Essa prática era bem usual por parte dos senhores da Casa da Torre, que elegiam certos homens para serem seus procuradores, dando-lhes em troca cargos públicos, principalmente os de caráter militar, pois os d'Ávila exerciam grande influência sobre os mais importantes funcionários públicos do Brasil¹¹².

Por sua vez, os procuradores da Torre, quase sempre, homens criminosos, temidos e poderosos, agiam ilegalmente, através da força,

¹¹⁰ Ibidem, p. 116, 117, 118 e 119.

¹¹¹ Sobre as datas de nascimento e a árvore genealógica da família d'Ávila, da Casa da Torre, ver a obra de Luiz Alberto Moniz Bandeira entre as páginas 332 e 333.

¹¹² Essa relação caracterizava a privatização do poder público, pois os donos da Casa da Torre representavam o próprio Estado, ocupando altos cargos públicos, ao passo que, fazendo nomeações para as Ordenanças, agiam em interesse particular.

despejando os posseiros, senão, obrigando-os a pagar arrendamento pelas terras que julgavam pertencer aos d'Ávila, donos do maior latifúndio do País na época¹¹³, com 348 fazendas,¹¹⁴ cerca de 300.000 quilômetros quadrados, domínio este que era ampliado e conservado por meio do instituto da procuradoria¹¹⁵.

João da Maia da Gama declarou que foi testemunha ocular dessas violências e arbitrariedades, dentre elas a ocupação de terras no Maranhão, no Rio Itapicurú, pois, chegando os primeiros desbravadores e ocupando a terra, depois de vencerem renhidas lutas com os índios, vieram os procuradores da Casa da Torre para turbar e esbulhar as posses dessa gente:

...estando todas estas terras povoadas de gentio, e não penetradadas nem povoadas, e hindo varios descobridores com despesas de suas fazendas e com evidente prigo (**sic**) de vida morrendo m^{tos} e matandolhe o gentio e outros parentes e escravos descobrirão sítios, e povoaram-nos e defenderam-nos do gentio com prigo, e morte de m^{tos} e depoês de estabelecidos vinhão os Procuradores da Casa da Torre, e por forma, ou os fazião despejar, ou os faziam paçar escritos de arrendamento para o que fizerão sempre Procuradores os mais poderosos, mais facinorosos, e mais temidos que sempre e athé hoje em dia uzarão e uzão destas violências com a maior vexação forssa, violencia, e injustissa feita aos vaçallos de V.Mag.de...¹¹⁶

Como se percebe, os senhores da Casa da Torre agiam quase sempre da mesma forma (*modus operandi*) no que tange à manutenção e à ampliação de suas propriedades.

¹¹³ BANDEIRA. Op. cit., p. 623.

¹¹⁴ Ibidem, p. 416.

¹¹⁵ Moniz Bandeira defende que essa relação entre a Casa da Torre e os seus procuradores, constituía elementos do modo de produção feudal, à brasileira, conforme se depreende das palavras desse autor: “Desde os primórdios da colonização, a Casa da Torre conservou seu baluarte e manteve um exército próprio, cumprindo funções militares, embora fosse uma família e não estivesse integrada formalmente no aparelho do Estado português. A fim de manter seu vasto domínio, seu prestígio e sua fortuna, ou mesmo garantir a sua segurança, os senhores da Torre, como na Europa medieval, tiveram de obter, por meio da persuasão ou da força, a colaboração de subalternos, os procuradores, aos quais se associavam e para os quais conseguiam do governo patentes militares. Eles, ao mesmo tempo vassalos do rei de Portugal, exerceram a autoridade sobre os procuradores e estes, com patentes militares e à frente de tropas, sobre os rendeiros, camponeses economicamente dependentes, e escravos”(op. cit., p. 51).

¹¹⁶ MARTINS, F. A. Oliveira. Volume II. Op. cit., p. 27..

2.4.7- Terras da Casa da Torre no Distrito do Jaguaribe, Ceará (1705)

Da Bahia, no dia 19 de março de 1705, o governador-geral do Brasil, Dom Rodrigo da Costa, escreveu uma carta ao mestre de campo Manoel Álvares de Moraes Navarro para adverti-lo de que não poderia se apropriar das terras que ocupava nos sertões do Rio Grande do Norte.

Oriundo de São Paulo, Manoel Álvares de Moraes Navarro havia chegado ao Rio Grande do Norte em razão da resistência dos índios, a chamada “Guerra dos Bárbaros”, quando o terço dos paulistas havia rumado para os sertões nordestinos com a missão de dar combate às tribos rebeladas.

O terço dos paulistas, comandado por Domingos Jorge Velho, foi responsável por reprimir o “gentio bárbaro” no interior do Nordeste e por retomar as terras que haviam sido dominadas pelos índios e negros, fato que havia causado o abandono das fazendas pelos povoadores “brancos”.

Depois de tantas marchas e derramamento de sangue, pretendiam os paulistas estabelecerem-se nas glebas que haviam (re)conquistado a ferro e fogo. Porém, as elites, principalmente as baianas, não se contentaram com a pretensão dos paulistas, movendo grandes empecilhos à posse destes sertanistas.

Para melhor ilustrar a situação, Domingos Jorge Velho havia previamente ajustado contrato com o governo para guerrear os negros dos Palmares, contemplando entre as cláusulas o direito de propriedade dos homens do terço paulista sobre as terras que fossem tomadas aos rebeldes. Assim, após conquistar o território dos Palmares, fixou-se no dito lugar, contudo, teve que litigar por elas com o desembargador da Bahia, Cristóvão de Burgos, por mais de dez anos.

Mas os paulistas também guerrearão em outros pontos do interior do Nordeste, como, por exemplo, no Assú/RN, combatendo os índios rebelados. Em troca desses seus serviços, os paulistas também pretendiam obter terras nos sertões (re)conquistados, o que gerava uma série de embates em torno da posse e propriedade. Foi nesses moldes que surgiu o litígio entre o senhores da Casa da Torre (na época, Leonor Pereira Marinho e seu filho Garcia de Ávila Pereira) e

Manuel Álvares de Moraes Navarro.

O mais importante nesta contenda é ver que Leonor Pereira Marinho alegava ser dona das terras do sertão do Jaguaribe, acrescentando que estas haviam sido conquistadas aos índios, e, deste modo, tinha a posse delas desde a época de seus antepassados, os quais haviam procedido ao povoamento das mesmas. Isto é o que descreve a referida carta:

Carta para o Mestre de Campo Manuel Alves de Moraes Navarro sobre as terras de Leonor Pereira Marinho nos sertões do Rio Grande. Leonor Pereira Marinho, e seu filho Garcia de Ávila Pereira, se me queixaram da razão, com que Vossa Mercê, os quer espoliar das suas terras de que está de posse, por si, e por seus antepassados, que são os distritos de Pinhancó, Piranhas, Assú, Jaguaribe, e mais sertões a eles pertencentes, que sua custa descobriram, lançado deles o gentio bravo, com grande despesa de sua fazenda, e neles se sustentaram até o presente, sem contradição de pessoa alguma, tendo os mesmos sertões, que lhes pertencem sempre povoados, como me constou pelas certidões, que me ofereceu, por onde se verifica a sua queixa: e que para Vossa Mercê se introduzir na posse destes distritos toma o pretexto de lhes serem dadas, todas as que de novo conquistar, e tomar ao gentio bravo: e como estas o estão já há muitos anos, como se faz notório, não parece justo queira Vossa Mercê violentamente, e com o poder de seu cargo, privar aos direitos senhorios do que a Vossa Mercê nunca pode pertencer: e assim ordeno a Vossa Mercê, da parte de Sua Majestade, que Deus guarde, não dê ocasião a esta Senhora, e a seu filho a maiores queixas, e os deixe livremente usar de tudo o que lhes toca, na forma que até aqui o teem feito. Deus guarde a Vossa Mercê. Baía e Março 19 de 1705.¹¹⁷

Mas onde estaria localizado este “sertão do Jaguaribe”?

No documento, leem-se os nomes dos sertões de Pinhancó, Piranhas, Assú e Jaguaribe. Os sertões de Pinhancó e Assú estavam imitidos na então capitania do Rio Grande do Norte, enquanto que o sertão de Piranhas estava açambarcado pela capitania da Paraíba,

¹¹⁷ Documentos Históricos (1705 – 1711), Volume XLI. Rio de Janeiro - RJ: Biblioteca Nacional, 1938, p. 13 e 14.

mas sendo todos vizinhos à capitania do Ceará. Assim, a localidade conhecida pelo nome de Jaguaribe referia-se à região banhada pelo rio do mesmo nome, circunscrito pelo território da então capitania do Ceará, na porção que faz divisa com o Rio Grande do Norte e Paraíba. Na época, os termos “sertão do Jaguaribe” e “ribeira do Jaguaribe” incluíam o espaço que mais tarde viria ser conhecido por sertões dos Cariris Novos.

2.4.8- A Invasão do Sertão do Cariri por 400 Homens do Rio de São Francisco (1706)

Não demorou e outro ato de violência se abateu sobre os habitantes do sul do Ceará. Isto quando 400 homens armados invadiram o sertão do Cariri, no ano de 1706, arrasando e destruindo casas e currais que os moradores da Ribeira de Jaguaribe haviam povoado.

Nesta data, os “brancos” que ocupavam as terras nas imediações do Rio Jaguaribe alegavam ter povoado aqueles sertões com grande dispêndio de seus capitais e risco de suas vidas, e que, também, haviam estabelecido relativa trégua com os índios habitantes daquelas paragens, principalmente com as nações dos gentios bárbaros (Icós e Cariris).

Entretanto, com a chegada desses 400 homens do Rio de São Francisco, os índios Icós e Cariris, que viviam entre os moradores da Ribeira do Jaguaribe, rebelaram-se matando e roubando os colonos, dando cabo à vida de 20 homens. Além disso, houve grande prejuízo à tributação naqueles sertões, reduzindo-se o recolhimento dos dízimos reais, havendo “risco de se perder aquela ribeira”.

Os invasores vindos do Rio de São Francisco tinham a intenção de tomarem as terras dos brancos já estabelecidos no sul do Ceará, e, para as usurparem, vieram armados, fazendo fortificação em um arraial.

Pretendendo dirimir toda essa balbúrdia, o coronel João de Barros Braga marchou até o sertão do Cariri, na companhia de vinte homens livres e cinco escravos, onde gastou dois meses para debelar a revolta dos Icós e Cariris, reedificando tudo a sua custa, “fazendo buscar gados e povoar a terra”.

Igualmente, “sendo o governador do Ceará requerido da justiça, e dos moradores da dita ribeira”, acompanhou-o o coronel João de Barros Braga, com mais 50 homens de seu regimento, para socorrer aquela gente e fazer advertência aos 400 invasores, vindos do Rio de São Francisco. Tudo isso, conforme as palavras do próprio João de Barros Braga, ao relatar suas façanhas militares no ano de 1706:

O de 1706, entrando da parte do rio de São Francisco quatrocentos homens armados pelo sertão do Cariri, sem temor de Deus nem da justiça, arrasando e destruindo casas e currais que os moradores da ribeira do Jaguaribe haviam povoado com grande risco de vida e despesas da fazenda, e levantando-se o gentio, que estava vivendo entre os povoadores daquela ribeira o fez presente, e pedindo ordens lhe foram dadas, e com o juiz ordinário foram tomar conhecimento daquelas violências, havendo-se com grande zelo, sem reparar a gastos, e achando-os em arraial fortificado deu parte ao capitão-mor do Ceará para se castigarem semelhantes absurdos, e estando levantado o gentio bárbaro, a que chamam Icó e Cariri, e debaixo de paz fazerem muitos latrocínios e morto a vinte homens com o risco de se perder aquela ribeira, e largar-se de todo os bárbaros, de que se seguiu grandes perdas aos dízimos reais, e àquela capitania e para se atalhar este dano e reduzir aqueles bárbaros ao grêmio da igreja, foi mandado para aquela paragem com vinte homens e cinco escravos à sua custa, fazendo por caminhos ásperos a marcha com grande risco de vida e dentro de dois meses pode reduzir aquelas duas nações, e fez buscar gados, e povoar as terras, que o gentio havia ocupado, reedificando tudo a sua custa de que resultou grande serviço de Deus e de Vossa Majestade, e sendo o governador do Ceará requerido da justiça, e dos moradores da dita ribeira lhes acudisse pessoalmente advertir o ajuntamento de quatrocentos homens armados e fortificados em um arraial com ânimo de usurparem as terras dos povoadores, o suplicante o acompanhou com cinquenta homens do seu regimento à sua custa, em que fez grande serviço a Vossa Majestade.¹¹⁸

Como se pode perceber, o *modus operandi* (modo de operar, de agir) dessa invasão é o mesmo utilizado pela Casa da Torre, pois,

¹¹⁸ Memória Colonial do Ceará (1737 - 1739), Tomo 2, Kapa Editorial, p. 317 e 318.

sua praxe, no esbulho da terra, consistia na formação de um bando numeroso, fortemente armado, (vindo do Rio de São Francisco, região em que os d'Ávila tinham domínio quase que absoluto), praticando violências e danos aos moradores, destruindo as benfeitorias destes, como se objetivasse o despovoamento da terra.

Dessa feita, é possível que tal associação tenha sido formada a mando dos senhores da Casa da Torre, na intenção de expulsar os moradores das terras do Cariri, afinal, os d'Ávila reivindicavam a propriedade dessa área, inclusive, judicialmente, como será oportunamente demonstrado. Ressalte-se que um parente dos d'Ávilas, João Correia Arnoud, entre os anos de 1706 e 1707 invadiu o sul do Ceará na companhia de 200 homens.

No mais, os moradores do Rio de São Francisco conheciam as possessões e o poder da Casa da Torre, bem como as consequências que o atentado contra o direito de propriedade dessa gente poderia gerar. Assim, é razoável aceitar que os 400 homens do São Francisco tenham invadido o Cariri escudados pelos d'Ávila.

2.4.9- Rumores de que a Casa da Torre receberia a Posse Judicial de Terras na Ribeira do Jaguaribe (década de 1730)

O Ceará, nas primeiras três décadas do século XVIII, foi palco de alguns movimentos sociais violentos, chamados pelas autoridades da época de “sublevações”, “motins”, “assuadas”, “levantes”, etc. Contudo, algumas dessas perturbações constituíram verdadeiras guerras civis, sendo que a análise destes conflitos também descortina a presença da Casa da Torre no Ceará.

Uma das maiores “guerras civis” do Ceará havia ocorrido no ano de 1724, quando o seu primeiro ouvidor, o bacharel José Mendes Machado, desaveio-se com muitos moradores e o capitão-mor da referida capitania (Manoel Francês), ficando, assim, as duas maiores autoridades cearenses em lados opostos.

Os fatos ocorridos nessas perturbações exigiam uma atitude enérgica por parte do Estado português, pois os delitos praticados foram de grande repercussão, tanto pelo número de mortes quanto pela insubordinação dos envolvidos às leis e às autoridades.

Muito tempo se passou, até que o Rei de Portugal ordenou que o desembargador Antonio Marques Cardoso fosse da Bahia (onde exercia seu cargo no Tribunal da Relação) ao Ceará, com o dever de apurar os detalhes sobre as sublevações e mortes, bem como fazer um levantamento acerca do comportamento do ex-ouvidor José Mendes Machado e do capitão-mor Manoel Francês, pelo tempo que exerceram suas funções na capitania do Ceará¹¹⁹.

Por volta de 1733 e 1734, Antonio Marques Cardoso, sabendo da dificuldade de se administrar a justiça nos sertões, principalmente por conta das fugas empreendidas pelos investigados, tentou dissimular essa sua viagem ao Ceará, indo, inicialmente, à Vila da Mocha, no Piauí, onde publicou que, daí, partiria para o Maranhão. Tudo isso a fim de manter sua missão em sigilo. Contudo, a informação sobre o verdadeiro itinerário do desembargador vazou, ficando a população ciente da ida do magistrado ao Ceará.

No Piauí, informaram ao dito desembargador que havia rumores sobre o verdadeiro propósito de sua viagem, sendo este o de “tombar” (medir) as terras da Ribeira do Jaguaribe, das quais Garcia d’Ávila intentava tomar posse. Assim, em uma carta escrita na Vila de Aquiraz/CE, no dia quatro de agosto de 1734, disse o desembargador Antonio Marques Cardoso:

Nestes termos dei princípio a dita jornada saindo da Bahia em os primeiros dias de dezembro do ano passado, e chegando à dita vila da Mocha do Piauí em dez de fevereiro do presente ano a tempo, em que estava para continuar a jornada, me disseram, sem embargo de publicar ainda nessas partes que ia para o Maranhão, que em a ribeira de Jaguaribe distrito do Ceará se publicava ir tombar as terras da dita ribeira de que Garcia de Ávila intentava tomar posse, para cujo efeito se me mandava ao Ceará.¹²⁰

Antonio Marques Cardoso negou que tivesse por objetivo fazer o dito tombamento, porém sua fala revela as pretensões da Casa da

¹¹⁹ Memória Colonial do Ceará (1737 - 1739), Tomo 2, Kapa Editorial, p. 193.

¹²⁰ Ibidem, p. 195.

Torre no Ceará, quando arremata que “as terras da dita ribeira de que Garcia de Ávila intentava tomar posse”. A frase deixa claro que os d’Ávila reivindicavam a posse de terras no Ceará, na Ribeira do Jaguaribe.

Todavia, o desembargador argumenta que esses rumores ao seu respeito foram criados pelos moradores da Ribeira do Jaguaribe, envolvidos nos levantes, para servir-lhes de pretexto, a fim de impedir a sua entrada nessa ribeira e, assim, impossibilitar a prisão dos culpados.

Ao chegar ao Ceará, Antonio Marques Cardoso foi informado pelo novo ouvidor-geral da dita capitania (Pedro Cardoso de Novais Pereira) que esse alarde sobre o desembargador pretender dar posse à Casa da Torre de terras no Jaguaribe partiu de um advogado pernambucano, o padre Jorge Aires de Miranda Henriques¹²¹, t f o qual, por sua vez, reafirmou suas palavras, dizendo ter escutado tal informação em uma carta que “ouvira ler ao dito ouvidor-geral”, enviada a este pelo governador de Pernambuco, Duarte Sodré Pereira Tibão¹²².

Apesar de os moradores da Ribeira do Jaguaribe, no referido período, estarem engalfinhados em armas, uns contra os outros, divididos em duas parcialidades desde meados de 1724, resolveram se unir, a fim de fugirem das autoridades e assim evitarem suas prisões. Com essa nova aliança, pretenderam defender a posse de suas terras contra a Casa da Torre, a qual obteve sentenças judiciais ao seu favor, segundo uma carta do governador da capitania de Pernambuco, Duarte Sodré Pereira Tibão, escrita em Olinda, no dia 18 de março de 1735, que fala:

¹²¹ Registrou Antonio Marques Cardoso que: “*Porém, chegando ao Ceará me seguiu o ouvidor-geral Pedro Cardoso de Novais Pereira que houvera em Jaguaribe princípio para alguma inquietação por se divulgar vinha a esta capitania com a incumbência de dar posse à Casa da Torre das terras da ribeira do Jaguaribe, cuja notícia dera um clérigo chamado Jorge Aires de Miranda, que se achava na dita ribeira, natural de Pernambuco e que houvera pareceres de se me não deixar entrar nesta capitania ainda que fosse com pretexto de fazer outras quaisquer diligência*” (lb., p. 198).

¹²² Segundo Antonio Marques Cardoso: “*Dos ditos traslados se prova publicar o dito clérigo Jorge Aires Henriques de Miranda que eu vinha a esta capitania a várias diligências, e dar justamente posse à Casa da Torre dos sítios e terras de Jaguaribe cuja notícia inculcava se dera ao dito ouvidor-geral Pedro Cardoso de Novais Pereira pelo governador de Pernambuco Duarte Sodré Pereira em uma carta que o dito clérigo ouvira ler ao dito Pedro Cardoso, que lhes escrevera o mesmo governador*” (lb., p. 199).

...começou a dizer aonde lhe parecia que eu havia escrito uma carta ao mesmo ouvidor, dizendo-lhe que o vice-rei deste estado me tinha escrito que o desembargador Antonio Marques Cardoso, que naquele estava para sair da Bahia a devassar na mesma capitania do Ceará, sobre as desordens do referido Antonio Loureiro, e outros vários casos, e que também trazia ordem para dar posse das terras da ribeira do Jaguaribe da mesma capitania, que sem muitos na forma das sentenças que contra os que estavam de posses alcançou o coronel Garcia de Ávila que nunca se executaram pelo povo impedir com motins, e que eu lhe desse toda a ajuda necessária para agora se executarem.¹²³

O governador de Pernambuco, Duarte Sodré Pereira Tibão, garantiu não ter ordenado que o desembargador Antonio Marques Cardoso desse posse à Casa da Torre, contrariando o que havia afirmado o advogado (padre Jorge Aires de Miranda Henriques). Então, quem estaria falando a verdade?

Ante o impasse, é importante ressaltar que o ouvidor-geral do Ceará e o dito padre, quando ainda eram amigos, percorreram o território do Ceará fazendo correição, ato típico da justiça, porém, malquistaram-se, e disso surgiram disputas entre ambos.

Em sua defesa, disse o padre Jorge Aires que, à época, possuía “banca de advogado” no Ceará, existindo entre ele o ouvidor-geral, Pedro Cardoso de Novais, “uma particular e muito íntima amizade”, em razão do que haviam viajado juntos para a Ribeira de Jaguaribe, no ano de 1733, para fazer correição. Contudo, Pedro Cardoso de Novais aborreceu-se com o padre Jorge Aires por este ter feito uma “visita política” ao ex-ouvidor do Ceará, Antonio Loureiro de Medeiros.

Não bastasse a dissensão do ouvidor-geral Pedro Cardoso de Novais com Antonio Loureiro de Medeiros, acérrimos inimigos, o Padre Jorge Aires também se tornou alvo da perseguição do ouvidor Novais, que o denunciou como sendo o responsável pela notícia de o desembargador Antonio Marques Cardoso vir ao Ceará para dar

¹²³ *Ib.*, 261 e 262.

posse à Casa da Torre.

Diante dessa acusação, o padre Jorge Aires defendeu-se argumentando que o tal rumor sobre a Casa da Torre havia sido propagado, primeiramente, pelos moradores da Ribeira do Jaguaribe, ao tempo da dita correição. Em sua súplica ao Rei de Portugal, o referido padre pondera que:

Diz o padre Jorge Aires de Miranda Henriques, presbítero do hábito de São Pedro, natural do bispado de Pernambuco, que vivendo na capitania do Ceará com banca de advogado e tendo com ele o ouvidor-geral da mesma comarca Pedro Cardoso de Novais Pereira uma particular e muito íntima amizade, continuada com grandes créditos e abonos do suplicante todo tempo que durou a primeira correição, a que o suplicante saiu com ele pela ribeira de Jaguaribe no ano de 1733, no fim dela em 2 de novembro do dito ano no lugar Aracati da mesma ribeira veio a desconfiar com o suplicante de sorte, que logo começou a verter aqueles abonos e louvores antecedentes em públicas e torpes infamações de descréditos de seu estado e pessoa, não tendo para a sua desconfiança outro motivo mais, do que saber que o suplicante visitara politicamente ao seu antecessor Antonio de Loureiro Medeiros, que havia chegado preso ao mesmo lugar para dele embarcar para a praça de Pernambuco (...) já com outro tratamento com o suplicante, não sendo bastantes as muitas razões, com que por vezes procurou satisfazê-lo daquele injusto enfado, até que veio a declarar-se de todo seu inimigo na ausência que o suplicante fez da Vila do Ceará, a própria ribeira de Jaguaribe a cobrar nos efeitos da terra, que são gado vacum e cavalar, os salários das causas, que patrocinara na dita correição, porque sabendo que o suplicante em prática com algumas pessoas daquela ribeira dissera que o desembargador Antonio Marques Cardoso que se esperava as diligências do serviço de Vossa Majestade, levava também a incumbência de dar posse a casa da Torre da Bahia das terras que pretende na dita ribeira, o que disse o suplicante com toda a lisura, e sinceridade, por ter ouvido no Ceará a mesma notícia, lançou mão da ocasião e começou a publicar, que o suplicante fora a dita ribeira sublevar os povos contra ele, e o dito desembargador... ¹²⁴

¹²⁴ *Ib.*, p. 283 e 284.

Essa súplica do padre-advogado reforça, mais uma vez, que a Casa da Torre desejava tomar posse das terras no Ceará, na Ribeira de Jaguaribe, o que é patenteado pela frase “dar posse a casa da Torre da Bahia das terras que pretende na dita ribeira”.

A simples ideia de a Casa da Torre tomar posse das terras na Ribeira do Jaguaribe era capaz de gerar alianças entre antigos desafetos na capitania do Ceará, para que se unissem na defesa de seus imóveis. Dessa forma, observou Antonio Marques Cardoso que tal rumor “era muito odioso para os seus moradores”¹²⁵.

2.4.10- O Inventário de Garcia d’Ávila 3º (1753)

No Arquivo Público do Estado de Pernambuco encontra-se o inventário do coronel Garcia de Ávila (o terceiro deste nome), casado com dona Inácia de Araújo Pereira, falecido no ano de 1734¹²⁶, sendo que o referido documento data de 1753.

Esse inventário (descrição dos bens do falecido) fora trasladado pelo escrivão do termo de Boa Vista/PE, no ano de 1903, no qual são mencionadas muitas propriedades pertencentes ao falecido dono da Casa da Torre, localizadas, inclusive, no sul do Ceará, *in verbis*:

(fl. 01) Manoel Ribeiro Granja Escrivão do Geral do termo de Boa Vista, por nomeação legal etc. Certifico que se vendo o inventario denominado da Caza da Torre, procedido por fablesimento de Garcia de Avila Pereira no anno de mil setecentos e cincoenta e trez, a requerimento da veuva cabeça de cal, Dona Ignacia de Araujo Pereira, delle inventario consta a avaliação dos terrenos e Ilhas seguintes: Sitio chamado Olho d’Água, Sitio do Cumbe, no Jardim do Estado do Ciará, Sitio do Buqueirão, letigiozo, Sitio do Talhado, letigiôzo, Sitio do Chorgó, letigiozo, Sitio do Salgado Letigiôzo, Sitio do Molungú letigiôzo, Sitio do Brejo da Agua Branca letigiozo, Sitio

¹²⁵ Memória Colonial do Ceará (1740 - 1744), Tomo 1, Kapa Editorial, p. 136.

¹²⁶ Moniz Bandeira diz que Garcia d’Ávila Pereira (3º), teria falecido no dia 13 de junho de 1734 (O Feudo. Op. cit., p. 310), porém, o mesmo autor cita que Frei de Jaboatão registra como data de falecimento de Garcia d’Ávila o dia 1º de agosto de 1734 (ibidem, p. 321). Curiosamente, o inventário em apreço dá a entender que o falecimento de Garcia d’Ávila se deu no ano de 1753, contudo, isto, certamente, é a data da feitura do inventário, que foi elaborado anos depois da morte de *de cujos*.

dos Paos Grandes, no pé da Serra Araripe, letigiôzo, Sítio do Curral-novo, deste termo, Sítio da Cachoeira, Sítio da Fazenda Grande, Sítio da Alagôa, Sítio do Breginho, detraz da Serra; Sítio de Umburanas Sítio do Rio-fundo, Sítio do Breginho da Taboa, Sítio do Jacaré, Sítio do Inhamhum, Sítio das Curujas, Sítio dos Goiazes, Sítio da Capivara, Sítio do Genipapo, Sítio do Corralinho, Sítio do Pontal, Gequia, Sítio da Cahoeira, Sítio das [Pioas?], Sítio do Sítio (sic) do Maçangano, Sítio do Sobrado Sítio da Fazenda de cima... (fl. 02v)...Sítio do Currallinho, Sítio do Páo-apique, Sítio da Ilha do Buqueirão; Ilha dos Brandões, Ilha do Achará, Ilha das Flores, Ilha do Currallinho Ilha do Buqueirão. Certifico que do mesmo inventario não consta ter sido alienado Ilha alguma e nem nenhum dos terrenos mencionados; do que dou fé e me reporto no original do mesmo inventário. Tudo em fé do meu cargo. Boa Vista 4 de Março de 1913 O Escrivão do Geral Manoel Ribeiro Granja.¹²⁷

De acordo com o documento, o *de cujos* (Garcia d'Ávila) era possuidor de alguns sítios em Jardim, no Ceará, ao sopé da Serra do Araripe, quais sejam, o Sítio Olho d'Água e o Sítio do Cumbe. O falecido também possuía outras propriedades na fralda da mesma serra, terras litigiosas, ou seja, eram pendentes de questão judicial, sendo estas: o Sítio do Boqueirão, Sítio do Talhado, Sítio do Corgo, Sítio do Salgado, Sítio do Mulungu, Sítio do Brejo da Água Branca e Sítio dos Paus Grandes.

Dentre essas propriedades litigiosas, uma chama a atenção, o "Sítio do Corgo", nome pelo qual a mencionada "Lagoa da Torre" também era conhecida, o que robustece a versão contada pela tradição oral escrita pelos cronistas.

¹²⁷ Arquivo Público do Estado do Pernambuco: Inventário de Garcia de Ávila Pereira, 1753, trasladado em 04 de março de 1913, Boa Vista/PE.

Doc. n.º 114

Manoel Ribeiro Groux Escrição do Geral
do termo de Boa Vista, por nomeação
legal etc.

Certifico que souando o inventário de-
nominado da Casa da Torre, procedido
por fallecimento de Garcia de Avila
Pereira no anno de mil setecentos e cin-
centa e tres, a requerimento da vossa
cabeça de casal, Dona Ignacia de tra-
ujo Pereira, delle inventari, consta a
avaliação dos terrenos e lhas seguin-
tes: Sítio chamado Alto d'Água, Sítio
do Curral, no jardim do Estado do Piauí,
Sítio do Parqueirão, laticínio, Sítio do
Folhado, laticínio, Sítio do Chão, laticí-
nio, Sítio do Salgado, laticínio, Sítio do
Molungu, laticínio, Sítio do Brejo do
Água Branca, laticínio, Sítio dos Pass
Grandes, no pi da Serra Araripe, la-
tício, Sítio do Curral-novo, deste
termo, Sítio da Cachoeira, Sítio da Pa-
zinda Grande, Sítio de Abação, Sítio
do Brejinho, d'atraz da Serra, Sítio de
Munburanas, Sítio do Rio-fundo, Sítio
do Brejinho da Taboa, Sítio do Joca-
ri, Sítio do Sanguinho, Sítio das
Curujas, Sítio dos Gozados, Sítio da
Capivara, Sítio do Gumpapo, Sítio
do Corralinho, Sítio de Pontal, Góme,
Sítio da Cachoeira, Sítio das Pias,
Sítio da Sítio de Alagadinhos, Sítio
e Sobrado Sítio da fazenda de Cima

Figura. 35. Inventário de Garcia d'Ávila, o 3º (Fonte: Arquivo Público do Estado de Pernambuco).

Conclusão

Atualmente, os pesquisadores e historiadores não chegaram a um consenso no que diz respeito à exploração e posse de terras no Ceará pelo morgado da baiana Casa da Torre (os d'Ávila), durante o período colonial.

As evidências apontadas até o presente, como a tradição oral (registrada pelos cronistas do século XIX) e alguns documentos, não haviam sido capazes de gerar uma convicção mais robusta entre os estudiosos, pois as críticas feitas pelos pesquisadores positivistas, no início do século XX, serviram para desqualificar, parcialmente, as fontes e os autores antecedentes.

Assim, analisando a situação, procuramos sistematizar as fontes já conhecidas pela historiografia e os novos elementos trazidos por novas informações oriundas, principalmente, do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU/Portugal).

A confrontação de todas essas fontes nos levou à interpretação de que a capitania do Ceará, no período colonial, foi explorada por pessoas a serviço dos donos da Casa da Torre, localizada na Bahia. Também ficou claro que, até o presente momento, os d'Ávila foram os primeiros sesmeiros a peticionarem datas de sesmarias ao sul do Ceará, em 22 de julho de 1658, englobando parte das terras às margens do Rio Jaguaribe (imediações do Icó) e o Cariri (toda a Chapada do Araripe).

Ao lado disso, conclui-se que, apesar da primazia dos d'Ávila nas petições sesmarias ao sul do Ceará, a posse e a exploração das áreas sul cearenses foram turbadas, em primeiro plano, pela resistência armada dos índios, até o final do século XVII; e, em segundo plano, pela invasão do referido espaço por outros vassalos "brancos", no início do século XVIII.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ABREU, J. Capistrano. *Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil*. Edição Fac-Similar da edição de 1930. Fortaleza: Xerox do Brasil, 1996.

ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de Viagem de Francisco Freire Alemão*. Fortaleza – Ceará: Fundação Waldemar Alcântara, 2011.

ANCHIETA, Pe. José de. *Artes de Gramática: da Língua mais usada na Costa do Brasil*. Edição Fac-Similar. São Paulo: Edições Loyola, 1990.

ARARIPE, Tristão de Alencar. *História da Província do Ceará: Desde os Tempos Primitivos até 1850*. 2ª Ed. Fortaleza – Ceará: Tipografia Minerva, 1958.

ARAÚJO, Padre Antonio Gomes de. *Povoamento do Cariri*. Crato – Ceará: Faculdade de Filosofia do Crato, 1973.

_____. *A Cidade de Frei Carlos*. Crato – Ceará: Faculdade de Filosofia do Crato, 1971.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O Feudo: A Casa da Torre de Garcia d'Ávila: da conquista dos sertões à independência do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

BARBOSA, Honório. *Diário do Nordeste*, *Diário Centro-Sul*. Disponível em: <http://blogs.diariodonordeste.com.br/centrosul/cidades/ico-comemora-nesta-sexta-feira-171-anos-de-emancipacao-politica/>. Acesso em 21 de jan. de 2014.

BEZERRA, Antonio. *Algumas Origens do Ceará*. Fortaleza – CE: Fundação Waldemar Alcântara, 2009.

BLUTEAU, Padre D. Raphael. *Vocabulario Portuguez e Latino*. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de JESU, 1712.

BRASIL, Thomaz Pompeo de Sousa. *Ensaio Estatístico da Província do Ceará*, Tomo I. Fortaleza - CE: Fundação Waldemar Alcântara, 1997.

BRÍGIDO, João, *Ceará: Homens e Fatos*. Fortaleza - CE: Editora Demócrito Rocha, 2001.

_____. *Apontamentos para A História do Cariri*. Fac-símile. Fortaleza - CE: Editora Expressão Gráfica, 2007.

_____. *O Araripe* (jornal). Edição nº 02. Ano III. Nº 133, 06 de março de 1858 (Biblioteca Nacional).

CALMON, Pedro. *História da Casa da Torre: Uma Dinastia de Pioneiros*. 3ª Ed. Salvador – Bahia: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1983.

_____. *Introdução e Notas ao Catálogo Genealógico das Principais Famílias, de Frei Jaboatão*, Volume I. Salvador - BA: Empresa Gráfica da Bahia, 1985.

CÂMARA, José Aurélio Saraiva. *Fatos e Documentos do Ceará Provincial*. Fortaleza: Imprensa Universitária da Universidade Federal do Ceará, 1970.

CLEROT, E. R. Leon. *Glossário Etimológico Tupi/Guarani*. Brasília - DF, Edições do Senado Federal, 2011.

COSTA, Pereira. *Anais Pernambucanos* (1666-1700), Volume IV. Ano 1671. Recife - Pernambuco: Arquivo Público Estadual, 1952.

CUNHA, Rogério Sanches. *Manual de Direito Penal, Parte Especial* (arts. 121 ao 361), Volume Único. 5ª Ed., ampliada e atualizada. Salvador - BA: Editora Juspodivm, 2013.

D'ABBENVILLE, Claude. *História da Missão dos Capuchinhos na Ilha do Maranhão e Terras circunvizinhas*. Brasília - DF: Edições do Senado Federal, 2008.

D'ÉVREUX, Yves. *Continuação da História das Coisas mais Memoráveis Acontecidas no Maranhão nos Anos de 1613 e 1614*. Brasília - DF: Edições do Senado Federal, 2007.

DICIONÁRIO BRASILEIRO DA LÍNGUA PORTUGUESA. 2ª Ed. São Paulo - SP: Mirador Internacional/Enciclopédia Britânica do Brasil Publicações Ltda., 1976.

FEIJÓ, João da Silva. *Memória sobre a Capitania do Ceará e outros Trabalhos*. Fac-simile. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997.

FIGUEIREDO FILHO, J. de. *História do Cariri*, Volume I. Fortaleza – Ceará: Edições UFC, 2010.

GIRÃO, Raimundo. *A Marcha do Povoamento do Vale do Jaguaribe* (1600 - 1700), Fortaleza - Ceará: [s.n.], 1986.

_____. *Pequena História do Ceará*. 3ª Ed. Fortaleza - CE: Impren-

sa Universitária, 1971.

_____. *Bandeirismo Baiano e Povoamento do Ceará*. Revista do Instituto do Ceará, Ano LXII, 1948.

JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. *Catálogo de Documentos Manuscritos Avulsos da Capitania do Ceará (1618 - 1832)*. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1999.

LAET, João de. *Roteiro de Um Brasil Desconhecido: Descrição das Costas do Brasil*. Kapa Editorial, 2007.

LEAL, Vinicius Barros. *A Colonização Portuguesa no Ceará: O Povoamento*. Fortaleza – Ceará: Gráfica Tipoprogresso, 2007.

LEONI, Aldo Luiz (transcrição, revisão e notas). *Copiador de Cartas Particulares do Senhor Dom Frei Manuel da Cruz, Bispo do Maranhão e Mariana (1739-1762)*. Brasília - DF: Edições do Senado Federal, 2008.

MAMIANI, P. Luiz Vincencio. *Arte de Grammatica da Nação Kiriri*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: TYP. Central de Brown & Evaristo, 1877.

MARTINS, F. A. Oliveira. *Um Herói Esquecido (João da Maia da Gama)*, Volume I. Lisboa: Coleção pelo Império, 1944.

MENDONÇA, Rosiane Limaverde Vilar. *Arqueologia Social Inclusiva: A Fundação Casa Grande e a Gestão do Patrimônio Cultural da Chapada do Araripe*. Portugal. Tese de Doutorado em Arqueologia, Universidade de Coimbra, 2014.

MORENO, Diogo de Campos. *Jornada do Maranhão: por ordem de Sua Majestade feita no ano de 1614*. Brasília: Edições do Senado Federal, 2001.

_____. (Suposto Autor). *Livro que Dá Razão do Estado do Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro/ Ministério da Educação e Cultura, 1968.

OLIVEIRA, Antonio José de. *Os Kariri-Resistências à Ocupação dos Sertões dos Cariris Novos no Século XVIII*. Fortaleza/CE. Tese de Doutorado em História, Universidade Federal do Ceará/UFC, 2017.

PINHEIRO, Irineu. *O Cariri: seu descobrimento, povoamento, costumes*. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2009.

_____. *Efemérides do Cariri*. Fortaleza - CE: Imprensa Universitária, 1963

PITA, Rocha. História da América Portuguesa. Brasília - DF: Edições do Senado Federal, 2011.

POMPEU SOBRINHO, Thomaz. *A Grandeza Índia do Ceará.* Fortaleza - Ceará: Edições UFC, 2010.

PUNTONI, Pedro. *A Guerra dos Bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil, 1650-1720.* São Paulo: Fapesp, 2002.

SALVADOR, Frei Vicente de. *História do Brasil.* Brasília - DF: Edições do Senado Federal, 2010.

SAMPAIO, Yony. *Documentos Históricos Municipais: Livro de Vínculo do Morgado da Casa da Torre.* Recife - PE: Centro de Estudos de História Municipal - CEHM, 2012.

STUDART, Barão de (Guilherme). *Geografia do Ceará.* Fortaleza - CE: Instituto do Ceará, 2010.

_____. *Notas para a História do Ceará.* Brasília - DF: Edições do Senado Federal, 2004.

THÉBERGE, Dr. Pedro. Esboço Histórico Sobre a Província do Ceará. 2ª Ed. Fortaleza -Ceará: Editora Henriqueta Galeno, 1973.

VIEIRA JÚNIOR, Antonio Otaviano. Entre Paredes e Bacamarres: história da família no sertão (1780-1850). Fortaleza: Demócrito Rocha, 2004.

DOCUMENTOS:

Actas da Câmara do Crato. Revista do Instituto do Ceará - RIC. Fortaleza/CE, 1911.

Arquivo Histórico Ultramarino, Conselho Ultramarino, Brasil - Ceará: 1738, maio, 29, Lisboa: CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei [D. João V], sobre o requerimento do padre Jorge Aires de Miranda Henriques, presbítero do hábito de São Pedro, em que pede para ser solto da prisão em que se encontra por ter sido acusado de participar das sublevações do Ceará. Anexo: requerimentos, provisão, consultas, pareceres, cartas e certidões. CTA: AHU-CEARÁ, cx.3, doc.17. CT: AHU_ACL_CU_017, Cx.3, D.193.

_____. **Conselho Ultramarino, Brasil - Paraíba: 1708, agosto, 20, Paraíba:** CARTA do capitão-mor da Paraíba, João da Maia da

Gama, ao rei [D. João V], sobre o estado das armas e munições da capitania, solicitando oficiais para a sua limpeza e conservação. AHU-Paraíba, cx. 4, doc. **AHU_ACL_CU_014, Cx. 4, D. 291.**

_____. **Conselho Ultramarino, Brasil - Baía: 1760, Janeiro, 18, Lisboa:** CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. José sobre o requerimento de Inácia de Araújo Pereira, viúva de Garcia d'Ávila Pereira, e seu filho, solicitando que não tenham efeito as sesmarias, que tem dado o governador da Paraíba, das terras já povoadas e possuídas pelos suplicantes. Anexo: 7 docs. AHU Baía, cx. 151, doc. 6. **AHU_ACL_CU_005, Cx. 143, D 11005.**

_____. **Conselho Ultramarino, Brasil - Pernambuco, 1659, novembro, 28, Lisboa:** CONSULTA do Conselho Ultramarino à rainha regente D. Luísa de Gusmão, sobre o requerimento do cabo das tropas dos índios de Pernambuco, Antônio Martins, acerca das dificuldades com os índios que habitam a Serra da Capobaba, no Ceará. Anexos: 5 docs. **AHU_ACL_CU_015, Cx. 7, D. 613.**

_____. **Conselho Ultramarino, Brasil - Piauí, 1761, Setembro, 16, vila de Moucha:** OFÍCIO do [governador do Piauí], João Pereira Caldas, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, sobre a necessidade de demarcar a capitania, principalmente nos locais que fazem fronteira com o Ceará e Pernambuco; e solicitando a sujeição dos índios que habitam na serra da Iviapaba à capitania do Piauí. Anexo: 1 doc. AHU-Piauí, cx. 7, doc. 11. **AHU_ACL_CU_018, Cx. 8, D. 472.**

Arquivo Público do Estado do Pernambuco: Inventário de Garcia de Ávila Pereira, 1753, trasladado em 04 de março de 1913, Boa Vista/PE.

Datas de Sesmarias, Volume 1º, nº 29, Fortaleza, Eugenio Gadelha & Filho, 1920.

_____. Volume 3º, nº 161, Fortaleza, Tipografia Gadelha, 1925.

_____. Volume 3º, nº 147, Fortaleza, Tipografia Gadelha, 1925.

_____. Volume 11º, nº 164, Fortaleza, Tipographia Gadelha, 1926.

Documentação Histórica Pernambucana: Sesmarias, Volume IV, Recife, Secretaria de Educação e Cultura: Biblioteca Pública, 1959.

Documentos Históricos (1656 - 1659), Volume XIX da série e

XVII dos Docs. Da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Tipografia Monroe, 1930.

_____. **(1656 - 1659)**, Volume XIX. Rio de Janeiro – Rio de Janeiro- RJ: Biblioteca Nacional, Tipografia Monroe, 1930.

_____. **(1664 - 1667)**, Volume XX, Rio de Janeiro – RJ: Biblioteca Nacional, 1933.

_____. **(1692 - 1712)**, Volume XXXIV, Rio de Janeiro – RJ: Biblioteca Nacional, 1936.

_____. **(1705 – 1711)**, Volume XLI, Rio de Janeiro – RJ: Biblioteca Nacional, 1938.

_____. **(1716 - 1727)**, Volume XCIX, Rio de Janeiro – RJ: Biblioteca Nacional, 1953

Memória Colonial do Ceará (1699 - 1720), Tomo 2, Kapa Editorial.

_____. **(1737 - 1739)**, Tomo 2, Kapa Editorial.

_____. **(1740 - 1744)**, Tomo 1, Kapa Editorial.

Três Documentos do Ceará Colonial, Fortaleza - Ceará, Instituto do Ceará, 1967.

Samuel Wagner, o Às de Juazeiro

Roberto Júnior
(estudante de História/URCA)



Samuel Wagner Marques de Almeida, nasceu em 07 de setembro de 1945, na ainda pacata Juazeiro do Norte, era filho de José Marques da Silva e Maria Almeida Marques, casal querido na cidade e conhecido como “Seu Zeca Marques” e “Dona Tudinha”.

Desde tenra idade, Samuel tinha duas paixões, aviação e rádio, junto dos irmãos brincava de radialista, lia as notícias dos periódicos da região e munido de discos de 78rpm embalava os ouvintes de sua estação, era um modo de distrair-se da rígida educação que seguia na escolinha de Dona Toinha Gonçalves, afamada professora particular que dava aulas de primeiras letras e reforço no Bairro do Socorro, mesmo bairro onde nosso futuro aviador resi-



*Figura 36. Samuel Wagner
(Tenente).*

dia com a família, e em conversas com os pais dizia sempre que iria ser piloto da Aeronáutica, afirmação que preocupava bastante a mãe, que receava o ingresso dos filhos em carreira militar.

Dona Tudinha ainda conseguiu dissuadir alguns filhos a desistir, diante dos riscos e obrigações da vida militar, mas Samuel tinha verdadeira fascinação pela Força Aérea, ao ponto de sentir-se muito bem no traje de gala do Colégio Salesiano, onde concluiu seus estudos ginasiais, e que lembrava muito aos trajes oficiais da Aeronáutica, era o prenúncio de uma carreira brilhante, que se iniciaria em 1963 com sua ida a Fortaleza, onde cursou um pré-vestibular específico para aspirantes às Forças Armadas, após o término do científico no Colégio Menezes Pimentel.

Foram meses de muita aplicação nos estudos, em 1964 a tão esperada aprovação ao curso de cadetes foi anunciada e o jovem seguiu para Barbacena, em Minas Gerais, onde está situada a Escola Preparatória de Cadetes do Ar, lá viveu os primeiros momentos da carreira militar e aprendeu os fundamentos da Aeronáutica, passando por bases aéreas do Brasil inteiro, seguindo em 1966 para Campos dos Afonsos, um dos principais locais de preparação da Força Aérea; também foi lá que em 1970 recebeu o espadim de aviador.

A ascensão de Samuel foi meteórica, servindo em muitas missões de transporte, patrulha e outras naturezas, rapidamente acumulou horas de voo e prestígio suficiente para galgar o posto de 2º Tenente em 06 de agosto de 1970, alguns meses após sua formatura, segundo nos informa o Diário de Notícias (RJ) do mesmo dia.

Estabelecida a rotina de oficial, e viajando por todo o país, foi em São Paulo que nosso aviador estabeleceu família, em 1971, união da qual nasceu sua única filha, Sandra; segundo os amigos e familiares, Samuel era muito ligado a família, e anualmente visitava a sua terra natal, onde dedicava maior parte do tempo em realizar visitas aos primos, irmãos, amigos e conhecidos, que relembram sua natureza amigosa e alegre.

O ingresso de Samuel nas Força Aérea coincidiu com a fase de construção da Rodovia Transamazônica e também o programa de construção de aeroportos na Amazônia, foi nesse cenário que ele

executou suas principais missões, em sua maioria voltadas para o transporte de tropas, material para construção, veículos e mantimentos, tal era a demanda de seus serviços naquela parte do país, o que culminou com sua transferência para a Base Aérea de Campo Grande, em Mato Grosso do Sul, que era comandada pelo Coronel José Hélio de Macedo, homem com fortes raízes no Cariri e muitas horas de cockpit, e que escolheu o jovem juazeirense para ser seu copiloto no comando do C-115 Búfalo, aeronave incorporada a Força Aérea Brasileira em 1968, voltada para ao transporte de cargas e tropas, e que tinha sua operação voltada para pistas curtas, sendo ideal para as operações na Amazônia e suas pistas, em muitos casos, sem asfalto ou qualquer outra infraestrutura.

Foi justamente em uma aeronave desse tipo, de matrícula 2366, que decolaram o comandante, pontualmente as 07:00 da manhã de 18 de Setembro de 1974, José Hélio de Macedo, o copiloto, Samuel Wagner de Almeida, o comandante da 9ª Região Militar, Alberto Carlos de Mendonça Filho, que havia assumido o posto há apenas nove dias e estava inspecionando os locais por onde passaria o comandante do II Exército, General Ednard D'Avila Melo, ainda no avião estavam o antigo chefe do Serviço Nacional de Informações(SNI), principal braço de



inteligência da Ditadura Militar (1964-1985), Ângelo Irulegui, que a época estava comandando a 4ª Divisão de Cavalaria, e mais outros 16 oficiais das forças armadas.

Era uma manhã sombria e com muita cerração, mas mesmo assim o avião seguiu viagem, decolando de Ponta Porã, com destino a Campo Grande, porém, devido ao mau tempo, durante o voo foi decidido abortar a viagem e retornar ao ponto inicial; em uma primeira tentativa de pouso, o comandante Hélio preferiu arremeter

e manter a segurança da operação, feito o circuito novamente, a segunda aproximação também não foi bem sucedida, sendo que desta vez o copiloto, Samuel Wagner, informou ao operador de rádio que devido a neblina iriam tentar nova aproximação, seria a última vez que a voz do avião juazeirense era captada pelo rádio, às 07h26 da manhã.

Os serviços de investigação da época apontaram que teria havido desorientação espacial, tudo muito envolto em mistério até hoje, o fato é que após a cabeceira da pista o avião colidiu com várias árvores, postes e uma caixa d'água, os motores General Eletric "urram" em sua potência máxima, despejando seus 3.000SHP, em uma tentativa desesperada da tripulação de recuperar altitude e evitar danos maiores, foi em vão, a primeira explosão ocorreu ainda no ar, e segundos depois o choque fatal contra o solo, que quase atingiu uma igreja usada como escola e que estava abarrotada de crianças.



O Brasil inteiro parou para acompanhar as notícias que chegavam a todo momento sobre tamanha tragédia, para complementar o quadro dramático, no Rio Grande do Norte um Xavante explodiu

em pleno voo matando os dois ocupantes, encerrava-se assim a carreira de muitos, inclusive a bastante curta de Samuel Wagner Marques de Almeida, que havia completado 29 anos há apenas 11 dias, deixava uma filha ainda nos primeiros anos de vida, esposa enlutada, família e amigos, e uma promoção para capitão encaminhada desde 1972, quando se tornou 1º Tenente, e que viria post mortem.

Juazeiro do Norte ficou atônita com o acontecido, o jovem aviador, que devido seu pioneirismo tinha se tornado influência para muitos, o que fazia de suas visitas a cidade um acontecimento, tamanha era a procura por ele e seus conselhos sobre a carreira de cadete, não iria mais realizar o sonho de se aposentar e fundar uma rádio em sua terra natal, não mais visitaria os sobrinhos trazendo presentes da Zona Franca de Manaus; uma morte sentida por muitos ainda hoje, e envolta em mistérios, quer seja pelo laudo de acidente bastante vago e concluído em tempo recorde, quer seja pelos ocupantes da aeronave na qual ele compartilhava o comando, em sua maioria “gente graúda” das forças armadas; eram os anos de chumbo, e até seu sepultamento em São Paulo, no Cemitério da Quarta Parada, foi cercado por vigilância militar e acesso restrito, fato que se repetiu no enterro dos outros companheiros de tripulação e ocupantes do avião acidentado.

Raimundo Tadeu, hoje empresário em Juazeiro do Norte, foi companheiro do nosso aviador na academia da Força Aérea em 1968, por curtos dois meses, enquanto executava exames de saúde para sua admissão na Aeronáutica, e recorda o perfil prestativo e o excelente profissional que foi o Capitão Samuel Wagner, reforçando: “Roberto, faça um belo artigo sobre Samuel, ele merece”.

43 anos após o falecimento de Samuel Wagner, é notório o legado do aviador juazeirense, gerações inteiras tomaram seu pioneirismo como exemplo, inclusive eu, que a partir da figura dele e do Brigadeiro José Sampaio tomei interesse por estudar a história da aviação no Cariri, e admito que fiquei muito feliz em vasculhar arquivos e memórias ao montar esse texto, mas principalmente em saber que as homenagens ao capitão não se restringirão a uma praça na sua cidade natal e um monumento no Mato Grosso, mas que um outro

monumento, dessa vez em Juazeiro do Norte, já está em fase avançada de projeto, que contará com a carcaça de um jato da FAB suspenso em uma base, junto de uma placa em memória do primeiro oficial aviador desta cidade, assim me informou o irmão do mesmo, o muito solícito e querido, Daniel Walker; é o tipo de coisa que me anima o espírito.



Agradecimentos a Renato Casimiro, Raimundo Tadeu, e principalmente ao casal Daniel Walker e Tereza Neuma, que me receberam em sua casa e dedicaram boa parte de seu tempo a me contar a história de Samuel.

Sobre a Missão Muxió dos Índios Canindés

Padre Neri Feitosa
(escritor)



O Instituto Memória de Canindé muito teve que corrigir no que está escrito sobre as origens de Canindé, paróquia e município. Para exemplo, lembre-se que Tomás Pompeu Sobrinho escreveu que o município de Canindé foi retirado do território de Fortaleza e de Quixeramobim, quando certamente foi retirado exclusivamente de Fortaleza. Frei Cirilo de Bérgamo, em 1926, escreveu o Álbum Comemorativo do VII Centenário da Morte de São Francisco, onde refere que “Canindé era um simples arraial onde fora estabelecida uma missão de índios”.

A Missão Muxió dos índios Canindés ficou em terras hoje pertencentes ao município de Choró, limitando-se com as fazendas Monte Castelo e Rio Branco. Os índios Canindés não foram aldeados compulsoriamente; eles se aldearam: pediram sesmaria e missionário em 1731, com outorga a 17 de agosto de 1734. O missionário deles veio de Olinda e dado como sobrinho do Padre Marcos Ferreira de Vasconcelos, o que indica ser o Padre Marcos mais conhecido para ser referência.

O missionário dos índios Canindés chamava-se Pero (em Portugal, no Brasil Pedro) da Costa Catas. Frei Venâncio Willeck afirma que ele saiu do Muxió antes de 1745. Este Padre Pedro Costa esteve em Ipueiras em 1745, batizando uma criança a 4 de julho (Cf. Araújo e Feitosas, de Fernando Araújo Farias, Ed. Premium, Fortaleza, 2004, p. 153).

O índio chefe requerente da sesmaria nº 108, de 1731, declara: “onde moraram os holandeses”. Essa morada dos holandeses deu-se na segunda incursão deles pelo interior do Ceará (1649-1654), quando o Barão de Studart afirma que eles faziam “investigação mineralógica”, como fizeram nas imediações de Maranguape (Geografia do Ceará, 111).

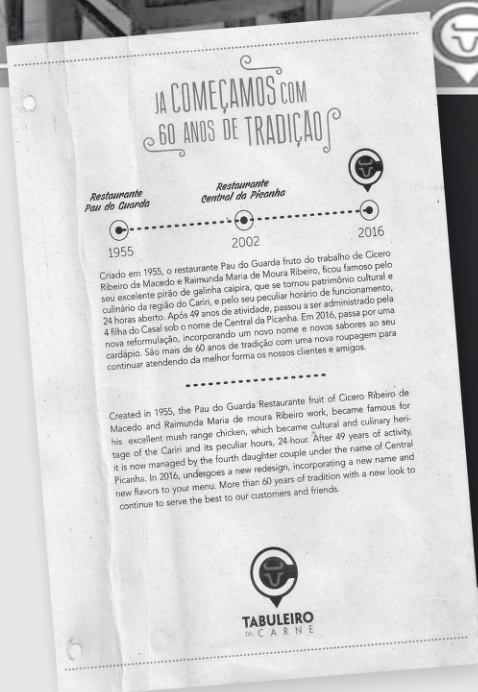
A Missão Muxió durou pouco tempo, mais ou menos uns 13 anos, se a contagem se faz a partir da petição da sesmaria (1731) ou da outorga (1734). Escrevi em “A Missão Muxió dos índios Canindés” (edição do Instituto Memória de Canindé, 2012, p. 10), que essa Missão não deixou vestígios culturais ou arquitetônicos. Mas a permanência dos holandeses deixou.

Quando estive lá, com um integrante do Corpo de Bombeiros, passamos pela água corrente do olho d’água Oxóio; primeiro demos com uma casa de pedras (na região são duas) e tivemos que voltar e retomar o asfalto para outra estrada. Aí, na casa de pedras, disseram que estavam levando energia para o alto, onde fora a sede da Missão, e que os postes haviam sido erguidos de helicóptero; de fato, da base da montanha, escangotando a cabeça, vimos lá em cima os postes erguidos.

Por incrível que pareça, lá em cima do pico há um lugar chamado Cafundó, onde está a fonte do olho d’água e lá se encontram, conforme informação de um jovem estudante que lá esteve em pesquisa, duas casas grandes de arquitetura diferente das casas comuns, e uma pequena. O informante disse que nada há de escrito sobre o assunto e sim uma tradição oral: ali moraram uns homens que construíram aquelas casas e que tiveram de ir embora. Então, disseram aos moradores: “Isto aqui é de vocês, casas e benfeitorias”.

Portanto, Canindé não nasceu de uma sede de missão indígena,

como Crato, da Missão do Miranda, Iguatu, da Missão da Telha, Arneiroz, como Missão dos Jucás, Baturité, como Vila de Índios Montemor-o Novo-d'América. Quando se começou a pensar em uma capela no lugar Canindé (1775), a Missão Muxió havia sido levada para Baturité há trinta anos.



TABULEIRO
DA CARNE

**R. Ana Triste, 80
São Miguel, Crato - CE**

Rio Vez

Edésio Batista
(escritor)



Tu desces lá da montanha
E deslizas sem parar,
Marulhando, marulhando,
Caminhando para o mar.

Em Portugal, hospedei-me,
Em Arcos de Valdevez,
Andei pelas suas praças,
Banhei-me no rio Vez.

Foram dias de alegria,
Temperado estava o clima,
Vi de perto o rio Vez,
Desembocando no Lima.

Oh Lima tão decantado,
Pelo vate João de Lemos,
Vi tuas águas cortadas
Por regatas com seus remos!

Descansei à tua margem,
Sob u'a árvore florida,
Contemplando-te encantado,
Cheio de vigor e vida.

Mais de dois séc'los se foram,
Desde que em verso solene,
João de Lemos te exaltou
E ainda hoje és perene.

Passando assim gracioso,
Cristalino e tão gentil,
Quanta diferença exhibes,
Dos rios do meu Brasil.

Por culpa do ser humano
Muito rio aqui morreu,
Outros estão arquejando
Com águas da cor de breu.

Meditando este absurdo,
Perco o sossego e a calma
Pois mais feridos que os rios,
Mais ferida está minh'alma.

Considerações sobre a Casa de Caridade do Crato/CE e o Direito das Mulheres à Educação

Clarissa Miranda Norões
(advogada)



Há quase 150 anos fora instalada a Casa de Caridade no Crato/CE pelo padre Ibiapina, instituição que trazia entre os seus preceitos basilares a educação de jovens órfãs. Algo avançado para época e para o lugar, pois, às mulheres, em regra, não era dado o privilégio de ler e escrever. Provavelmente, o funcionamento dessa casa deve ter resultado numa profunda transformação social na região do Cariri cearense, sul do estado do Ceará.

Mas como esse ensino era trespassado? Qual foi o seu alcance e objetivos?

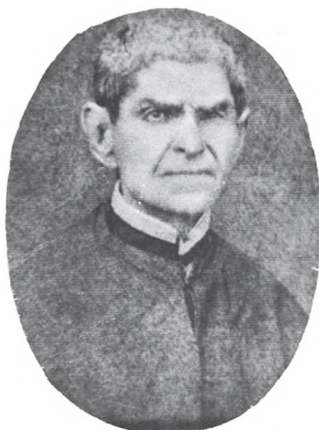


Figura 37. Padre Ibiapina.

Qual contribuição trouxe para o espaço em que estava inserido?
Quais influências legou ao tempo presente?

Em Crato, a estrutura da Casa de Caridade foi edificada no ano de 1868, antecipando em sete anos a “abertura” do Seminário São José (Álbum do Seminário do Crato, 1925:34), o qual, ao seu tempo, era considerado como a maior instituição de educação do município, além disso, o dito seminário marcou a terceira fase intelectual da referida urbe, pois, nesta localidade, foi a primeira a ter natureza de ensino “secundário” (FIGUEIREDO FILHO, 1968:5).

Sabe-se que o seu idealizador, Antônio José Pereira Ibiapina, depois de ter sido chefe de polícia, deputado provincial, juiz de direito e a advogado abraçou o presbiterato, em 1853, quando passou a se chamar padre Antônio José de Maria Ibiapina (CARVALHO, 2008:34). Daí, seguiu para o interior do Nordeste brasileiro protagonizando transformações sociais que, quase sempre, favoreciam os pobres e, principalmente, as crianças órfãs.

Dessa feita, com capital privado, oriundo de doações, além de promover a construção de açudes, hospitais e cemitérios, também construiu e instalou as Casas de Caridade em várias localidades do interior nordestino, entre elas a Casa de Caridade do Crato, inaugurada em 1869.

Dentre as principais finalidades das referidas casas, destacava-se a de abrigar e educar as meninas órfãs. Essa empreitada tinha, entre seus vários objetivos, combater o abandono, os maus tratos e a prostituição infantil, algo comum, principalmente em anos de miséria.

O contexto enfrentado pelo padre Ibiapina era o de uma época em que a exploração humana respaldava-se na oficialidade e, não raramente, alguns indivíduos abusavam desse direito.

Pelas leis e costumes daquele período, o trabalho escravo restringia-se aos africanos e seus descendentes, contudo, houve quem expandisse essa condição, inclusive sexualmente, cativando pessoas que haviam nascido libertas, incluindo crianças e adolescentes, mesmo depois da abolição, conforme relata Eduardo Campos (1984:44):

Sucederia assim até mesmo depois de declarados livres os escravos no Ceará (25 de março de 1884). Nesse ano, recalci-

trantes continuavam alguns proprietários agrícolas infligindo maltratos físicos a pessoas mantidas a seu serviço, obrigando-as a executarem trabalhos acima de sua capacidade normal. Pela Constituição de 17 de dezembro de 1855 chamava-se a atenção do presidente da Província “para socorrer umas pobres donzelas, orphãs desvalidas, uma d’ellas com educação primaria e de familia, mocinhas que tiveram o infortunio de com a secca ficarem sem paes e serem apanhadas pelo portuguez José Antônio de Medeiros, o qual traz ditas orphãs com a maior pressão possível. Servindo de creadas de tratar burros, carqueijar sosinhas de um para o outro sitio, e tudo quanto é serviço grosseiro, expostas à prostituição...

No Cariri cearense, Missão Velha foi o primeiro lugar escolhido pelo padre Ibiapina para a instalação de uma Casa de Caridade, inaugurada em 1865. Depois, em 1868, ergueu a Casa de Caridade do Crato, que foi inaugurada em 1869, sendo que neste mesmo ano foram fundadas outras duas na mesma região, uma em Barbalha e, outra, em Milagres.

Todas ficaram sob os auspícios de gente da terra e regidas por um Estatuto que preconizava em seu artigo 1º: “tem dois fins as Casas de Caridade desta Instituição, e vêm a ser a educação moral e o trabalho”. O artigo 2º do mesmo Estatuto tratava da faixa etária das crianças que seriam acolhidas: “Recebem-se nestas Casas as órfãs de 5 a 9 anos, sendo pobres e desvalidas”. Já o artigo 3º versava sobre as atividades ensinadas: “A primeira educação das órfãs é ler, escrever, contar, aprender a doutrina cristã e cozer. Finda esta educação, entrarão nos trabalhos manuais como tecer panos, fiar nos engenhos, fazer sapatos e qualquer gênero de indústria que a casa tenha adotado”.

É razoável imaginar que ensinar estas mulheres pobres a ler e escrever constituía uma medida avançada para a época, pois muitas estavam condenadas a viver no analfabetismo.

Por outro lado, a educação destas órfãs continha resquícios patriarcais, pois, pelo referido estatuto, a Casa de Caridade, apesar de educar e profissionalizar as meninas acolhidas, impunha o casa-

mento às jovens como forma de inserção social, isto de acordo com o artigo 4º do dito Estatuto: “Logo que as órfãs tenham completado a primeira e a segunda educação, estando em idade conveniente, serão casadas à custa da Caridade” (PINHEIRO, 2009:150).



Figura 38. Casa de Caridade de Barbalha/CE (Fonte: IPHAN).

Nessas Casas, a “roda dos enjeitados”, também conhecida por “roda dos expostos”, foi peça indispensável, porque as crianças indesejadas pelos pais poderiam ser colocadas aos cuidados das irmãs de caridade, evitando-se os altos índices de infanticídio, aborto e abandono dos recém-nascidos, sendo que, neste último caso, por vezes, estes eram mortos e devorados por cachorros e outros animais:

Aos quatorze dias do mez de Fever. de mil sete centos e vinte e seis annos neste consistorio, e Caza do despacho da Santa Mizericordia desta Cidade da Bahia, estando em Meza o Irmam Provedor della o Capitam Antonio Gonçalves da Rocha commigo Escrivam ao diante nemeado, e maiz Conselheyros della ; e Definidores convocados pelo d.º Irmam Provedor; e logo ahi pelo d.º Ir.º Provedor foi proposto, q´ por quanto tinha havido nesta Cidade sucessos Lastimozos na expozição dos Mininos Enjeitados, q´ as ingratas, e desamorozas Maýes [dimittiam de sy], condenando-oz a Varios Lugares immundos com a Sombra da noyte onde tal vez quando amanhecia o dia se achavam mortos alguns, e outros devorados por cachorros e outros animais... (**Arquivo Histórico Ultramarino – BA**).

Segundo Hoornaert (*Apud* Farias Filho, 2007:119), o trabalho social do padre Ibiapina tentava combater a desvalorização da herança indígena, pois baseava-se em antigas estruturas de coesão social, como, por exemplo, o mutirão, o artesanato, o compadrio e o costume de dar e tomar conselhos.

A História da Educação no Crato possui uma dívida no que diz respeito às mulheres pobres, esquecidas pelas narrativas oficiais, semelhantemente ao que ocorre em relação à História das Mulheres e História dos Marginais, que são classificações relacionadas aos “sujeitos” que também fazem a História (BARROS, 2005:18):

Falci (2007) ao abordar as mulheres do sertão nordestino relata as dificuldades para encontrar registros das vidas de mulheres que não tem seus bens registrados em inventários, caso (...). Resta uma terceira categoria de mulheres, aquelas institucionalmente livres e pobres, aquelas que pouco aparecem nos documentos oficiais, e que precisam ser reconhecidas a partir da construção de uma história pautada na memória, na oralidade, devidamente problematizadas em seus contextos de vida. Para a autora, no Nordeste foi gestada uma sociedade fundamentada no patriarcalismo, estratificada não apenas entre pobres e ricos, livres e escravos, mas entre homens e mulheres (QUEIROZ, 2015).

Desta forma, é primordial conhecer o impacto sofrido pela sociedade cratense através dessa acessibilidade ao ensino oferecida pela Casa de Caridade às mulheres, principalmente às jovens pobres, fato que, aparentemente, marca o momento de uma relativa libertação educacional.

Acreditamos na hipótese de que o acesso à educação oferecido pela Casa de Caridade do Crato às pessoas do sexo feminino resultou numa profunda transformação social da localidade, pois, até então, a regra era que as mulheres sertanejas, independentemente da classe socioeconômica, fossem, por imposição dos patriarcas, analfabetas.

Aparentemente, o padre Ibiapina pretendeu institucionalizar um mecanismo inovador para época, bem no seio do interior nordes-



Figura 39. Casa de Caridade do Crato/CE.

tino, rompendo com uma antiga tradição de submissão intelectual das mulheres aos homens.

Em viagens ao Nordeste do Brasil, no início do século XIX, o inglês Henry Koster constatou o estado de analfabetismo entre as mulheres das elites (2003:477). Entre o final do século XVIII e o início do século seguinte, no Norte do Ceará, mais especificamente na Serra dos Cocós, um rico chamado Manuel Ferreira Ferro recomendava ao seu tio, o coronel Manuel Martins Chaves, em testamento, que este, enquanto tutor dos seus filhos menores, ensinasse os homens a ler, escrever e contar, e, quanto às “fêmeas”, pedia que apenas lhes ensinasse a cozer, fazer rendas “e tudo mais que é necessário a uma mulher” (FREITAS, 1972: 138).

A filha única do dito coronel Manuel Martins Chaves, Ana Gonçalves Vieira Mimosa, casada com um dos homens mais ricos do Ceará, o major José do Vale Pedrosa (FEITOSA, 1985:57), aparece no ano de 1856 como possuidora de terras no Sítio Fábrica, em Crato, sendo curioso o fato de esta senhora ser analfabeta, apesar de se tratar de uma mulher abastada:

256 Declaro eu Anna Gonsalves Vieira Mimosa abaixo as-

signada, que possuo hum Sitio de terras nesta Freguesia do Crato, denominado Fabrica; cujas extremas são as seguintes: ao Nascente extrema com o capitão João Pereira, pelas agoas; ao Poente com o Padre Joaquim Ferreira Lima verde: ao Sul com a Serra Araripe: ao Norte na barra do Riacho, que tem no mesmo Sitio; e he por hum, e outro lado do mesmo Riacho; cujas forão compradas por meo finado marido José do Valle Pedrosa a Francisco Pereira Maia, não menciono a extensão por não terem sido medidas; e por não saber ler, mandei o meo filho Pedro Alves Feitosa e Valle este por mim fisesse, e assignasse. Cococi vinte e nove de Fevereiro de mil e oito centos e cincoenta e seis Assigno arrego de minha mai Anna Gonsalves Vieira Mimosa Pedro Alves Feitosa e Valle (**Registro De Terras da Freguesia do Crato, fl 54v**).

Ressalte-se que esse analfabetismo das mulheres não se restringia ao Ceará, mas abrangia boa parte do Brasil, não ficando de fora as imediações da Corte do Rio de Janeiro, pois, conforme anotação do inglês George Gardner, quando de sua visita à Serra dos Órgãos, no final da década de 1830, se deparou com duas belas moças que não sabiam ler e escrever, “nem o pai consentia que o aprendessem, por temor de que se entregassem à leitura de romances e a escrever cartas amorosas” (GARDNER, 1975:42).

A principal célula social da época, isto é, a família patricêntrica e poligínica (RIBEIRO, 2010:369), limitava, propositalmente, o grau de conhecimento das mulheres, o que facilitava o domínio e sobreposição do sexo masculino, com raras exceções, a exemplo das matronas que assumiram a administração da família como se fossem verdadeiros patriarcas, entre elas Bárbara Pereira de Alencar, Fidealina Augusto e Marica Macêdo.

O próprio secretário do Padre Ibiapina no Cariri, o professor Bernardino Gomes de Araújo, diz que as mulheres caririenses eram, por via de regra, “idiotas”, sendo raro encontrar “entre nós uma mulher que saiba falar a língua vernácula, que saiba ordenar gramaticalmente uma oração” (*Apud* PINHEIRO, *op. cit.*, p. 151).

Reza Saviani que a constituição dos “sistemas nacionais de ensino” data de meados do século XIX, sendo que sua organização ba-

seou-se no princípio de que a educação é direito de todos e dever do Estado. Acrescenta o autor que este direito decorria dos anseios da nova elite que se consolidava no poder, a burguesia. Ademais, esta teoria não-crítica da “pedagogia tradicional” tinha como arcabouço as ideias que haviam entrado em voga na Europa, como o liberalismo, apregoando que a liberdade só seria possível se fosse vencida a “barreira da ignorância”, o que se daria através do ensino. Desta maneira, a escola fora escolhida como instrumento para converter os súditos em cidadãos (SAVIANI, 2008:5).

Sobre isto, cabe salientar que o padre Ibiapina teve uma relação estreita com indivíduos adeptos da corrente filosófica iluminista, os quais também eram, além de republicanos e independentistas, liberais. Cite-se como exemplo o genitor do dito Padre Ibiapina, Miguel Francisco Ibiapina, o qual foi condenado e executado por ter se envolvido na Confederação do Equador, em 1824, ao lado dos republicanos.

O irmão do Padre Ibiapina também participou do referido movimento republicano, e, por esta razão, foi preso na ilha de Fernando de Noronha, onde veio a falecer. Acrescente-se que o Padre Ibiapina fez seus estudos no Seminário de Olinda/PE, reduto dos intelectuais liberais (CARVALHO, *op. cit.*, p. 27). Portanto, é provável que a implantação da Casa de Caridade do Crato seguisse os mesmos preceitos citados por Saviani, de uma pedagogia tradicional.

Assim, tudo leva a crer que a Casa de Caridade do Crato tenha sido peça importante para promover uma relativa libertação social das mulheres, a partir do acesso à leitura, mesmo que no seio do sertão nordestino, área tradicionalmente patriarcal.

REFERÊNCIAS

Álbum do Seminário do Crato (1875 – 1925), Rio de Janeiro: Typ. Revista dos Tribunaes, 1925.

BARROS, José D'Assunção. *O Campo da História: especialidades e abordagens*. 3ª Ed. Petrópolis – RJ: Editora Vozes, 2005.

CARVALHO, Ernando Luiz Teixeira. *A Missão Ibiapina*. Passo Fundo: Editora Berthier, 2008.

CAMPOS, Eduardo. *Revelações da Condição de Vida dos Cativos do Ceará*. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 1984.

FARIAS FILHO, Waldemar Arraes de. *Crato: Evolução Urbana e Arquitetura (1740 – 1960)*. Fortaleza: A Província, 2007.

FEITOSA, Leonardo. *Tratado Genealógico da Família Feitosa*. Fortaleza - CE: Imprensa Oficial, 1985.

FIGUEIREDO FILHO, J. de. *História do Cariri*, Volume IV. Crato – Ceará: Faculdade de Filosofia do Crato, 1968.

FREITAS, Antonio Gomes de. *Inhamuns (Terras e Homens)*. Fortaleza: Editora Henriqueta Galeno, 1972.

GARDNER, George. *Viagem ao Interior do Brasil: principalmente nas províncias do Norte e nos distritos do ouro e do diamante durante os anos de 1836-1841*. São Paulo: Editora da Universidade do São Paulo, 1975.

KOSTER, Henry, *Viagens ao Nordeste do Brasil*, Volume 2. 12ª Ed. Rio - São Paulo - Fortaleza: ABC Editora, 2003.

PINHEIRO, Irineu. *O Cariri: Seu Descobrimento, Povoamento, Costumes*. Fortaleza: FWA, 2009.

QUEIROZ, Zuleide Fernandes de. **BARRETO**, Polliana de Luna Nunes e **MEDES**, Francilda Alcântara. *Contribuições da História de Mulheres para a Educação no Cariri Cearense*, Crato – CE: 2015, disponível em: <<http://fedathi.multimeios.ufc.br/chec/2015/anais/Eixo7/CONTRIBUI%C7%D5ES%20DA%20HIST%D3RIA%20DE%20MULHERES%20PARA%20A%20EDUCA%C7%C3O%20NO%20CARIRI%20CEARENSE.pdf>>. Acesso em 25 de mar. De 2017, às 20hs14min.

RIBEIRO, Darcy. *O Povo Brasileiro: A formação e o sentido do*

Brasil. 3ª Ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SAVIANI, Dermeval. *Escola e Democracia*. Campinas – SP: Autores Associados, 2008.

DOCUMENTOS:

Arquivo Histórico Ultramarino, Conselho Ultramarino, Brasil - Bahia, 1726, Março, 05, Bahia: CARTA (cópia) do [vice-rei e capitão-general do estado do Brasil], conde de Sabugosa, Vasco Fernandes César de Meneses ao rei [D. João V] sobre a necessidade de criar uma roda preta da Santa Casa da Misericórdia da Bahia a fim de atender as várias crianças que ficam expostas a voracidade dos animais. Anexo: 3 docs. AHU-Baía, cx. 22, doc. 69. AHU_ACL_CU_005, Cx. 26 D. 2325).

Registro De Terras Da Freguesia Do Crato - 1855 a 1859 -, paleografado por Liduina Queiroz de Vasconcelos – Paleógrafa. Arquivo Público do Estado do Ceará - APEC -, Fortaleza: 03 de fevereiro de 2010.

O Benemérito da Educação no Cariri



Fátima Alencar
(bancária)

Acredito muito na frase, VOCÊ É AQUILO QUE VOCÊ PLANTA. Como vivemos determina o legado que deixaremos para posteridade e àqueles com quem convivemos e ou trabalhamos. Ao Eminente Professor fica seu rico trabalho literário em suas obras, que as tem publicado em mais de 100 livros, revistas e opúsculos.

A sua religiosidade, berço de sua formação cristã e moral elevada de um HUMANISTA nato, garantiu ao Dr. José Newton Alves de Sousa um legado de conhecimentos filosóficos, sociológico e poético, fruto de sua dedicação aos estudos de todos esses ramos, expressos nas dezenas de livros que publicou. Suas obras literárias são vastas e ricas dessa veia poética, que encanta a todos nós, seus leitores e admiradores.

Sua FÉ Cristã e a pratica dessa base religiosa mostra-nos uma amorosidade ímpar, de caráter EDUCACIONAL, levando aos estudantes desta época um mundo de ensinamentos em prol do desenvolvimento intelectual. Essa vastidão e desenvoltura em comunicar-se na arte da escrita foi o alimento com o qual declarou seu AMOR

a sua amada esposa RUTH.

Dr. JOSÉ NEWTON ALVES DE SOUSA, cratense, nascido em 05 de junho de 1922, é filho do Sr. Jorge Lucas de Sousa e Sra. Izabel Alves de Sousa.

*“Temos de dar testemunho
Na Cidade e no Deserto
Temos de abrir caminhos
Por onde quer que passemos
Mas o caminho melhor
Começa dentro de Nós”*

(Poema do Dr. José Newton)

• Sua Trajetória

Foi desde muito jovem, na cidade de Crato, onde participou de diversos Grêmios Literários. Havia nas Escolas e Ginásios, naquela época, uma tradição GREMISTA, que serviu de base despertando-lhe o interesse pelas letras e Associações Literárias.

Aos 19 anos, em 1941, aluno do 5º. ano ginásial, e ao término deste, recebeu o título de bacharel em Ciências e Letras, e Ciências Sociais, regra daquele tempo. Destacou-se também, nesse período, em Fortaleza, no PRIMEIRO CONGRESSO CEARENSE DE ESTUDANTES CENTRISTAS, no qual apresentou um trabalho sobre o papel dos JESUÍTAS, na formação da Nacionalidade Brasileira. Continuando os estudos, foi estudar em Salvador, cursando durante um ano a faculdade de medicina. Porém, vendo que não tinha vocação e com a aprovação dos Pais, resolveu fazer o curso de Ciências Sociais, tendo sido o referido curso no seu primeiro ano criado na Universidade da Bahia.

Como professor, no Crato, ministrou aulas de Literatura Portuguesa e Literatura Brasileira. Foi, também, no campo de trabalho, ardoroso em sua FÉ Cristã e exercício desta, congregando o Magistério onde fundou o “Centro Mariano de Cultura. Durante os anos de 1960 a 1971, período em que foi Diretor e Vice-Reitor da Faculdade de Filosofia do Crato. Fundou também o Centro de Estudos

Portugueses, o Centro de Cultura Hispânica e o Centro de Estudos Norte-Americanos.

No ano de 1953, a 14 de julho, casaram-se José Newton e Maria Ruth. Uma história de AMOR, cumplicidade e intenso trabalho na vida abençoada deste casal. E coroando essa união, tiveram nove filhos, a quem estenderam toda a religiosidade, baseada em suas próprias vivências e experiências, com a comunhão dos preceitos Católicos Apostólicos Romanos.

• Sua Religiosidade

Dedicado e devotadíssimo à Virgem Santíssima, ainda jovem, fez parte da Congregação Mariana de Nossa Senhora da Assunção e Beato Gotardo Ferrini. Foi Presidente da Federação Arquidiocesana das Congregações Marianas Masculinas, em Salvador, quando ainda estudante, em 1942. A finalidade da Congregação tinha por objetivo agregar e orientar os intelectuais católicos da Bahia que desejassem colocar-se sob a Égide da Virgem Maria. Depois de passados alguns anos, José Newton e a esposa Maria Ruth continuaram na congregação, fortalecidos em sua FÉ, chegando ele à Presidência da Federação Arquidiocesana das Congregações Marianas Masculinas. Seu empenho e competência, zeloso e amoroso, o encaminharam a propor a fundação da Academia de Letras e Artes Mater Salvatoris. Foi uma feliz ideia a criação da referida Academia, pelo seu devotamento e reverência à Santíssima Virgem Maria, Mãe de Jesus, que ainda hoje existe, com atuação na vida cultural e religiosa da Cidade de Salvador BA. O título da Academia foi dado pelo Revmo. Pe. José Miguel Ruiz Sanches S.J., o qual comungava com Dr. José Newton dos mesmos objetivos.

Toda sua vida foi devotada, na sua religião, aos ensinamentos de Jesus e da Virgem Maria, pois estava sempre bem assessorado com outros congregados. Padres e Irmãs Religiosas.

Numa análise mais profunda sobre sua religiosidade, está descrita especificamente no livro *“Dimensões Espirituais da Espanha e outros temas”*, no qual discorre pela História geograficamente elucidada, relatando os ensinamentos de grandes Místicos, como Sta. Teresa de

Ávila, São João da Cruz e Santo Inácio de Loyola. Teologicamente falando, uma Substância Espiritual Opulenta, a vida desses Místicos Cristãos está descrita nas diversas Dimensões, analisadas e conclusivas, pela grandeza da criação do Universo pelo Deus Onipotente.

Ressalta-nos a importância dos conhecimentos sobre nossas origens e heranças adquiridas pela adoção de alguns hábitos e costumes incorporados em nossa cultura, vindos principalmente de Portugal e também da Espanha. O Padre Romeu (Faculdade de Pernambuco) registrou e documentou aspectos similares com os espanhóis nos cânticos religiosos, em dobrados da banda de música municipal aqui no Cariri. O nosso Padroeiro São Vicente Ferrer, da ordem dos pregadores espanhóis, nasceu em Valência, em 1340. Também o Primeiro Bispo do Crato, D. Quintino Rodrigues de Oliveira e Silva, fundou a congregação diocesana denominada Filhas de Sta. Teresa, atualmente existente nos Estados de Ceará, Paraíba e outros Estados do Brasil. No Crato, na capela do Colégio Sta Teresa de Jesus, há, nos altares, duas imagens de Sta. Teresa de Ávila e São João da Cruz. Altares estes feitos pelo tio do Dr. José Newton, Sr. José Lucas de Sousa.

“A Civilização Hispânica é uma civilização espiritualista e espiritualizadora. Quem lhe examina o riquíssimo patrimônio, bem o pode testemunhar. Corramos-lhe a poesia, a literatura, a historiografia, o pensamento filosófico, as instituições religiosas, científicas, jurídicas, políticas, militares, etc.- em tudo vai o selo, a marca, a dominância do espírito. A Civilização Hispânica é ocidental por formação, e Cristã por destino. Peninsularizada pelo espaço inicial, universalizou-se pela expansão conquistadora. Além do polo telúrico e do talássico, foi empolgada pelo polo da Fé.” (Dimensões Espirituais da Espanha e outros temas).

Ficarei em falta por resumir assim um pouco do que pude apreciar e ler em tão vasta e rica produção, nas OBRAS LITERÁRIAS do Dr. José Newton Alves de Sousa, nosso BENEMÉRITO DA EDUCAÇÃO CARIRIENSE e de outros lugares, onde brilhou sua verve.

• A Poesia e sua Musa Inspiradora

O Professor e Dr. José Newton Alves de Sousa é como uma árvore

frondosa, que nos doa com seus extensos galhos frutos que agradam nosso paladar espiritual, como também nos estende uma confortável e acolhedora sombra.

*“Eu te procuro na alongada paisagem
Em que os meus olhos moram.
E sabes por que olhos não se rebelam,
Por que não odeiam o espaço?
É porque a sonhada posse
Ultrapassa o fracionário.
E envolve uma totalidade de Objeto...”*

Eis trecho de um poema para a sua Musa, Maria Ruth, quando ainda eram noivos. Em toda sua vida, Dr. José Newton soube arregimentar pessoas com maestria e humildade, com uma visão de futuro e expansão dos saberes intelectuais. E na construção dos objetivos a que se propôs estava também Ela, esposa, Mãe, Companheira também na Fé Cristã, e extensão a completarem-se nos projetos do santo serviço prestado aos demais coparticipantes, Família, Alunos e Agregados e Congregados dos Retiros Religiosos. Todos mereceram dele versos, poemas ou crônicas. Quanta riqueza de Vida INTERIOR e sentimentos tão nobres de Amor a sua amada Maria Ruth. Numa de suas cartas, escreve: *“Na presença de Deus, senti sua presença, durante hora e meia na Catedral. Que momentos intensos para mim! Ouvia ao Padre, ouvia os cânticos, as músicas e no fundo de tudo, como Luz Suave ou como doce melodia interior, o seu nome derramando-se em ondas de Amor, a esquentar meu coração.”*



Faça
seu evento
conosco

88 3523.4160

Rua Ana Triste, 80
São Miguel - Crato-CE



Padre Cícero, de Crato

Jorge Emicles
(advogado e escritor)



Há vários textos elaborados por historiadores, com base racional e adotando os métodos tradicionais cartesianos, através dos quais se explora as possibilidades históricas do que não se deu. Imagine como seria o mundo, acaso os nazistas houvessem ganho a segunda guerra. Como teria se dado a hegemonia alemã sob o governo autoritário de Hitler? E se a bastilha não houvesse sido derrubada pelos revolucionários de 1789, como seria o mundo sem as cores liberais e democráticas da revolução francesa? Para eruditos do grau de Tostoi, a história se impõe independente da vontade de seus heroicos personagens, que ao final têm menor relevância que nos contam os livros. Será?

Mas, e se não houvesse aportado, no longínquo ano de 1872, ao desimportante lugarejo, hoje a metrópole Juazeiro, o pequeno e alvo sacerdote, vindo de Crato, que contra seus planos pessoais, após um êxtase onírico, resolveu fixar-se ali? Se não fosse aquele simplório e quase esquecido fato, não teria acontecido o milagre da hóstia, não teriam existido os dois inquéritos contra o padre, não teria havido

o pujante desenvolvimento de Juazeiro, sua emancipação política, suas rixas com o Crato, e todos os demais fatos decorrentes diretos da obra do santificado patriarca de Juazeiro. Como seria o Cariri, aliado desses fatos e da imprescindível figura de Padre Cícero?

A obviedade conduziria à primeira conclusão de que o Crato seria maior e mais importante, concentrando toda a pujança da economia caririense em seus arrogantes limites, subjugando, como sempre fez, os vizinhos menores. Tal qual tentou fazer com o Juazeiro e seu patriarca no movimento de resistência à emancipação política da comuna cicerana. Conhecendo a empáfia da elite cratense, contudo, tão bem representada pela ignomínia de Antônio Luis, chefe político de Crato ao tempo da fundação de Juazeiro, daríamos razão a Tolstoi, para concluir que o Crato se aniquilaria sozinho, independente da atuação política seja do Padre Cícero, seja de qualquer outra força estrangeira. A ilusão de deter um poder oligárquico e nobre, hereditário por sua própria natureza, é a grande quimera que povoa o imaginário coletivo cratense já desde suas origens, mas ainda hoje fortemente presente no pensamento de sua elite. É uma elite autofágica, portanto.

Tudo, sem embargos de que as demais forças políticas e econômicas locais ainda que sem a liderança do padre, se uniriam contra o Crato, como a cabo e a vez fizeram em moção de apoio à emancipação de Juazeiro. Sabidamente, haviam muitas outras questões no entorno desse apoio, como o ranço entre os líderes políticos de Milagres e Crato e o sentimento de necessidade de desenvolvimento econômico das outras localidades. Nossos historiadores talvez estejam devendo uma análise desde o enfoque das forças econômicas que se apresentaram naquela ocasião enquanto um dos mais importantes fatores da ascensão de Juazeiro.

Afinal, foram os chamados adventícios (os forasteiros, atraídos inicialmente pelas notícias do milagre, mas que logo formaram a base da crescente economia juazeirense), sarcasticamente chamados pelos nativos de *romeiros*, quem financiaram a longa luta do patriarca contra a hierarquia católica, o movimento emancipacionista da comuna, assim como a própria revolução de 1914, que galgou o Pa-

dre Cícero às alturas de ser a maior liderança política de todo o nordeste brasileiro. Foi a economia quem moveu o xadrez da política. Não o contrário.

Talvez a inexistência da chegada do padre em 1872 até houvesse deslocado o sítio dos acontecimentos. Quiçá mesmo não tivesse vindo a ser fundada a Juazeiro, o que por certo modificaria a geografia local em vários aspectos. Mas as forças econômicas ainda assim teriam atuado sobre o sertão, em especial sobre o Cariri. A velha *“coronelhada”* cratense teria sucumbido à decadência de sua economia agrícola manufatureira, para dar lugar a uma nascente classe de comerciantes, que trataria de ampliar as forças de sua atuação também para os outros municípios.

Na mesma toada, o sentimento de orfandade do povo nordestino trataria de conceber um guia espiritual, capaz de lidera-lo e socorrê-lo em suas gritantes necessidades, capaz de dar continuidade à importante obra de Ibiapina. Mais que tudo, a sensibilidade de padre Cícero soube ser catalizadora desse sentimento enrustido no penoso e antigo sofrimento de nosso povo. Foi exatamente essa necessidade inconfessa de todo um povo que se fez representar no sonho que convenceu o patriarca a fixar-se definitivamente em Juazeiro: aqueles treze homens, postos em uma mesa, os apóstolos em volta do Nazareno; a entrada no ressoar de numerosa quantidade de retirantes, miseráveis e maltrapilhos; do lamento de Cristo para o estado de coisas do mundo atual e, por fim, do chamamento dirigido diretamente ao sacerdote: “E você, Padre Cícero, tome conta deles”.

Os nordestinos precisavam (e ainda precisam) de um padrinho amável, resiliente e comprometido no combate a suas dores. Foi Cícero o homem que teve a sensibilidade e coragem de encarnar essa luta. Pagou o preço da perseguição, tendo sido afastado das ordens e por várias outras formas vilipendiado em sua dignidade. Colheu também os frutos, tendo se tornado o santo popular do Brasil, absolutamente alheio aos desiduosos ritos do processo canônico. Mas para além de suas lutas, manteve o apego às suas raízes tradicionais. Conforme ele mesmo se definiu, “sou filho do Crato, é certo, mas Joazeiro é meu filho”.

farmácias **Gentil**

mais opção por sua saúde



No final de 2018, a Farmácia Gentil irá inaugurar mais uma unidade, esta contará com o sistema "Drive Thru", onde o cliente não precisa sair do carro para realizar suas compras. Tudo para um atendimento mais rápido. Localizado na Av. Pe. Cícero, 1830 com Av. Perimetral.

39
anos de
Existência

Fundada em 1979, na cidade do Crato/CE, hoje é uma das maiores redes de farmácias do interior da Ceará

07
Unidades

Contamos com uma matriz e seis filiais, sendo quatro na cidade do Crato e duas em Juazeiro do Norte

300
Colaboradores

Equipe de profissionais qualificados para oferecer atendimento personalizado

19
anos apoiando
a Expocrato

Incentivo à cultura popular da região do Cariri

 /farmaciasgentil  @farmaciasgentil24h

Matriz
Rua Tristão Gonçalves, 39E
Centro
Fone: (88) 3523-3902
Crato - CE

Filial 1
Rua Bárbara de Alencar, 816
Centro
Fone: (88) 3523-1188
Cel: (88) 99611-2250
Crato - CE

Filial 2
Rua São Pedro, 44E
Centro
Fone: (88) 3511-5544
Juazeiro do Norte - CE

Filial 3
Rua Bárbara de Alencar, 619 - A
Centro
Fone: (88) 3523-3785
Crato - CE

Filial 4
Rua Santa Luzia, 445
Centro
Fone: (88) 3512-6016
Juazeiro do Norte - CE

Filial 4
Rua Rio Grande do Sul, 136
Pálio da Grendene
Fone: (88) 3523-2900
Crato - CE

Filial 6
Rua Cel. Luiz Teixeira, 1036
Centro
Fone: (88) 3523-1661
Crato - CE

Adágio (Poesia)

Paulo de Tasso Barreto Alves de Sousa
(advogado e escritor)

*Ao Padre Ágio Moreira, no quilômetro 100 de sua extraordinária estrada,
Maestro na vida de milhares de irmãos e irmãs da Música.*

Seu silêncio secular,
mais eloquente que solo de violino,
sela singela trajetória de pássaro
voando sobre o mundo, acima de vaidades,
maldades e mesquinharias.

Coração de menino,
inteligência apurada pela
partitura dos anos,
alma de música, de acordes dissonantes
e harmonia celestial.

Portando um corpo cansado, um olhar sábio e terno
de irmão dos pássaros, no vôo e na melodia,
na melhor tradição franciscana
da remota cumplicidade entre os bichos que voam com asas
e aqueles outros que voam com sonhos,
adeja serenamente entre seus semelhantes, pasmos e iluminados,

ocupados com seus metais e sua posição na corte local.

Pequena estatura, grande simplicidade no servir,
na arte única de educar pela fala da música e pela sensibilidade mais sutil,
lá vai o Padre Ágio, lento, senhor de si e de sua linda e penosa saga,
provando, do alto do seu cento de verões dedicados à maestria,
que sonhos podem tornar-se tão concretos quanto uma macaubeira,
tão lúcidos quanto o sol soberano do sertão,
tão valiosos para uma comunidade quanto as raízes de uma macaxeira,
tão divinos quanto o som sem palavras a acalantar e encantar
o peito de crianças, jovens e de grandes crianças feridas, mais
conhecidas como adultos.

Flores, coral infantil, palavras, coral adulto, solos de agricultores
feitos maestros, reverências, abraços, ternuras – sincera romaria de
alunos e admiradores gratos, cientes do privilégio de encontrar o
pastor-maestro no caminho de pedras de suas vidas, para sempre
recriadas em sentido e direção.

Ágio.

Mestre.

Aprendiz.

Maestro.

Homem no século.

Século no homem.

Fiel instrumentista interpretando
magnífica peça por Deus inventada
para iluminar corações sombrios,
mentes entorpecidas por tolas ilusões e desilusões persistentes,
caminha o menino sobre a pauta da vida,
escrevendo com seus pés descalços notas, tons e semitons,
tocando de ouvido a valsa do Bem e da Caridade,
inundando de luminoso amor tantas vidas e silêncios.

Voa, Ágio, voa leve, voa *allegro con brio, andante, moderato!*

Em silêncio, instrumentistas, cantores e povo,
aprendizes seus, entoamos outra vez o canto da liberdade
e a sinfonia do bom, do belo e do bem
em pleno céu de fevereiro, no colo, no palco da Chapada do Araripe.



**Leopoldo
Martins**
Escritório de Advocacia



Fundado no ano de 2000, o **ESCRITÓRIO DE ADOCACIA LEOPOLDO MARTINS ASSOCIADOS** está localizado na Avenida Pedro Felício Cavalcanti nº 3025, Grangeiro, em Crato CE, e tem atuação em Fortaleza em toda a região sul e centro sul do Estado do Ceará. E no Estado de Pernambuco, nos municípios de Salgueiro, Exu, Petrolina, Araripina, Bodocó, Ouricuri e Moreilândia.

Link: www.leopoldomartins.adv.br.

Informativo do Instituto Cultural do Cariri (ICC)

COMPOSIÇÃO DA NOVA DIRETORIA (2018/2019)

Diretoria eleita em 04 de outubro de 2017 para a administração 2018/2019.

- **Presidente:** Heitor Feitosa Macêdo
- **Vice-Presidente:** José Flávio Pinheiro Vieira
- **Primeiro Secretário:** José Roberto dos Santos Júnior
- **Segundo Secretário:** Maria Anilda de Figueiredo
- **Primeiro Tesoureiro:** João Fernandes Lima
- **Segundo Tesoureiro:** Roberto Jamararu de Aquino
- **Cerimonialista:** Francisco Huberto Esmeraldo Cabral
- **Diretor Social:** Maria Laice Almeida Lacerda
- **Conselho Fiscal:**

Titulares:	José Flávio Bezerra Moraes, Jorge Emicles Pinheiro Paes Barreto e João Tavares Calixto Júnior
-------------------	--

Suplentes:	Claude Bloc Boris, Raimundo Tadeu de Alencar e José Yarley de Brito Gonçalves
-------------------	--

- **Conselho Superior:**
Napoleão Tavares Neves
José Huberto Tavares de Oliveira
Olival Honor de Brito
José Emerson Monteiro Lacerda

SAUDAÇÃO A JOSÉ BEZERRA SOBRINHO (KUBITSCHKE)

Huberto Tavares (Bebeto)



Figura 40. À esquerda, Huberto, e, à direita, José Bezerra.

Ele nasceu na cidade de Crato, Ceará, a 23 de junho de 1939, no Bairro do Seminário. Filho de Vicente Carlos Bezerra e Maria Augusta Bezerra. Casado em primeiras núpcias Maria Neide Rodrigues Bezerra de cujo enlace nasceram cinco filhos, José Bezerra Junior, José Jackson, José Josiel, Maria Joelma e Juciara Bezerra Rodrigues; e segundas núpcias com Luiza Célia Brígido Rodrigues, sua atual esposa.

José Bezerra Sobrinho é funcionário público aposentado. Trabalhou durante 28 anos como auxiliar de serviços gerais da Secretaria de Educação do Estado do Ceará, lotado no Colégio Estadual Wilson Gonçalves, tendo ali, devido a sua simplicidade, seu caráter e seu devotamento ao serviço público, construído grandes amizades entre professores, serventuários e alunos.

Serviu também Kubitschek na Faculdade de Economia do Crato. Vale ressaltar que o nosso homenageado foi grande líder comuni-

tário no bairro onde morou longo tempo, tendo sido, inclusive, por duas vezes, Presidente da Sociedade Pró-Melhoramento do Bairro do Seminário. Também prestou serviços durante bom tempo junto ao Comissariado de Menores do Município.

Senhores e Senhores, o Instituto Cultural do Cariri, nesta data, homenageia José Bezerra Sobrinho não somente por esses predicados que ora ressaltamos, mas sobretudo em face de ser cidadão exemplar e emérito divulgador dos escritores e das suas produções. Conhece como ninguém todos aqueles que escrevem e aqueles que apreciam a boa literatura e compram livros para entretenimento quanto para pesquisa, sendo amante das obras que propaga, há dez anos, entre os leitores da Região.

O título de Sócio Benemérito que ora lhe concedemos foi aprovado por unanimidade pelos que fazem esta Instituição Cultural.

Receba, pois, Kubitschek esta comenda que muito engrandece seu currículo, seus familiares e toda a comunidade intelectual do Cariri.

Convidamos o escritor e sócio acadêmico da cadeira no. 16, da seção de Artes e Ofícios deste Sodalício, cujo patrono é Cursino Belém de Figueiredo, a promover a entrega do título de Sócio Benemérito do Instituto Cultural do Cariri ao senhor José Bezerra Sobrinho.

DISCURSO DE POSSE DE JORGE EMICLES

O Instituto Cultural do Cariri, fundado a 18 de outubro de 1953, é fruto do espírito pioneiro e aguerrido que sempre povoou os rincões do Cariri Cearense desde os seus primeiros colonizadores. Em uma época em que as terras de dentro, ou os sertões, eram destinadas à exploração das riquezas naturais e força de trabalho dos homens, a cultura de estado e todas as atividades típicas da academia ficavam reservadas ao litoral, pois lá foi onde surgiram os primeiros cursos superiores e centros educacionais.

O Cariri cearense, ao revés, veio sempre na contramão desse

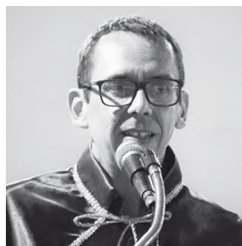


Figura 41. Jorge Emicles.

movimento. Aqui, ainda em meados do século XIX fundou-se o Seminário São José, sob cuja sombra floresceu forte sistema educacional, ainda hoje bem presente nestas terras caririenses. O ICC é sem dúvidas, legítimo filho dessa tradição, sonhado que foi para servir de suporte a importantes pesquisas históricas e de outras ordens, revelando uma intelectualidade ativa e disposta a construir legítimo conhecimento. Este espírito sem dúvida se faz representar nas impolutas figuras de J. de Figueiredo Filho e Irineu Pinheiro. Tão alta é a produção acadêmica destes ilustres fundadores do ICC, que simplesmente não é possível tratar da história do Ceará, muito notadamente da do Cariri, sem embrenhar-se na importante contribuição destas relevantes figuras. Naturalmente, há dezenas de outras destacadas contribuições acadêmicas, oriundas dos mais diversos saberes, saídas das fileiras do ICC, o que por si só revela a indiscutível importância deste Instituto. Já são mais de meio século de vida, alternando fases de profusa produção e outras de crise, como é dado a qualquer instituição tão longeva, muito especialmente aquelas cujos objetivos são voltados para fins altruístas e culturais.

Já estamos na terceira geração de acadêmicos, a dar continuidade ao legado plantado pelos seus pioneiros e visionários fundadores. O Cariri modificou-se profundamente nesses últimos sessenta e quatro anos. De lá para cá, testemunhou-se a consolidação da vizinha Juazeiro como o centro da grande metrópole que se tornou a região, cuja força magnetizante, espiritual e política de seu patriarca, fez atrair para seu território as vocações locais inicialmente desenvolvidas nas demais comunas, com especial destaque ao Crato, primitiva locomotiva regional, como tão propriamente assenta a obra do antropólogo Darcy Ribeiro, dentre outras referências.

Repita-se, contudo, que os tempos são outros E é dever da rica intelectualidade assentada nas mais de cem cadeiras do Instituto Cultural do Cariri abrir suas profícuas inteligências à necessidade de ampliação das interações culturais com toda a região. É na capacidade desta novel geração de acadêmicos, tão bem representada na figura de seu jovem e ativo presidente, Heitor Feitosa, que se assenta a esperança de renovação e refortalecimento da histórica missão

do ICC: servir de polo do conhecimento e alicerce para independentes pesquisas em todas as áreas do saber. Falar isso, em absoluto não é negar a imprescindibilidade do legado deixado por todos os que já passaram pela casa, pois se hoje essa geração pode ver mais longe, certamente é porque está assentada nos robustos ombros de seus antecessores. Olhar para a frente, mas honrando sempre o legado do passado, é essa, a nosso parecer, a impostergável missão do Instituto Cultural do Cariri de hoje.

Assumirmos uma cadeira nesta histórica instituição, que melhor que muitas representa o espírito ativo, guerreiro e intelectual da cultura caririense, é nos apoderar simbolicamente de todo esse legado tradicional, rico e profundo. Ao mesmo tempo, traduz o dever de lutar para sua manutenção e engrandecimento. Mais ainda, o peso dessa responsabilidade se robustece ao nos depararmos com a grandeza intelectual e moral dos que nos precederam na Cadeira 25 da sessão de ciências, cujo paraninfo é ninguém menos que o marcante Luiz de Borba Maranhão.

Luiz de Borba, nascido aos 25 de outubro de 1910, em João Pessoa, Paraíba, de firme formação intelectual desde sua mais tenra idade, findou por formar-se em direito pela Faculdade de Direito do Ceará, sediada na capital alencarina. O amor o conduziu ao Crato, através dos calores da jovem e bela Artemyse, filha de importante família local, e com quem casou-se o jovem Luiz para toda a vida, por longevos sessenta e dois anos. Com ela, teve um único filho, João Gomes de Borba Maranhão. Exerceu vários cargos públicos, mas destacou-se mesmo na advocacia, a quem emprestou o brilho de sua sagaz inteligência por mais de cinquenta anos. Era conhecido por sua oratória empolgante e seu profundo conhecimento da ciência jurídica. Chegou mesmo a deixar alguns escritos jurídicos, na forma de cartilhas ainda hoje preservados por sua família, material de que se utilizaram por certo, as centenas de alunos que teve na Faculdade de Direito do Crato. Eram famosas suas atuações no Tribunal do Júri, onde chegou a travar empolgantes e calorosos debates com outro baluarte desta Casa, Raimundo de Oliveira Borges.

De toda a sua atividade advocatícia, o que ainda mais se des-

tacou foi seu compromisso com as causas da pobreza. Era um defensor público de fato, abraçando as lições de todos os pobres que lhe procuravam, dedicando-se sempre com esmero na sua defesa. Consta do relato de seus familiares que mais de oitenta por cento de sua atuação era a favor da pobreza. Isso, em um tempo em que a deficiência da tecnologia obrigava a fazer longas viagens no lombo de animais e a produzir peças nas velhas e quase esquecidas máquinas de datilografia. Ainda assim, até o fim foi Luiz de Borba incansável defensor dos seus pobres.

Nós mesmo guardamos em memória a figura de um senhor já bem avançado na idade, sentado em um birô no antigo escritório de prática forense da URCA, fazendo incansavelmente atendimento a tantos quanto o procuravam, tendo a sua frente papéis para anotações e um enorme e fundo cinzeiro, onde depositava os restos dos incontáveis cigarros que tragava um em seguida ao outro. Aquele velho senhor alto, porte elegante, firmeza no olhar, que incansavelmente atendia com carinho a tantos quanto o procuravam, nunca lhes repreendendo por suas postulações e sempre com ar paternal era o Dr. Luiz de Borba Maranhão, já combalido por tantos anos de lutas, mas ainda incansável na defesa dos pobres de todas as cores.

Com o mesmo esmero, dedicou-se ainda a fundar escolas, sabedor que era da importância da educação na transformação das pessoas. Foi graças a sua dedicação que o Crato ganhou o hoje Colégio Estadual Wilson Gonçalves e a antiga Faculdade de Direito, inicialmente uma autarquia municipal, atualmente encampada aos cursos da Universidade Regional do Cariri. Quantos jovens não tiveram a oportunidade de melhorar sua formação e mesmo angariar uma profissão graças a estas duas importantes escolas de saber da nossa região?

Isso só bastaria para fazer de Luiz de Borba imortal merecedor do honor de vir a ser patrono de uma cadeira no ICC. Mas também foi homem de dignidade superior, marido e pai exemplares. Uma das grandes intelectualidades que ajudam a engrandecer o nome do Cariri Cearense.

O derradeiro ocupante da cadeira aqui outra vez empossada, foi

o destacado comerciante e homem público em Crato, José de Paula Bantim. Nascido em 1930, no Município de Santana do Cariri, logo aos dez anos vem estabelecer-se em Crato, sob os cuidados da bondosa d. Artemyse Gomes de Matos, a mesma companheira de toda a vida de Luiz de Borba Maranhão, de quem Bantim era afilhado. Com ela trabalhou e aprendeu sobre a arte dos boticários. Estudou na Escola Técnica do Comércio de Crato, tendo em 1949 se formado em contabilidade e economia.

Já formado, foi trabalhar na firma B. Bezerra e Cia., onde fez profícua carreira, tendo iniciado o labor como simples balconista e chegado à condição de sócio da empresa, antes tendo exercido as funções de gerente e contador. Ali permaneceu até a aposentadoria. Mesmo aposentado, seguiu laborando, agora como vendedor ambulante, de porta em porta. Tão exitosa foi essa segunda carreira, que chegou a abrir comércio varejista (Bantim Variedades), mantendo referido estabelecimento por longos anos.

Mesmo aposentado, mantinha uma rotina intensa e dinâmica, sendo assíduo frequentador de diversos logradouros públicos da cultura cratense, como o mercado, a praça Siqueira Campos, a bo-dega do Juarezinho. Era assíduo praticante da fé, sendo partícipe do terço dos homens e de diversas outras atividades patrocinadas pela igreja católica local. Foi cantor solo do coral da SCAC.

Da mesma forma, teve destacada vida pública, tanto na política quando em diversas outras atividades da sociedade local. Foi sua sociabilidade que o conduziu naturalmente aos diversos cargos e funções que ocupou, tendo sido presidente do Crato Tênis Clube, participado da diretoria da União dos Estudantes do Crato, presidente da Liga de Futebol de Campo de Crato e da Liga de Futebol de Salão, também de Crato; presidente do Sport Clube do Crato; presidente do Sindicato dos Comerciantes do Crato.

Iniciou vida partidária nas fileiras do PTB, de Getúlio Vargas, na década de 1950. Foi eleito vereador por cinco legislaturas, tendo ocupado a presidência da Câmara de Vereadores por duas vezes. Foi vice-Prefeito do Crato na gestão de Humberto Macário de Brito. No governo de Ariovaldo Carvalho, produziu-se crônica folclórica

a seu respeito. Na ocasião, José de Paula Bantim era presidente da Câmara de Vereadores, estando vago o cargo de vice-Prefeito. Por motivo de ausência temporária do Chefe do Executivo, assumiu interinamente a prefeitura municipal, condição na qual recebeu em audiência o então presidente da Junta Militar local. O visitante então externou a necessidade de reunir-se conjuntamente com o Prefeito Municipal, o Vice-Prefeito e o Presidente da Câmara com a finalidade de tratar de assuntos relacionados a seu mister, ao que de pronto responde Bantim: Pois estamos aqui...

No exercício interino do cargo de Prefeito, sancionou a lei municipal que criou a chamada semana inglesa em Crato, reconhecida como uma grande conquista dos comerciários. Segundo seu genro e confesso admirador, Érico Felício, se tratou de “um grande político, um grande católico e um grande desportista”. Era um “ser humano sem igual”, nas palavras de seu segundo genro.

Casado com Maria Risalva Bantim, teve sete filhos: José Ricardo Bantim (Cacá); Paulo de Tarso Bantim (Rato); Marco Antonio Bantim (Papagaio); João Maurício Bantim (Qualhada); Maria Elizabet Bantim (Bet); Verônica Maria Bantim (Veca); Flávio Henrique Bantim (Cajuí). Segundo consta da memória familiar, era ele mesmo que apunha os apelidos dos filhos. Dizia com orgulho que sua maior riqueza era a sua família, tendo educado com especial esmero todos os filhos. Faleceu aos 13 de maio de 2015, dia de Nossa Senhora de Fátima, de quem era devoto.

A grande marca que deixou para a posteridade foi a sua espiritualidade diante da vida, seu bom humor diante dos problemas, sua fé inabalável e seu amor extremo à família, quem lhe guarda a memória com ternura, amor e zelo.

Tenho dito!

**DISCURSO DE POSSE NO DO PROF. MARCOS ELIANO
TAVARES RIBEIRO**

Caríssimo Presidente do Instituto Cultura do Cariri, Dr. Heitor Feitosa

Meu Caro Professor Jurandy Temóteo

Meus Novos Colegas do ICC

Amigas e Amigos Presente

Pensei em começar rezando e agradecendo a Deus pelas alegrias que recebo todos os dias. Aprendi que o evangelho precisa ser entendido como um forte traço de fé: “quando fazemos o sinal da cruz na testa é pra receber de Deus a inteligência, quando fazemos na boca é pra falar de família, de amigos e se comunicar e quando fazemos no peito é pra dizer que precisamos pensar com o coração”.

É pensando com o coração que agradeço pelo privilégio de ter uma família bonita, muita amiga e que me dar muita felicidade. E, claro, pelos muitos amigos e amigas que ameei na vida.

A minha produção literária está ainda muito rala. Em 1995 sob os auspícios do Instituto José Marrocos da URCA e, especialmente, pelo empenho do amigo e colega professor José Boaventura do IPESC, publiquei o meu primeiro e simples ensaio para tratar a gestão pública municipal, aí nasceu o livro *REPENSANDO (reinventando) O MUNICÍPIO*. Para apresentar uma idéia diferente, quando da dissertação do “mestrado em engenharia de produção na UFPB/ João Pessoa” decidi escrever sobre o aproveitamento do bagaço na alimentação animal para corroborar com o aumento de produção da bacia leiteira municipal. Este compêndio técnico se encontra nas prateleiras da biblioteca central da URCA e quem sabe possa, num futuro não muito distante, se transformar em mais um ensaio literário. Tempo mais tarde, escrevi um manual de cordel para homenagear o ilustre filho do Crato, Pe. Cícero Romão Batista, aí nasceu *PEGADAS DO PADRE CÍCERO NAS TERRAS DE MAURITI*. E, no momento de hoje, com o privilégio da amizade com o professor Jurandy Temóteo, está no prelo mais um rebento como memorial da minha própria autobiografia: *MUDANÇA – ou muda ou dança*



Figura 43. Da esquerda para a direita: Jurandir Timóteo, Marcos Eliano, J. Flávio Vieira, Huberto Cabral e?

Quando o Professor Jurandy Temóteo assuntou a idéia de indicar meu nome para o ICC, fiquei de pronto lisonjeado e pensativo e lembrei de uma conversa avulsa com o então Presidente desta casa, Prof. Bebeto Oliveira e com o também amigo de referência, Dr. Emerson Monteiro. E de forma madura, me questionei: Será que mereço tanto? Será que sou páreo para sentar ao lado de tantos intelectuais? Busquei refúgio em muitos intelectuais que contribuíram com a minha formação docente, como o grande Guimarães Rosas que professou: *“mestre não é quem sempre ensina, mas quem de repente aprende”*. Assim aceitei o desafio de entrar no ICC por conta da certeza de ser um eterno aprendiz como bem cantou “Gonzaguinha”. E, ainda, pela força das sábias palavras de Gibran Kalil Gibran: *“a simplicidade é o último degrau da sabedoria”* e o testemunho de Pitágoras: *“é preciso educar as crianças para não precisar castigar os homens”*. O desafio de ser membro do ICC me leva a pensar em colocar minha experiência a serviço da comunidade e da ciência.

Pedi ao Presidente do ICC, marcar o dia de hoje para tomar assento no colegiado e virar imortal também da cultura já que estou na Academia Cearense de Administração. A escolha deste dia não foi por acaso. Hoje é o dia do índio que precisa ser comemorado para

registrar a construção da nossa própria história como os pioneiros da terra de santa cruz. Hoje é o dia do aniversários de dois grandes ícones da cultura do Crato, do Cariri e do Nordeste: (1) Seu Elói Telles que deixou um legado extraordinário, inclusive a Academia dos Cordelistas do Crato que o fez nascer e foi o seu primeiro presidente e que hoje tem à frente a expressão do cordel da mulher cratense, Anilda Figueiredo; (2) Seu Valderedo Gonçalves que fez história e ensinou a muitos a arte da xilogravura que ultrapassou as fronteiras nacionais. Mas, também, escolhi esse dia para prestar uma homenagem ao Rei Roberto Carlos.

Sou um homem de sorte. Na estrada da vida profissional, por força da minha presença na hora certa e no lugar certo e, por indicação ou eleição, posso publicar algumas deferências: (1) Fui Presidente do Conselho Regional de Administração do Estado do Ceará e Piauí – CRA/CE/PI; (2) Fui Conselheiro do Conselho Federal de Administração - CFA; (3) Fui Conselheiro da Fundação Cearense de Amparo à Pesquisa – FUNCAP; (4) Fui Conselheiro da Companhia de Águas e Esgotos do Ceará – CAGECE; (5) Fui Conselheiro da Associação Brasileira de Engenharia de Produção – ABEPRO; (6) Membro da Academia Cearense de Administração – ACAD; (7) Membro do Programa Companheiros das Américas sob a gerência do então Vice Reitor da UECE o Prof. Hélio Macêdo que me levou a conhecer várias universidades dos Estados Unidos e do Canadá e, ainda, (8) Consultor Técnico convidado pela FNEP que me oportunizou participar da HANOVER MASS na Alemanha e de lá visitar empresas e instituições na Holanda, Inglaterra, França e Bélgica.

Para estar aqui agora, me deparei com um grande e monstruoso desafio: não decepcionar o criador de universidades, como diz o amigo Moacir Siqueira, o inoxidável Martins Filho que é o patrono da cadeira 23 do ICC que ora tomo assento em substituição a outro de larga monta e verve intelectual, o primeiro doutor da URCA e reitor de grande destaque. Falo do Professor Plácido Cidade Nuvens que deixou vacante a cadeira e foi sentar ao lado do Senhor.

O Reitor dos Reitores Antônio Martins Filho, tem uma história de lutas fascinante marcada por obstinação e vitórias que marcaram a

construção de uma das maiores universidades do Nordeste, a UFC, e outras universidades, todas no Ceará: UECE e URCA publicada no Jornal O POVO em 06/06/2000

Antonio Martins Filho, ao longo de todo o seu tempo, experimentou muitas decepções, diz ele, mas a marca desta intensidade está expressa numa obra incomensurável. Nesta entrevista ele lembra uma das datas marcantes de sua vida, a instalação da Universidade do Ceará, em solenidade realizada no Teatro José de Alencar, a 25 de junho de 1955.

Antonio Martins Filho, o “reitor dos reitores”, foi reitor pró-tempore da Universidade Estadual do Ceará, e um dos seus fundadores - “obstinadamente otimista, como sempre”. Ele é uma lenda eterna da UFC, da UECE e da URCA.

Em uma entrevista das mais célebres concedida pelo Prof. Martins Filho ao Jornal o Povo, podemos extrair fragmentos mais importantes:

O POVO - Quem é Antônio Martins Filho?

Antonio Martins Filho - Um homem simples, sem ambições materiais, fanático no cumprimento do dever, aparentemente explosivo, profundamente sentimental. Aficionado da literatura, notadamente da poesia - clássica, lírica ou folclórica. Sensível à boa música, desde Tchaikovsky a Raul Seixas. Gostaria de ser crítico de arte, para melhor analisar a obra dos grandes mestres: Rafael, Miguel Ângelo, Rembrandt, Vicente Van Gogh e, entre nós, Antônio Bandeira, Floriano e Chico da Silva. Aprecia as mulheres bonitas, mas não desmerece as que não o sejam. Ao longo de todo o tempo, experimentou muitas decepções. Ostenta dois motivos de legítimo orgulho: a sua própria família, bastante solidária e afetiva, e a sua profissão de educador, pela obra que conseguiu realizar, notadamente em nível universitário. Várias outras coisas poderiam ser acrescentadas, mas, pelo que aí ficou dito, já se poderá ter uma idéia do homem, de corpo inteiro.

OP - O senhor sempre foi um homem de muitas atividades, mas sabe-se que a sua predileção foi sempre dirigida para a

área de educação. Pode nos informar sobre as origens de sua vinculação ao ensino?

AMF - No início de 1925 eu pertencia à Diretoria da União Artística Beneficente do Crato. O presidente da entidade, Cesário Saraiva Leão, precisava substituir temporariamente o professor da “Escola 13 de Maio”, que havia adoecido. Fui solicitado a assumir a regência da classe, que abrangia alunos de três categorias: analfabetos, semianalfabetos e uns poucos já alfabetizados, todos adultos. Tive dificuldades naquele meu início de magistério, pela heterogeneidade de pessoas com as quais eu teria de trabalhar. Mas, com um pouco de esforço, consegui solucionar o problema. Eu me sentia até orgulhoso, quando era chamado de professor. Já no segundo semestre daquele ano, ao passar a regência da “Escola 13 de Maio” ao seu antigo dirigente, convidou-me o meu mestre José Bizerra de Brito para seu auxiliar de ensino, no Curso Noturno da Associação dos Empregados no Comércio do Crato. Eu era bom na conjugação de verbos e durante alguns meses permaneci naquela função, de onde me afastei ao apagar das luzes daquele ano, para mim excepcional, de 1925.

OP - O que representa esta excepcionalidade a que se refere?

AMF - Naquela época eu era auxiliar do comércio, com relativo destaque na sociedade do Crato, onde também me apresentava como intelectual: poeta e, principalmente, orador. Já havia demonstrado possuir capacidade para gerenciar qualquer filial da firma Lundgren & Cia. Ltda., proprietária das lojas “A Pernambucana” e “A Paulista”, espalhadas nos Estados do Ceará, Piauí, Maranhão e Pará. Eu andava às turras com o gerente da loja do Crato, onde trabalhava, como caixa das vendas a retalho. O gerente era um homem capaz, porém bastante grosseiro e, às vezes, até agressivo. Pensava em despedir-me do meu emprego, quando a Casa Matriz da firma, em Fortaleza, convidou-me para gerenciar sua filial de Caxias, no Estado do Maranhão. Lá continuei a preocupar-me com as minhas atividades intelectuais, entre elas as alusivas ao ensino. E assim instalei um curso de estudos práticos, para auxiliares do comércio.

OP - Quando o cearense Martins Filho conseguiu retornar ao Ceará?

AMF - Somente em abril de 1937. Saí daqui para o Maranhão levando apenas reduzida bagagem e de lá regressei, doze anos depois, trazendo mulher e cinco filhos, dois homens e três mulheres. Trouxe também um diploma de Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, ainda por registrar. Eu estava muito magro, nervoso, irritado, porque o meu estado de saúde se agravava de dia para dia, deixando-me numa pobreza orgânica lastimável. Foi um verdadeiro sufoco, porém não esmoreci e consegui vencer. A uma certa altura, surgiu-me uma oportunidade excepcional, isto é, adquirir, por compra, a Editora Fortaleza, de propriedade de Joaquim Silveira Marinho. Daí em diante a minha vida tomou um novo ritmo, notadamente depois que consegui relacionar-me com o Doutor Raimundo Girão, com quem executei importante projeto, não só em nosso benefício, mas do próprio Estado do Ceará.

OP - Em que consistia esse projeto?

AMF - O Dr. Raimundo Girão estava editando um dos seus livros sobre finanças. Em um dos nossos encontros na Editora, expus-lhe o plano de uma publicação que seria muito útil para o nosso Estado, porque iríamos divulgar somente os seus aspectos positivos, fugindo do ramerrão da seca, da fome, da miséria, enfim. Seria uma publicação de caráter histórico e, principalmente, informativo da realidade cearense, nos seus aspectos positivos, que são muitos. O Dr. Girão ouviu-me atentamente e nada me respondeu de imediato. Dois dias depois retornou ao assunto, já trazendo por escrito um esquema completo de como a nossa publicação deveria ser elaborada. Assim, dentro de pouco tempo, lançamos à publicidade a primeira edição do livro "O Ceará", tão bem recebido pelo público em geral, que nos possibilitou, posteriormente, fazer duas reedições de 3.000 exemplares, cada uma delas. A seguir, ainda com o Raimundo Girão, editei o "Almanaque do Ceará", dando-lhe nova feição e um conteúdo muito rico em informações bastante úteis, não somente para o comércio, como também para a sociedade em geral.

OP - A Editora Fortaleza trouxe-lhe mais vantagens como industrial ou como intelectual?

AMF - Como industrial, não. Durante os vários anos em que fui proprietário da Empresa Editora Fortaleza Limitada, jamais consegui fechar o balanço das atividades anuais com razoável margem de lucro, capaz de compensar o capital investido no empreendimento. Algumas vezes tive de fazer pequenos suprimentos, pagando mais caro as minhas próprias publicações, para não fechar o caixa no vermelho. Entretanto, como intelectual, foi a Editora Fortaleza o principal veículo do meu rápido relacionamento e os espaços que fui gradativamente conquistando no Ceará e em alguns pontos do Brasil. A minha revista "Valor" teve ampla circulação no País e divulgou trabalhos de intelectuais e cientistas afamados nacionalmente. Mantive correspondência com escritores eminentes, tais como os cearenses Clóvis Beviláqua, Gustavo Barroso, Antônio Sales, Joaquim Pimenta e, ainda, escritores como Mário de Andrade e Menotti del Pichia, ambos integrantes da Semana de Arte Moderna, de São Paulo. Numa época em que, no Ceará, editar um livro representava ato de heroísmo ou de abastança, através de minha Editora tornei possível a divulgação de obras de muita valia, como, por exemplo, "Estudos de Etnografia Indígena", do professor Joaquim Gondim, e "Retratos e Lembranças", de Antônio Sales.

OP - Como surgiu o desafio da criação de uma Universidade no Ceará?

AMF - Em 1944, mais de 20 anos após ter surgido, no Rio de Janeiro, a primeira Universidade brasileira, é que se fez sentir a aspiração dos homens de pensamento do Ceará por uma instituição universitária que congregasse as Escolas Superiores já em funcionamento no Estado. Nesse mesmo ano, o médico cearense, Dr. Antônio Xavier de Oliveira, encaminhou ao Ministério da Educação e Saúde um relatório sobre a refederalização da Faculdade de Direito. A partir de então, em nenhum momento a criação da Universidade deixou de ser objeto das cogitações de importantes setores da opinião pública do Estado.

OP - Como ocorreu a sua vinculação a esse Movimento Pró-Universidade?

AMF - Algum tempo depois, visitou o Ceará o então Ministro da Educação, professor Clemente Mariani. Recepcionado na Faculdade de Direito, fez ali S. Exa. importante pronunciamento, a propósito de uma solicitação do alunado que, através de um documento com quase dez mil assinaturas, pleiteava uma Universidade para o Ceará. Nesse ensejo, advertiu que, se quiséssemos uma Universidade, teríamos de lutar por ela, por todos os meios e modos possíveis, certos de que, no Ministério, poderíamos contar com sua integral cooperação. As palavras judiciosas e a sutil advertência do ministro Mariani causaram-me profunda impressão. A luta, a que ele aludira, sempre foi o meu forte, porquanto tudo o que consegui na vida não surgiu por acaso, mas como resultado de um labor intenso. Nesse estado de espírito, quando o Governador do Estado, desembargador Faustino de Albuquerque, declarou público que, durante o seu Governo, iria tratar da criação da Universidade do Ceará, solicitei-lhe uma audiência, com o objetivo de discutir o assunto e precipitar os acontecimentos. O governador Faustino acolheu prontamente as minhas sugestões e encarregou-me de minutar o expediente a ser encaminhado à Congregação da Faculdade de Direito, solicitando o seu apoio e, ao mesmo tempo, a designação de um dos seus membros para, junto às autoridades competentes do Ministério da Educação e Saúde, estudar as medidas preliminares a serem adotadas para a criação e a instalação de uma Universidade Estadual. Indicado para executar aquela missão, de logo aderi à luta em favor da criação da Universidade. Atingido esse objetivo, assumi o comando a Instituição e fui sendo por ela gradativamente absorvido, sempre procurando servi-la com dedicação e fidelidade.

OP – Depois da instalação da Universidade, quais as primeiras reações experimentadas pelo Magnífico Reitor?

AMF - Instalada a Universidade e já com uma visão mais objetiva da complexidade e magnitude da missão a ser por mim cumprida como Reitor, experimentei muitas dúvidas: estaria eu suficiente-

mente capacitado para assumir tamanha responsabilidade? Minha pequena experiência seria o suficiente para dirigir e implantar uma Universidade, que apenas existia no papel? Qual a minha posição e comportamento, em relação aos meus colegas da Faculdade de Direito, isto é, os homens mais importantes do Ceará, como parlamentares, chefes de Estado e meus antigos superiores hierárquicos, na própria Faculdade? Como iria relacionar-me com os professores e com os estudantes, tendo em vista a necessidade da formação de um espírito universitário? De que meios iria utilizar-me, para conseguir do Governo Federal recursos suficientes para a organização e a implantação da Universidade? Depois de algumas noites de insônia, concluí obviamente que a minha sorte estava lançada. Revi-gorei as minhas energias e, com firme determinação, dei início a um trabalho.

OP - Em pouco tempo, a Universidade do Ceará passou a figurar entre as cinco maiores universidades federais brasileiras. Como isso ocorreu?

AMF - Cronologicamente a nossa universidade é a sétima entre as instituições federais deste gênero. Decorridos apenas 12 meses, tivemos ensejo de inaugurar a sede definitiva da Reitoria, no então palacete da Gentilândia. A presença do titular da pasta da Educação, ministro Clóvis Salgado, à solenidade de instalação da sede própria foi para nós significativa, pela oportunidade que teve S. Exa. de avaliar in loco o trabalho profícuo que vinha sendo executado. O Ministro e seus auxiliares imediatos se tornaram sensíveis, então, às nossas postulações que foram muitas, a fim de consolidado programa de implantação cuidadosamente elaborado. Não podíamos errar e de fato não erramos na execução dos planos previamente traçados não apenas referentes à expansão física, mas também, e, principalmente, quanto aos métodos e processos, até certo ponto revolucionários, que tivemos o ensejo de adotar. Na realidade, concluído o meu primeiro período de administração, a nossa Universidade já era apontada como das mais atuantes do País, a despeito dos obstáculos quase intransponíveis que tivemos de enfrentar.

OP - No desempenho das funções de Reitor, qual o seu relacionamento com os estudantes?

AFM - Em geral foi bom, pois criamos vários órgãos de apoio e assistência aos universitários como, por exemplo, o Clube dos Estudantes Universitários (CEU), Restaurante Universitário, várias residências estudantis (para rapazes e moças), tudo isso sob a coordenação da Divisão de Assistência aos Estudantes, diretamente subordinada ao Gabinete do Reitor. A parte desportiva foi também largamente disseminada, inclusive com a construção de um Ginásio de Desportos. Houve, no entanto, dificuldades e desentendimentos, que por vezes, me amarguraram.

OP - Concluído o seu último mandato na UFC, como deu sequência às suas atividades no campo educacional?

AMF - Em fevereiro de 1966 passei a integrar o Conselho Federal de Educação, em caráter interino, enquanto permanecesse o impedimento legal do titular do mandato, Dom Hélder Câmara. Desse modo, ao deixar a Reitoria da Universidade, por força de dispositivo da Lei de Diretrizes e Bases, já me encontrava muito bem situado no plano da educação nacional, uma vez que, além de membro do CFE, cheguei a exercer, por alguns meses, o cargo de Diretor do Departamento Nacional de Educação.

OP - Em Universidade, que outras contribuições prestou ao Ceará?

AMF - Em primeiro lugar, destaco a organização e instalação da Universidade Estadual do Ceará (UECE), da qual fui Reitor pro-tempore. Aliás, surpreendeu-me a minha nomeação para Presidente da FUNEDUCE (Fundação Educacional do Estado do Ceará), entidade mantenedora da Universidade Estadual em apenas três meses. Mas tive de permanecer nesse cargo nada menos do que três anos, em virtude da situação caótica em que se encontrava a TVE - Canal 5, também pertencente à Fundação. Quanto à URCA (Universidade Regional do Cariri), o plano de organização, elaborado sob a minha supervisão foi considerado pelos técnicos do MEC como dos mais

perfeitos do Brasil, que iria influenciar um pólo geo-educacional de 72 municípios no Cariri Cearense. Nomeado Reitor pro-tempore da URCA permaneci à sua frente até a instalação e início de funcionamento da mesma, não podendo atender ao convite do governador Tasso Jereissati para continuar a dirigi-la, pois considerei concretizada mais essa missão.

OP - Depois de tantas batalhas, como se sente hoje o criador de universidades, também considerado o Reitor dos Reitores?

AMF - Fisicamente válido e psicologicamente lúcido. Obsttinadamente otimista, como sempre. Crente de que os homens do Governo ainda compreenderão que o Brasil é um País viável e que a Universidade brasileira precisa reconquistar a sua credibilidade. Temente e agradecido a Deus, por me permitir ser útil à minha família e bem servir aos meus semelhantes.

Falar de Plácido Cidade Nuvens é também tarefa difícil. Graduado em Filosofia pelo Seminário Provincial de Fortaleza-CE. Licenciado em Teologia pela Pontificia Università Gregoriana Romae, onde também obteve o título de mestre. Especialista em Português Superior pela Universidade de Lisboa. Sociólogo com Doutorado em Ciências Sociais pela Pontificia Università San Tommaso D'Aquino (1973). Foi fundador do Museu de Paleontologia de Santana do Cariri. Atuante na vida acadêmica da Universidade Regional do Cariri - Urca onde exerceu as funções de coordenador de curso, diretor de centro e vice-reitor (1996-2003). Foi membro do conselho de administração da Funcap (2001-2003). Atua em pesquisas sociais e nos seguintes temas: bacia do Araripe, fóssil, chapada do Araripe, paleontologia. Foi homenageado por paleontólogos com a inclusão de seu nome a descrição de fosseis. Exerceu por último, a função de Reitor da Universidade Regional do Cariri, função esta que o torna membro do Conselho Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação (CECT&I) criado em plenária no dia 14 de novembro de 2007 pela Assembleia Legislativa do Estado do Ceará.

De 1983 a 1989 foi prefeito do município cearense de Santana do Cariri e no exercício do seu mandato, transferiu para a Universida-

de Regional do Cariri – URCA o Museu de Paleontologia. A criação do museu lhe rendeu diversas homenagens, como o *Troféu Sereia de Ouro* do Sistema Verdes Mares e o nome de uma espécie de dinossauro descoberta na chapada do Araripe, o *Santanaraptor placidus*. E, hoje, o Museu de Paleontologia recebe merecidamente o nome de MUSEU DE PALEONTOLOGIA PLÁCIDO CIDADE NUVENS, por ato do Reitor da URCA, Professor Patrício Melo.

Plácido Cidade Nuvens, escreveu nos últimos tempos o livro *“os 60 anos de história na câmara municipal de Santana do Cariri”*, onde se focaliza a eleição desde o ano de 1947, até o final dos mandatos legislativos destes edis onde se mensura a uma cifra de 87 parlamentares municipais, para reafirmar que a região, precisa conhecer melhor culturalmente os vultos regionais, que fizeram a história destes municípios, como é o caso do então prefeito de Nova Olinda, Antonio Jeremias Pereira, in memoriam, que foi vereador em Santana do Cariri, e prefeito em Nova Olinda, além de dar uma dimensão maior sobre o processo de contribuição que pessoas simples que vivem no campo. O livro, em seu conteúdo descreve a atuação e a biografia destes 80 vereadores, que nestes 60 anos, formaram o poder legislativo de Santana do Cariri, além da peculiaridade do próprio desenho da região, através da atuação do prefeito de Santana do Cariri, e deputado estadual foi que tivemos o surgimento de municípios como Nova Olinda, Altaneira, Antonina do Norte, Potengi, como obra do trabalho político que nasceu desta câmara municipal de Santana do Cariri (Fonte: <http://www.c1cariri.com/>).

Plácido Cidade Nuvens morreu aos 73 anos. Ex-reitor da Universidade Regional do Cariri (URCA) e Ex-Prefeito de Santana do Cariri e iluminado Sociólogo. Morre de câncer de rim, essa nódoa devastadora que a medicina pena para encontrar uma cura plausível. Pela sua importância incomensurável a Prefeita de Santana do Cariri, Danieli Machado, decretou luto oficial no município por três dias. Nas redes sociais, o Governador do Ceará, Camilo Santana, lamentou a morte do ex-reitor da Urca: “Recebi com muito pesar a notícia da morte do professor Plácido Cidade Nuvens, ex-reitor da Universidade Regional do Cariri (URCA) e ex-prefeito de Santana

do Cariri, terra onde nasceu. Foi o fundador do Museu de Paleontologia de Santana do Cariri, posteriormente doado à URCA e prestou relevantes serviços ao nosso Estado. Aos familiares e amigos, minha solidariedade”, disse Camilo por meio de sua conta no Facebook.

Plácido foi o professor fundador do curso de Direito da Urca e vice-reitor da instituição entre os anos de 1996 e 2003. De 2007 a 2011, foi reitor da Urca. Prefeito do município de Santana do Cariri, de 1983 até 1989. Em sua cidade natal, ele fundou o Museu de Paleontologia de Santana do Cariri, que posteriormente passou a ser gerenciado pela Urca. Entre os livros publicados por ele, destaque para “Patativa e o universo fascinante do sertão”.

Como podem enxergar, é uma grande e desafiadora missão: **SENTAR NA CADEIRA DE PLÁCIDO CIDADE NUVENS no Instituto Cultural do Cariri – ICC e representar a maior expressão intelectual da vida universitária do Ceará, Dr. Martins Filho.**

DEUS salve o ICC!

Viva Martins Filho!

Viva Plácido Cidade Nuvens!

VIVA O MUSEU DO ENGENHO!!!

*A Província Editora,
a editora mais tradicional do Cariri.
Você conta a história, nós fazemos o livro!*



A Província Editora

Rua José Carvalho, 150 - telefone (88) 3523 3180 - 9958 6715

CEP.: 63.100-020 – Crato - CE - aprovinciaeditora@sapo.pt

Discurso de Posse do Fotógrafo Allan Bastos no Instituto Cultural do Cariri

Allan Bastos

(fotógrafo)



É com muita honra que chego ao ICC e mais ainda por ser apresentado nesta tribuna pelo ilustre Huberto Cabral.

Estar aqui é o começo de quem eu quero ser, é o momento para ressignificar minha história e acredito que pertencer ao ICC representa o reconhecimento da minha dedicação com a fotografia.

Com entusiasmo, venho receber o Diploma do Instituto Cultural do Cariri, precioso legado de dignidade e referência em servir a cultura do Cariri. Estou ciente da enorme tarefa que está diante de nós e farei que seja cumprida com discernimento, equilíbrio e coragem, fundamentada pelos regimentos e normativas institucionais, conduta dos que me antecederam. Acredito que devemos fortalecer e defender a cultura de tradição, zelar pelo patrimônio material e imaterial, assegurar a postura ética de nossos procedimentos, e garantir a conservação do patrimônio documental, fotografias e



impressos da região e a preservação do que convier para manter a nossa história sempre viva.

Lisonjeado, cumprimento o digníssimo Confrade deste sodalício que preside esta solenidade: Emerson Monteiro, pela indicação a Cadeira 14 da Secção Artes e Ofícios, que tem como Patrono Júlio Saraiva Leão e última ocupante, Telma Saraiva. Cumprimento também, em nome do meu companheiro de trabalho o Secretário de Turismo Luís Carlos Duarte Sobreira Saraiva, toda mesa solene formada por Ricardo Saraiva da Rocha, Anilda Figueiredo, Pablo Manyé e Claude Bloc, e também, por ter entrado neste tapete vermelho resguardado por Weber Girão e Jorge Emicles.

Quero gratular reconhecidamente, as honrarias e deferências que me prestam através dos legítimos representantes da diretoria, na aceitação da minha indicação e aos demais sócios que fazem dessa gloriosa terra Cariri surgir tantos e convincentes ensinamentos, aqui, sobejamente representados e que fazem da nossa região ser diferenciada no nosso Estado.

Saúdo com afeto, minha família: meu pai, Luziano Bastos de Melo; minha mãe, Maria do Socorro Neves Bastos; minha irmã, Luziana Neves Bastos e meu irmão, Guilherme Neves Bastos, e ainda, mesurar seis gerações de amigos representados por Bruna Tavares,



João Landim, Magda Andrade, Robson Teixeira, Thereza Denise Luna e Wesley Nascimento.

Quem eu fui começa, agora. Hoje, aos 41 anos, vislumbro nitidamente a pessoa que eu quero ser. Desde cedo, esperei ter essa idade e que tão rápido, chegou. Sempre fui um sonhador e realizei-me profissionalmente muito cedo, por volta dos 22 anos já tinha dado conta dos meus elementares sonhos. O melhor disso foi que outras aspirações, ainda mais valiosas, puderam surgir e uma delas era estar aqui hoje, e diante das oportunidades que tive, fiz revigorar minha história e assim, estou vivendo intensamente uma das melhores fases da minha vida.

Com estima, começo a pertencer a esta instituição que defende o patrimônio Cultural do Cariri e esta solenidade de posse é o gatilho circunstancial para que eu acredite cada vez mais na minha trajetória e na dedicação ao ofício de ser fotógrafo. Fotografar é documentar e deixar para outras gerações o que aconteceu, como adveio e para onde eu olhei. Aqui, posso saudar a tantos outros fotógrafos que se dedicam a criar um mundo de memórias para a história da nossa região: em nome de Pachelly Jamararu.

Dedico o mérito de estar aqui à minha mãe, pelo caráter, disciplina e honra aprendidos com ela, ao meu pai, pelo presente que

foi minha primeira câmera. Agradeço, também as instituições que receberam meu trabalho e fizeram com que fossem formados novos sonhadores da fotografia; cito o Movimento Pró Criança, em Recife, o Colégio Ágape, e o fato de hoje eu estar desempenhando funções de supervisor de turismo da Prefeitura Municipal.

Dona Telma, desejo que permaneças sentada na Cadeira 14. Vou ficar de pé, vou arregaçar as mangas e buscarei o que estamos desejando ver no ICC, quero trabalhar muito e sinto que posso fazer muito pelo instituto.

Diante dos sócios e membros da diretoria, vejo acontecer uma revolução: o ICC, que nasceu nas comemorações do centenário de elevação do Crato à categoria de cidade em 1953, tendo como principal propósito o resgate da nossa história e resguardando o patrimônio do Cariri, que nesse contexto, se designa a elaboração de um inventário de memórias, de sentimentos de pertencimento, de identificação pela nossa região como quis o ilustre José Alves de Figueiredo Filho.

Diferente ou complementando os primeiros ideais, observo uma visão voltada para o futuro como se posicionou Irineu Pinheiro e Raimundo de Oliveira Borges nos critérios e regimentos do estatuto jurado por mim diante deste conselho. Relembro Júlio e Telma, pessoas que além do trabalho com a fotografia eram motivadores da cidade e pensaram a frente da sua época, tinham em seu entorno excelentes alianças sociais para o crescimento e desenvolvimento da nossa cidade, como bem descreveu Lindemberg de Aquino em tantas oportunidades. Dessa forma me sinto confortável, Júlio e Telma, quando tinham a idade que tenho hoje já estavam em plena sintonia com os seus ofícios e com a atitude de pensar e fazer um Crato melhor e maior; o que eles fizeram após os quarenta anos é o que me inspira, me fortifica, me faz querer ser tão quanto eles foram, duas pessoas que estão completamente dentro da história do Crato e hoje são referências do pensamento daquela época, estação norteadora de tantos comportamentos que presidem o moderno até hoje.

Revolução ICC que volta os olhares para frente, para o que vai ser construído, segundo os princípios de Nezim Patrício, e assim percebo a minha indicação para essa ocupação, e me faz ponderar

o quão é importante ser percebido no meio da multidão. Sinto uma nova postura do no Instituto, em pretender, dessa vez, de além das pessoas, pensar a Instituição, em criar um novo modelo de gestão, fortificando valiosos envolvimento que fazem com que esta casa também seja percebida com vigor pelo Cariri, hoje já bem respeitada e contudo, temos que exaltar ainda mais, com um trabalho atuante e diário, juntamente com os membros, sócios, voluntários que se prestam nesse novo tempo, voluntários que se prestam nesse novo tempo, como bem quer o nosso vigoroso Presidente do ICC: Heitor Feitosa Macêdo, a quem dedico esta solenidade.

Para honrar a memória do Patrono desta Cadeira 14 das Artes e Ofícios, Júlio Saraiva Leão, o pai da minha querida Telma Saraiva, quero comensurar assim: a história de Júlio, tem o mesmo princípio da minha, a curiosidade pela fotografia, ele em muitos momentos vendo as fotografias feitas por Pedro Maia, quis também aprender, e como o processo fotográfico ainda era uma plena novidade, esse mistério aguçou ainda mais a vontade de entender a nova e instigante forma de registrar. Pedro Maia, Patrono do ICC na Cadeira 15, foi convidado por Dr. Otacílio Macedo para fotografar lampião em 1926, momento marcante na história da fotografia no cariri; e em uma das suas viagens, Júlio sendo seu vizinho, pula a cerca da casa de Pedro e entra no laboratório, consegue as fórmulas para então desvendar e desenvolver os processos para fotografar. Pedro volta de viagem e vê circulando nas mãos dos cratenses em plena Praça Siqueira Campos os novos postais do Crato. Nesse pressuposto, o Crato tinha um novo, talentoso e dedicado fotógrafo, Júlio Saraiva, que diante de tantas outras profissões foi a de fotógrafo a mais duradoura. Diferente de Júlio, eu pulei a fronteira do estado vizinho, Pernambuco, onde também fui atrás de aprender os processos da fotografia na cidade de Recife. Júlio também era percebido no Crato como um homem bem informado e atualizado, sempre era visto com jornais e escutava a BBC de Londres, foi idealizador de muitos espaços públicos da cidade, monumentos, praças e jardins, e foi chamado muitas vezes de “O Prefeito sem mandato”, e hoje nos cargos público que venho ocupando, também tenho muitos sonhos e sigo a

força de querer um Crato soberano.

Na sequência, Júlio, inaugura o Foto Riso, estúdio fotográfico no centro do Crato e Telma já casada com Edilson Cordeiro da Rocha, também fotógrafo, começa a fotografar seu primeiro filho, Ricardo, e depois de ver uma câmera portátil, com os cientistas que estavam no Crato para reconhecer a Floresta Nacional do Araripe, já quis uma câmera daquelas, e no seu estúdio, Júlio, logo tratou de incentivar sua filha Telma para fotografar as crianças, estudantes, debutantes que lá chegavam, no Crato nasce mais uma pessoa que se dedicaria a fotografia, Telma Saraiva.

Fui criado vendo em casa as fotos da minha mãe e do meu pai feitas por Dona Telma na década de 60, ali sempre ficava olhando aquelas fotos imaginando o que eles estavam pensando naquela hora do clique, por ser uma imagem de tão grande rigor estético e técnico, isso me fazia entrar naquelas fotografias e ver além do que foi fotografado. Fui ao estúdio de Telma duas vezes, aos 12 anos quando minha mãe pediu para eu fazer uma foto 3x4, salientou que eu não fizesse em outro lugar, “só faça com Telma” lembro-me bem da exclamação de minha mãe e que me fez abrir os olhos para o que vinha a ser a fotógrafa Telma Saraiva em 1988. Lembro-me do momento que no portão da sua casa eu chamei: Dona Telma! E uma senhora com passos leves aparece no final do corredor, veio em com um singelo sorriso e perguntou o que esta criança pretendia, eu com o dinheiro na mão mostrei a ela e disse que queria fazer uma foto e gentilmente ela abre o portão e me leva até o seu estúdio, me posicionou, iluminou e fez o clique. Certa vez disse a ela que nesse dia queria ter sido um menino ruim e ter mandado ela fazer uma foto-pintura das mais caras, ela riu e disse: “deveria ter feito isso, olha aqui o tanto de gente que não veio buscar as encomendas”, nós nos divertíamos muito. A outra foto que fiz no estúdio Saraiva foi aos 17 anos, já apaixonado pela fotografia e antes de ir morar em Recife, fui lá novamente, dessa vez eu quis ir ver a fotógrafa trabalhar, quis ver como ela atendia, quis ver como ela dirigia o modelo, quis ver como ela fotografava. Vi, e vivi um momento incrível. Aprendi.

Fiquei com aquela mulher fotógrafa na cabeça e quando voltei

para o Crato em 2005, eu amigo do seu filho Ernesto Rocha, também um excelente fotógrafo, me fez pertencer à casa da mãe dele, já sabia do meu amor por ela e literalmente me abriu as portas. Eu e Telma ficamos amigos, vivi muitos momentos na casa dela, confraternização de Natal, festas quando Edilma, sua filha, vinha de férias, incríveis momentos de passar horas e horas escutando a vida dela e sempre levava meus trabalhos para ela ver, e ela sempre trazia os dela também, sempre relíquias das histórias que ela queria contar.

Durante esses 10 anos de amor, fui muitas vezes por semana na sua casa, ver novela, jantar com ela e seu Edilson, até também ficar horas e horas em silêncio, só deixando o tempo passar. Já comecei a entrar na casa de Telma pela entrada dos fundos, já que tinha ligação com a casa do seu filho Ernesto, e me sentia muito a vontade de entrar lá e Telma sempre trazia uns envelopes com fotos, coisas que ela queria falar, era sempre um grande presente escuta-la. Uma vez Dona Telma, disse: Allan, muitos amigos dos meus filhos que andavam aqui em casa diziam que queria que eu fosse a mãe deles, mas Allan: eu que gostaria de ser sua mãe. Respondi: minha mãe, Dona Telma, foi quem mais me deu força para permanecer na fotografia.

O Cariri recebe muitos fotógrafos e eu fazia questão de levá-los para conhecê-la, mesmo já perto de falecer eu fazia isso, até o dia que ela me disse: "Allan não traga mais ninguém, não quero que ninguém me veja mais, mas você pode vir sempre", e assim fiz. Visitei Telma até seus últimos dias.

Não quero aqui me comparar a trajetória de Telma, mais a posse na sua Cadeira me traz contentamento. Tenho anos à frente até um dia chegar perto de ser o que é Telma na fotografia brasileira. Sou antônimo de Telma, ela se dedicou a vida e a fotografia dentro de casa, já a minha fotografia é feita na rua e com luz natural. Telma orientava, criava a melhor luz, eu espero e procuro a melhor luz. Telma quase não saía de casa, eu passo o dia fora de casa em tantos trabalhos. De cada retrato feito por ela, Telma fazia apenas uma foto, diz ela que para ser gentil, quando o cliente pedia ela fazia duas, já eu faço inúmeras. Telma fez fotopintura, seu precioso ofício, trazia as cores de volta aos retratos preto e branco, já usava técnicas de

manipulação na imagem com os retoques feitos a lápis grafite no negativo, eu já faço a foto crua. Telma fez fotos de rostos, eu faço fotos mais distantes. Telma preparava todo o processo químico, hoje busco aprender esses processos em cursos pelo mundo. Telma sempre foi Telma Saraiva e eu já fui Allan Neves.

Comecei a fotografar na adolescência, queria ter minha vida fotografada, mas a fotografia me fez ser um fotógrafo e dela não sai mais. Minha primeira relação com a câmera foi com a Kodak 177x de papai, que era a coisa mais escondida lá de casa, e em uma tarde por volta dos meus 5 anos peguei a câmera que estava no fundo do guarda roupa, e aos pulos em cima da cama de meus pais, eu olhava pelo visor da câmera, clicava e passava a alavanca de rolar o filme, e mesmo sem filme eu me diverti muito achando o máximo estar com a câmera no olho. Momento firme em minha memória.

Em 1992 papai me presenteia com uma Zenit, comprada em Sandra Fotografias que lindamente, no balcão da sua loja me ensinou a usar a câmera com as indicações dos fabricantes nas caixas dos filmes, e assim até hoje eu uso. Dois anos depois em 1994 quis ir estudar em Recife, disse em casa que iria estudar medicina, sabendo que lá teria um curso de fotografia, fiz o curso em 1995, que daí foi um pulo para o meu primeiro trabalho com fotografia e não parei mais. Tive importantes trabalhos em Recife, me formei em Administração de Marketing e logo o Crato tratou de me trazer de volta. Eu não quis ver o restante da minha história em Recife, eu quis ver a minha história aqui no Crato, e Deus proveu, me trouxe de volta e aqui estou depois de 13 anos, me sinto bem com a minha profissão de fotógrafo e outros cargos que venho ocupando na cidade.

Quero terminar fazendo o mesmo convite feito pelo Papa Francisco, "Um convite a trabalhar pela cultura do encontro, de modo simples, como fez Jesus: não só vendo, mas olhando, não apenas ouvindo, mas escutando, não só cruzando-se com as pessoas mas detendo-se com elas."

Estou muito feliz.

Obrigado!

Allan Bastos

Crato, 31 de maio de 2018

Professor Marcos Eliano, novo acadêmico do ICC

“O importante não é o que você foi, mas o que você fez quando foi”

Ser distinguido para fazer a apresentação do homenageado de hoje é para mim, dupla satisfação; pelos méritos deste novo titular da cadeira, no Instituto Cultural do Cariri, a ser empossado daqui há pouco e por ser Marcos Eliano Tavares Ribeiro, além de conterrâneo de Mauriti, professor companheiro da URCA e amigo. Amizade que, ano a ano, vem se fortalecendo. Marcos Eliano é duplo, por ser gêmeo com Eliano Marcos, a outra metade do parto exitoso.

Conforme nos esclareceu em entrevista recente, Marcos foi em homenagem ao avô materno verdadeiro já que tinha um outro avô de criação, Antonio de Caldas ou simplesmente “pai tonho”. Eliano, é que meu pai e minha mãe tinham a ideia de colocar o nome de todos os filhos começando com a letra “E”. Só que vieram dois: eu sou gêmeo. O que estava certo era Eliano Marcos; como eram dois, Marcos Eliano sobrou pra mim.

Tavares é da mesma árvore genealógica dos municípios caririen- ses de Barro, Aurora e Missão Velha. Ribeiro é, com certeza, da Mis- são Velha. Então a origem Tavares Ribeiro é caririense também. Seu Edson e Dona Sinhá casaram em Missão Velha e lá ficaram até o nas- cimento do sexto filho, quando o casal comprou uma propriedade no sítio São Miguel, hoje distrito de Mauriti, onde já morava o avo de Marcos Eliano em uma propriedade não Lagoa do Mato.

Foi lá no São Miguel, que desta união, veio ao mundo o nosso companheiro agora do ICC, Prof. Marcos Eliano, penúltimo rebento

de uma grande família de 14 filhos e mais dois adotivos, vivendo em sobressaltos pela insegurança. A infância de Marcos Eliano e de seus irmãos, certamente foi muito sem graça para não se dizer desoladora.

Registremos seu próprio testemunho: “São Miguel tinha muita areia; não existia estrada. Era um lugar ruim de se morar porque não tinha energia, água, telefone, não tinha nada! Minha infância foi de brincar com o que era possível: de curral de boi de osso, jogo de dinheiro de nota de cigarro, de correr, de caçar passarinho... essas coisas. Mas foi uma infância em que tive o privilégio de ter a primeira escola (muito precária) na sala da minha casa tendo minha mãe como a primeira professora... apesar de tudo acho até que minha infância não foi, de todo, ruim, mesmo naquele lugar violento, de muitos tiros, de muita pistolagem, num ambiente muito pesado. Fui crescendo e tomando consciência daquilo e preparando os meus sonhos para sair dali. Até que convenci meu pai a me botar numa escola em Mauriti, onde fui estudar no Grupo Escolar André Cartaxo. Terminando o primário fui estudar em Brejo Santo. Até então eu só tinha certeza de uma coisa: que devia fazer algo diferente; não sabia bem o que queria da vida. Comecei o Científico no Colégio Estadual Balbino Vieira Arraes sem ter mesmo onde ficar e como ia me manter. contei, então com o indispensável apoio de um amigo do meu pai, o coletor José Acílio

Dantas de Moraes que arranhou um quartinho para mim e me dava a alimentação em sua própria residência. Estudei um ano em Brejo Santo porque descobrir que em Lavras da Mangabeira eu poderia ir fazer o Colégio Agrícola, federal, com tudo incluído, de graça: café, almoço, janta e dormida. Passei na seleção e conclui aquela etapa de estudo da minha vida.

Outro lance de sorte e de benevolência direcionou sua ida para João Pessoa: Agradecido e ainda hoje sensibilizado, Marcos Eliano, como se ainda estivesse vivendo aquele momento, com os olhos brilhando, nos confessa os detalhes “Nos dois anos que passei em Lavras da Mangabeira fiz amizade com uma pessoa muito humana: dona Ivone Macedo. O filho dela, Manuel Lima, era meu colega no

colégio. Dona Ivone disse para mim: “Você vai levar Manuel Lima pra ver se este rapaz quer alguma coisa! Eu sei que você pode ajudar. Eu vou “bancar”. Literalmente ela pagou pra gente ir fazer o vestibular. Passei pois escolhi o curso que tinha menos concorrentes: Administração, mas para a segunda turma, no segundo semestre do ano seguinte.”

Como garantir a sobrevivência em João Pessoa até o início das aulas da “sua” turma na universidade, sem recursos nem emprego? Para ele um problemão. Mas a solução veio após receber o convite dos seus dois irmãos, Erilando e Dão, para ir trabalhar com eles no escritório de Representações... em Porto Alegre. Foram seis meses no Rio Grande do Sul vendendo calçados, bolsas e malas, de cidade em cidade. Juntou um “dinheirinho” e retornou para João Pessoa. Precisava continuar a luta da faculdade, foi no Hotel Brasília e pagou logo seis meses adiantado para não ter mais que se preocupar com hospedagem e alimentação. Na ânsia de terminar logo o curso de Administração chegou a pagar até dez disciplinas, nos três expedientes, quase residindo na UFPB. Mas, após dois anos, viu-se sem condições financeiras para prosseguir os estudos na universidade. Outra batalha a ser vencida. Mas não desanimou; foi à luta, a enfrentar concursos públicos. Dos quatro, passou em três: na ANCAR, no BANDEPE, desistiu da EMBRATEL; fato que lamenta.

Terminado o curso superior em Administração, retoma ao Cariri; ajuda a criar o Colégio Monsenhor Antonio Feitosa em Missão Velha e torna-se professor ali e em Crato, nos colégios Santa Teresa de Jesus, Colégio Estadual Wilson Gonçalves, na Faculdade de Filosofia do Crato e, posteriormente, na Universidade Regional do Cariri.

O namoro com Ângela, iniciado em João Pessoa, se complementaria com o casamento festivo em Missão Velha; A vida a dois, em harmonia, complementa com o casal de filhos Diego e Caroline, ela formada em Direito, e ele também em fase de conclusão do curso.

Em resposta à nossa pergunta – “Olhando para o ontem com a visão de hoje, e como ele se situa em sua projeção para os próximos anos, ele, com segurança, declarou: *“Costumo dizer que amanhã via ser melhor do que hoje. Sou muito otimista. Vejo o futuro muito*

bonito. Não consigo enxergar feiura no futuro porque quem vê o feio fica feio também. Tenho muita animação com o futuro. Vejo também a possibilidade da gente contribuir por onde passa.

No livro que publiquei em 1995 “Reinventando o Município” tem uma frase: “É muito fácil fazer o difícil, difícil é fazer o fácil”. Como profissional de Administração eu virei Presidente do Conselho de Administração do Estado, Conselheiro do Conselho Federal de Administração, como Administrador virei Vogal da Junta Comercial do Estado do Ceará, Conselheiro da Fundação de Amparo à Pesquisa, representando a Universidade Regional do Cariri–URCA, Conselheiro Fiscal da CAGECE...Acho que a minha história é em cima de um projeto em que tenho absoluta convicção e que vou construindo sem ter que esperar o que vai acontecer... Sou de Mauriti mas virei cidadão de Jati, Brejo Santo, Missão Velha, Juazeiro e Crato. Hoje, na administração do Estado do Ceará existe uma academia e eu estou lá! Eu preencho os espaços... Estou adentrando num ambiente novo, que é o da Cultura e, em 19 de abril serei empossado numa Cadeira do Instituto Cultural do Cariri, por indicação do acadêmico Jurandy Temóteo, na vacância do professor, doutor e ex-reitor da URCA, Plácido Cidade Nuvens. E esta indicação é uma consciência de que posso ajudar a Cultura. Foi compromisso que tive com o pesquisador, professor e advogado Heitor Feitosa Macedo, Presidente deste Instituto Cultural do Cariri.

De parabéns, portanto, este Instituto, com a adesão de tão ilustre figura.

Jurandy Temóteo

As memórias de Emerson Monteiro

Batista de Lima
(escritor)



José Emerson Monteiro Lacerda, 68 anos, advogado, bancário, jornalista, bacharel em Administração e acadêmico, verificou que algo estava se afastando de si: era a infância. Era preciso recuperá-la, já que nela estavam incrustadas suas mais belas lembranças. Assim, voltou no tempo e foi pescá-la nos terrenos ainda viridentes da sua memória. Daí que a vida no sítio lhe devolveu o cheiro do mel queimado de um engenho de rapaduras, as águas refrescantes de dois açudes e a valentia de uma trisavó que fez história no interior do Ceará.

Essa trisavó traz o nome de Fideralina Augusto Lima (1832-1919), matriarca da família Augusto, de Lavras da Mangabeira, município do sul do Ceará. Acontece que essa valente mulher morava na sede do município, mas com mais tempo no sítio Tatu, onde criou estrutura que lhe proporcionava vida própria, diante dos potenciais

agrícolas ali existentes e explorados. Desse seu habitat, ela mandava na cidade e era respeitada pelos coronéis do Cariri, inclusive pelo Padre Cícero.

Entre seus descendentes, Fideralina deixou políticos, juristas, religiosos, agricultores e esse seu biógrafo. É evidente que esse livro de Emerson Monteiro não se trata diretamente de uma biografia, mas é a grande senhora, a principal personagem. “Histórias do Tatu” é um livro de crônicas que tratam de episódios acontecidos no sítio em que nasceu o autor. Esse sítio, o Tatu, foi onde passou quase toda a vida, a famosa Fideralina, desde o século dezenove até quando morreu, em 1919. É por isso que ao longo de 156 páginas, editadas em 2016, vão aparecendo situações familiares recheadas de uma atmosfera fantástica em que desfilam botijas, penitentes e visagens.

É sabido que D. Fideralina deixou uma botija. Segundo consta, e Emerson reconta com detalhes essa história, a velha senhora, juntamente com o vaqueiro Lourenço e a ex-escrava Tomásia, enterraram um tacho de cobre repleto de ouro e de prata. Era noite e os três seguiram até determinado local em que um buraco recebeu o tesouro que ficou enterrado. O vaqueiro conduziu a botija de olhos vendados, depois de ser rodado para não ter noção do destino aonde ia. Entretanto pergunta-se, e a Tomásia guardou esse mistério por toda a vida? Fato é que no Tatu, em noites escuras, visagens já foram vistas, vagando pelos terreiros e vigiando encruzilhadas.

Quanto aos penitentes, eles se apresentavam principalmente na Semana Santa. Era um grupo de homens encapuzados que saíam pelas casas, à noite, cantando benditos lamuriosos e pedindo esmolas. Geralmente o grupo era composto de doze participantes para simbolizar os doze apóstolos. Apenas um deles ia a descoberto das camuflagens. Era o líder do grupo e trazia o nome de “Decurião”.

O curioso era que esses penitentes se autoflagelavam com disciplinas confeccionadas com navalhas cortantes. Por isso que ao serem aplicadas às costas desnudas cortavam as carnes e o sangue descia pelo corpo. O penitente, entretanto, só parava o sacrifício quando sentia que o sangue havia tocado o chão.

Emerson Monteiro nasceu em 1949, nesse ambiente de lendas e

valentia. Afinal, mais de uma vez sua ancestral valentona conseguiu reunir mais de uma centena de jagunços para realizar suas vinditas. Numa delas, acontecida em 1900, um seu neto, médico jovem, clinicando em Princesa (PB), foi vítima de assassinato. De Lavras, então, deslocou-se um contingente de cem homens que foram vingar a morte do parente querido. Noutra oportunidade, em 1907, ela desalojou seu filho Honório do poder municipal de Lavras, também com mais de cem homens, para empossar seu outro filho, Gustavo, que comandou a cidade por mais de uma década.

Esse livro de Emerson, no entanto, trata de outros assuntos memoriais, como tipos humanos que compunham a cena senhorial do Tatu. Ele escreve sobre os cangaceiros, os ciganos, os caretas, os comboieiros, os escravos, os moradores do sítio e os pescadores. Também trata da natureza, citando os nomes dos pássaros da região, o arvoredor, o canavial e, também, das sabenças dos caboclos. Nesse passeio pela memória, surgem os animais domésticos, a culinária sertaneja e toda uma riqueza de produtos do próprio sítio que lhe davam uma autossuficiência.

Esse retorno do autor, ao sítio em que nasceu, transfigura-se ao reconstruir não só o local em que nasceu e morou por quatro anos, mas ao mergulhar no tempo e recuperar o local em que viveram seus ancestrais. Toda uma saga recheada de lutas e resistências vai sendo mostrada, enfatizando sempre o contraponto entre o sagrado e o profano, o campo e a cidade, a seca e o inverno, a fartura e a escassez, a violência e a paz. Ao trafegar entre esses polos, Emerson Monteiro não só revisita seu torrão natal como escava no tempo o DNA de sua ancestralidade, buscando, com o cordão umbilical, entrelaçar os viventes do Tatu, numa moldura em que todos se postam e renascem.



Exposição Centro Nordestina de Animais e Produtos Derivados (EXPOCRATO)

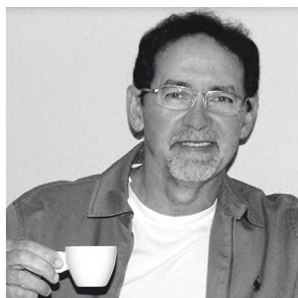
Capítulo I – 1944... Os primórdios do evento

Em síntese, a história da Exposição Regional Agropecuária do Crato, rebatizada em 1960 para Exposição Centro Nordestina de Animais e Produtos Derivados, sendo, a partir do final dos Anos 90 a início dos Anos 2000 divulgada com a logomarca logística de EX-



POCRATO, principiou, na manhã do dia 1^a de maio de 1944, no Café da Isabel Virgínia, ponto de encontro diário entre jornalistas, intelectuais e políticos cratenses.

Lá, por meio da conversa estabelecida entre o instituidor da ideia (no caso o prefeito Municipal do Crato o Dr. Wilson Gonçalves, exercício 1943 a 1945), com o seu cunhado, criador de bovinos, o professor Pedro Felício Cavalcante, sob a escuta e registro, atenta e preciso, do memorialista e jornalista Huberto Cabral (o arquivo fidedigno e irretocável das reminiscências da cidade de Crato), esse curto diálogo, que, em prol



**Roberto Jamaru
de Aquino ***

das histórias da Exposição e da cidade de Crato, deveria ser gravado em placa de bronze e fixado no Parque junto aos bustos dos seus autores, foi o seguinte:

- WG - “Pedro, precisamos criar um evento para movimentar a economia e o lado

social da cidade do Crato. Algo de peso que se torne tradicional e irreversível!”.

- PFC - “Certo Wilson. Mas, que evento seria este?”.

- WG - “Uma Exposição Agropecuária!”.

- PFC - “Excelente ideia, Wilson!”.

Ato seguinte (final de maio) diz respeito à ida do Dr. Wilson Gonçalves à Fortaleza para obter os avais, financeiro e promocional, da Secretaria de Agricultura e Pecuária do Estado, fato este que, a princípio, teve na pessoa do senhor secretário, o Dr. Rui Monte, certa relutância, pois, no julgo dele, a região não tinha tradição/experiência nessas áreas.

Seguro dos seus projetos e dos seus atos, Dr. Wilson Gonçalves retrucou, com inteligência e diplomacia, o antagonismo do senhor secretário:

“É por isso mesmo, senhor secretário, que queremos realizar nossa Exposição visando a desenvolver e aprimorar a nossa Agropecuária”.

Acreditando na coragem e na relutância daquele advogado, professor, jurista, jornalista, político e futuro ministro do antigo Tribunal Federal de Recursos, o então secretário respondeu:

“Bom, se é assim, senhor prefeito, seja feita a vossa vontade”.

Diante dessas palavras, Dr. Wilson foi levado à presença do inventor, Dr. Francisco Menezes Pimentel, fato este que culminou na aprovação do projeto em questão.

No retorno ao Crato, trazendo a autorização de funcionamento, Dr. Wilson Gonçalves foi recebido festivamente na estação da Rede Viação Cearense (RVC), com direito à salva de fogos, toques da Banda de Música Municipal e cumprimentos dados pela comitiva recebedora, representada pelo professor Pedro Felício Cavalcante,

Dr. Raimundo de Oliveira Borges e pelo Dr. Hermes Parahyba. Por mais: pela entidade representante da classe dos agropecuaristas, e, sobretudo, pela presença de grande parte da população cratense.

Momento seguinte, em entrevista concedida na Amplificadora Cratense ao repórter Gilberto Dummar Pinheiro e ao jornalista Pedro Gonçalves Norões, fato esse memorizado por Huberto Cabral, a matéria foi publicada na data de 02 de maio no Jornal “A Ação”, órgão dominical da Diocese de Crato.

Nomeado neste mesmo ano presidente da Comissão Central da Feira (Portaria 100/1944), Pedro Felício Cavalcante (Nome atual do Parque), junto com o prefeito municipal Wilson Gonçalves, aplicaram duas medidas básicas para a realização do evento:

- a) A obtenção junto ao bispo Diocesano do Crato, D. Francisco de Assis Pires, do espaço para a realização do acontecimento, no caso, terreno no sítio da Casa de Caridade, lugar atual da Universidade Regional do Cariri (URCA);
- b) Viagem da comitiva à cidade de Uberaba (MG), para obtenções de matrizes bovinas qualificadas (Gir, Nelore, Zebu), como também para conhecimento e aplicações de técnicas modernas na área da agropecuária regional.

Após o sucesso do 1º Evento (04 a 07/12/1944), realizado com as presenças das autoridades estaduais, municipais e de grandes números de personalidades e populares da Região do Cariri Cearense, os efeitos socioeconômicos do durante e do depois da Segunda Guerra Mundial, (01-09-1939 a 02-09-1945), refletiu na localidade, causando, segundo Cabral, o adiamento da 2ª Feira por nove anos.

Por iniciativa do prefeito municipal Dr. Décio Teles Cartaxo (1951 a 03/1955), a Exposição teve seu reinício em 1953, Ano do Centenário de elevação do Crato à categoria de cidade. Desta feita, no bucólico Bosque, futuro Parque Municipal e atual Praça Alexandre Arraes, à rua D. Quintino, próxima ao centro da cidade. Lembro-me bem que, morando em frente a esse ambiente, via os animais separados por raças, sendo eles amarrados nos pés de eucaliptos, de



paus-d'arco, de oitis e de açucenas, árvores estas plantadas simetricamente nesse mágico espaço.

Anos depois, graças à visão progressista do prefeito da cidade de Crato, o Dr. Ossian de Alencar Araripe, (1955 a 1959), pai de outro brilhante prefeito dessa mesma cidade, no caso, Samuel Vilar de Alencar Araripe, a estrutura da Exposição Agropecuária do Crato foi transferida, em definitivo, para uma grande área do estado, no caso o antigo Campo de Fruticultura e Puericultura do Cariri. A partir daí, o período de funcionamento da Exposição passou a ser de 4 para 7 dias e, posteriormente, de 7 para 8 dias, sempre no período de férias de julho, com grandes atrações artísticas destacando-se, entre elas, a de Luiz Gonzaga, o "Rei do baião!".

Registre-se que, em meio a essa transição (Anos 40 a 60 Séc. XX), as caravanas de criadores e expositores do Crato, uma das quais formada por Pedro Felício Cavalcante, Edson Olegário de Santana, Paulo Botelho e José Pinheiro Esmeraldo, retornaram de Jeep à Ex-

posição de Uberaba, MG, de onde conseguiram enviar, de trem para o Rio de Janeiro, de navio para Fortaleza e, finalmente, de trem para o Crato, plantéis selecionados de bovinos das raças Gir, Nelore e Zebu. Esse intercâmbio gerou efeitos positivos que levaram os expositores do Rio Grande do Sul e de São Paulo a exibirem suas criações na já afamada Exposição do Crato.

Capítulo II – 2018... EXPOCRATO, 67ª Edição - A grande reforma estrutural do Parque!

Estando o Parque com as suas estruturas físicas superadas para atender às demandas, crescentes e modernas, dos negócios aos quais se propõe, inclusive para acomodar um público esperado de 700 mil pessoas, o governo do Ceará, na pessoa do seu ilustre chefe de estado Camilo Santana, disponibilizou elevados recursos para a construção do maior e mais moderno Parque de Exposição do Nordeste brasileiro, algo comparado às cinco maiores exposições do Brasil e da América Latina, no caso: FEMEC (MG), EXPOZEBU (MG), AGRISHOW (SP), MEGALEITE (MG) e EXPOINTER (RS).

Considerando as poucas e pequenas alterações que eventualmente possam surgir na construção da EXPOCRATO 2018, após a data de publicação desta matéria, a disposição física do novo Parque será a seguinte:

1ª) - ZONA EXPOSITORA (Plano superior).

LADO NORTE (Frente, meio e fundo do Parque).

- Pista externa em mão dupla, com áreas para desembarque e embarque rápidos;
- Museu da EXPOCRATO;
- Acessos pela frente do Parque: um principal, no centro do portal, e dois laterais;
- Grande área para stands bancários, industriais, agronegócio, comércio e serviços;
- Rua central alarguecida bidirecional para melhor fluxo e con-

trafluxo do público;

- Engenho e Casa de Farinha;
- No centro e no fundo: picadeiro, pavilhões para animais e tater-sal para leilões;

LADO OESTE (Plano superior)

- Edificação com salas para a ADAGRI, EMATERCE e Secretaria da Agricultura;
- Palanque e arquibancada com maiores tamanhos e adequados espaços;
- Pontos gastronômicos para venda das iguarias regionais, tipos: filhós e pasteis;
- Bloco com áreas para o artesanato e salas para o Centro Administrativo;
- Dormitório com 144 leitos.

LADO LESTE (Plano superior)

- Sucessivos blocos para a gastronomia: restaurantes, bares, comidas típicas, etc.

2ª - ZONA DE EVENTOS ARTÍSTICOS E SERVIÇOS (Plano inferior).

LADO LESTE

- Pista em mão dupla com ciclovía margeando a encosta do Parque, com início na rua Nelson Alencar e término na rua Carolino Sucupira;

EXTENSÃO CENTRAL:

- Áreas para Praça de Alimentação e Parques de Diversões;
- Espaço para shows contendo: Arena, Área VIP, camarotes (Corporativo e Premium), espaço “Lounge”, palco e camarins.

3ª ZONA DE APOIO (Pós-Zona de Eventos Artísticos e Serviços)

- Estacionamento para 350 a 400 veículos;
- Pista de vaquejada, currais novos, área de pasto e centro de manejo.



Capítulo III – BALANÇOS DOS EVENTOS (Sugestões)

a) Tendo como exemplos as grandes feiras nacionais, sugerimos tornar mais acessíveis para o público, nas imprensas oficial e privada da região e do estado, os resultados financeiros da EXPO-CRATO, da EXPOAFRO, do BERRO e dos demais eventos. Pois, estes, gerados das locações, dos patrocínios e dos shows realizados, deverão fomentar os recolhimentos fazendários (FISCO) e as melhorias/manutenções estruturais do próprio Parque;

b) Na defesa dessas festas, recomendamos disciplinar suas divulgações em sites, blogs, televisão, rádio, revista e jornais, colocando em evidência, portanto, em destaque e em primeiro plano, as imagens oficiais delas, oriundas que são da cultura, do agronegócio, da indústria, do comércio, do artesanato, etc., não permitindo, sobremaneira, que os anúncios apelativos dos megashows se transformem na logomarca símbolo oficial desses eventos. Pois, há décadas, e de forma sorrateira, essa apropriação indébita vem se firmando

nas mídias como o nome e o sinônimo da EXPOCRATO. Vem, também, por meio desses seus discutíveis produtos, levando para fora o nosso capital, depreciando as nossas tradições, subestimando a nossa intelectualidade e tornando manipuladas, desinformadas e alienadas, as mentes em formação das nossas sucessivas gerações de jovens que, por força disso, quase não visitam mais a zona de Exposição. É inegável que esses shows fazem parte da alegria da festa. Uma vez repensados e mesclados com as nossas raízes artísticas e empresariais, como fazem e se protegem as grandes festas do Sul e do Sudeste, melhor que a EXPOCRATO não haverá igual!

Enfim, para resguardar os princípios altivos da Exposição, idealizados em 1944 pelos visionários Wilson Gonçalves e Pedro Felício Cavalcante, bem como para manter, no presente e no futuro, a sadia funcionalidade desse novo projeto, levado à frente pelo ilustre governador do Ceará, o Dr. Camilo Santana (que já entrou para as histórias engrandecedoras do Crato e da EXPOCRATO), faz-se necessário zelarmos pelo significado, pela qualidade e pelo funcional dessa nossa festa maior.

Obrigado Governador Camilo Santana!

Parabéns povo do Crato!

A vocês, os nossos efusivos aplausos de pé!

*** Roberto Jamaru de Aquino**

Membro do Instituto Cultural do Cariri (ICC)

Cadeira nº 16, Artes e Ofícios

Patroneada por Cursino Belém de Figueiredo.